



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**WILLIAM DE ARAÚJO FIGUEIRA**

**OS PROGRAMAS BRASILEIROS DE TRANSFERÊNCIA DE  
RENDA E O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DE  
IDENTIDADE DO SUDOESTE BAIANO**

Salvador

2017

**WILLIAM DE ARAÚJO FIGUEIRA**

**OS PROGRAMAS BRASILEIROS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E O  
DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SUDOESTE  
BAIANO**

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Lima Cruz  
Teixeira

Salvador

2017

Escola de Administração - UFBA

F475 Figueira, William de Araújo.

Os programas brasileiros de transferência de renda e desenvolvimento do território de identidade do sudoeste baiano / Wiliam de Araújo Figueira. – 2017.

160 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Lima Cruz Teixeira.

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2017.

1. Desenvolvimento regional - Aspectos sociais – Sudoeste, Região (BA).  
2. Programas de sustentação de renda – Indicadores sociais – Sudoeste, Região (BA). 3. Renda – Distribuição – Sudoeste, Região (BA). 4.  
Desenvolvimento regional – Identidade social – Sudoeste, Região (BA).  
I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 338.98142

## WILLIAM DE ARAÚJO FIGUEIRA

### OS PROGRAMAS BRASILEIROS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SUDOESTE BAIANO

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Administração,  
Escola de Administração, da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

---

Prof. Dr. Francisco Lima Cruz Teixeira  
Doutor em Política de Ciência e Tecnologia - University of Sussex, Inglaterra  
Universidade Federal da Bahia

---

Profa. Dra. Maria Elisabete Pereira dos Santos  
Doutora em Ciências Sociais - Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dr. Paulo Bastos Tigre  
Doutor em Política Científica e Tecnológica - University of Sussex, Inglaterra  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Gustavo da Cruz  
Doutor em Turismo e Sustentabilidade – Univ. de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha  
Universidade Estadual de Santa Cruz

---

Prof. Dr. Wesley Gusmão Piau Santana  
Doutor em Administração - Universidade Federal da Bahia  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

*A*

*Minha Família.*

## AGRADECIMENTOS

A quem agradecer primeiro se tantos me ajudaram? De certo, nunca me senti só, mesmo nos momentos mais individuais deste trabalho. Olho para trás e recordo de pessoas que me ajudaram a chegar aqui, quando nem eu mesmo sabia que aqui estaria. Minha Família, esposa, filhas, neta, pais, irmãos, avós, tios e sobrinho certamente torceram por mim, me apoiaram e me suportaram nesses quatro anos e meio em que muitas vezes me ausentei do convívio familiar para cuidar dessa tese. Estes estiveram comigo nos melhores e nos piores momentos, serviram como âncoras e as vezes como boia de salvação! Obrigado querida família!

Muitos óbices surgiram nesses quatro anos, a ponto das minhas forças se esgotarem e um final feliz parecia cada vez mais distante. Mas, foi aí que surgiram outros personagens que merecem os mais sinceros agradecimentos. Aos colegas da “Turma Diferenciada”, tão queridos e participantes, preocupados em que todos cumprissem suas etapas, juntos. Obrigado! Aos professores do NPGA, compreensivos com as dificuldades, solícitos e prontos a ajudar com as suas competências. Obrigado! Aos funcionários do NPGA que se tornaram amigos com quem eu pude compartilhar tanta coisa. Obrigado! A UESC por me conceder a oportunidade de realizar este curso e ao CNPQ pelo apoio financeiro. Obrigado!

Ao meu orientador, cabe um parágrafo à parte! Obrigado por ter aceito o meu trabalho e compartilhado comigo parte do seu vasto conhecimento. Obrigado por ter me ajudado a alinhar o pensamento, que foi o pontapé inicial deste trabalho, com orientações estruturadas e com o respaldo acadêmico que permitisse que esse trabalho fosse digno de uma tese de doutorado. Obrigado pela franqueza das opiniões, rapidez nas respostas e paciência para me escutar! Sobretudo, obrigado por participar dessa difícil caminhada comigo!

Ao meu pai, que muito me apoiou antes e durante essa caminhada e que precisou da minha ajuda, quando um AVC “roubou-lhe” as faculdades mentais, obrigado! Muitas vezes precisei leva-lo às clínicas e hospitais juntamente com o meu estudo. O que fiz, fiz com amor e faria de novo! A minha mãe, que por vezes viajou milhares de quilômetros por que sabia que naquele momento eu estava por ruir e precisava dela, obrigado! Esses são os dois alicerces que prepararam o caminho para que eu pudesse chegar até aqui. Obrigado! Por fim, minha querida esposa e filha, pelo amor, paciência e compreensão. Obrigado!

“Combati o bom combate, terminei a corrida, guardei a fé”

Paulo de Tarso na Segunda Carta aos Filipenses, Capítulo 4, Versículo 7

FIGUEIRA, William de Araújo. Os programas brasileiros de transferência de renda e o desenvolvimento do Território de Identidade do Sudoeste Baiano. 160 f. il. 2017. Tese (Doutorado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

## RESUMO

Esta tese foi realizada com o objetivo de analisar as implicações dos Programas de Transferência de Renda (PTR) brasileiros no desenvolvimento do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, sobretudo com um olhar na marcante desigualdade existente entre os vinte e quatro municípios que compõem o território. Esta desigualdade pode ser facilmente verificada pela diferença existente entre o tamanho da população, PIB e PIB per capita dos municípios. Contudo, visto que este trabalho assume uma postura crítica em relação ao que se chama de desenvolvimento, tal qual é expressado pelos conceitos da ONU e apresentados neste trabalho, foi necessário expandir as possibilidades de análises. Para tal, uma pesquisa foi constituída de forma que pudesse contemplar tanto os indicadores mais comuns, utilizados para medir o desenvolvimento, como também elementos qualitativos que pudessem oferecer uma percepção que complementasse a análise dos números. Desta forma, buscou-se encontrar maneiras para verificar o desenvolvimento do território associando os PTR estudados – o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada – com alguns indicadores comumente usados como PIB, PIB per capita, IDHM, Coeficiente de GINI e indicadores da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Contudo, devido à complexidade da pesquisa e a necessidade de avaliar também a desigualdade, buscou-se a percepção que alguns atores representativos do território possuíam sobre as possíveis correlações entre os PTR e os componentes do modelo de análise que são: segregação e exclusão, qualidade de vida, economia doméstica e oportunidades para economia local. Como conclusão tem-se que os PTR, Bolsa Família e Benefício de Prestação continuada, causam implicações positivas porém mínimas para o desenvolvimento do Território de Identidade do Sudoeste Baiano. As implicações nas questões sociais dos municípios são um pouco mais perceptíveis, na análise qualitativa, embora também não sejam suficientes para alterar significativamente o quadro social dos municípios e a desigualdade entre eles. Nesse sentido, percebeu-se que, as questões sociais podem ser mais impactadas positivamente se os PTR forem melhor articulados com outras iniciativas produtivas e com o oferecimento de serviços de educação e saúde.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento, Transferência de Renda, Território de Identidade.



FIGUEIRA, William de Araújo. The Brazilian income transfer policies and the Identity Territory of the Bahia Southwest's development. 160 f. il. 2017. Thesis (Doctoral Degree) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

## ABSTRACT

This thesis aims to analyze the implications of the Brazilian Income Transfer Programs (ITP) to the development of the Southeast Bahia Identity Territory, focusing mainly in the striking inequality among the twenty four territory's counties. This inequality can be easily checked by the difference between the size of the population, GDP and GDP per capita of the counties. However, given that this work takes on a critical position about the development concept, as UN expresses and this thesis presents, the possibilities for analysis had to be expanded. For that, a research was constituted in a way that could contemplate both the most common indicators, used to measure the development, as well as qualitative elements that could offer a perception that complemented the numbers analysis. Thus, ways to verify the development of the territory were attempted to associate the ITPs that were studied - Bolsa Família Program and the Continuous Cash Benefit - with some commonly used indicators such as GDP, GDP per capita, HDI, Gini Coefficient and the Superintendency of Economic and Social Studies of Bahia's indicators. However, because the research is so complex and the need to evaluate inequality as well, it was necessary to know about the perception of some representative territory actors possessed and the possible correlations between the ITPs and the analysis model components, that are: segregation and exclusion, quality of life, domestic economy and opportunities for local economy. The conclusion of this thesis is that the ITPs, Bolsa Família Program and Continuous Cash Benefit, have positive but minimal implications for the development of the Southeast Bahia Identity Territory. The implications on counties social issues are more likely to be perceived, the qualitative analysis, although they are not sufficient to significantly alter the counties social status and the inequality between them. In this sense, it was possible to perceive that social issues can be more positively impacted if the ITPs are better articulated with other productive initiatives and provision of education and health services..

**Keywords:** Development, Income transfer policies, Identity Territory Program.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Territórios de Identidade da Bahia.....	21#
Figura 2 - Municípios do Território de Identidade de do Sudoeste Baiano .....	45#
Figura 3 - Evolução dos PIB Totais dos municípios do TISB, 2000-2012 .....	63#
Figura 4 - Evolução do PIB per capita dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, 2000-2012.....	66#
Figura 5 - Subitens que compõem o IFDM por área de desenvolvimento.....	73#
Figura 6 - Classificação dos municípios pela sua posição no ranking dos Indicadores sociais e econômicos, 2010. ....	74#
Figura 7 - Participação dos valores dos PTR no PIB dos Municípios, 2004-2012 .....	90#
Figura 8 – Componentes do Modelo de Análise .....	96#
Figura 9 – Mapa de palavras dos entrevistados.....	100#
Figura 10 – Dendograma com análise de agrupamento com as palavras dos entrevistados ..	101#
Figura 11 – Análise de grupamento com a ligação entre palavras .....	103#
Figura 12 - Sequência de codificação e categorização em Nós no NVivo.....	105#
Figura 13 – Número de referências da codificação de tópico .....	107#
Figura 14 – Número de referências da categorização final, por tipo de implicação e total ...	110#

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfís de Pobreza do Território de Identidade do Sudoeste Baiano .....	23#
Quadro 2 – Fonte dos dados e descrição dos indicadores quantitativos.....	34#
Quadro 3 - Descrição do Índice de Performance Econômica (IPE).....	37#
Quadro 4 – Descrição do Índice de Performance Social (IPS).....	38#
Quadro 5 - Aspectos envolvidos pela SEPLAN da definição dos territórios baianos.....	44#
Quadro 6 Estatística descritiva da variável IDHM, do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, 2000 e 2010 .....	70#
Quadro 7 Estatística descritiva da variável GINI, do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, 2000 e 2010 .....	71#
Quadro 8 - Tipos de benefícios do PBF e seus valores, em 2015 .....	80#
Quadro 9 - Resultado dos testes de correlação de Pearson entre os indicadores de desenvolvimento e a média da variável PTR de 2004 a 2010.....	92#
Quadro 10 – Verificação de similaridade de textos com Coeficiente de correlação de Pearson .....	109#

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de empresas, pessoal ocupado e rendimentos por município, 2000, 2004 e 2012 .....	60#
Tabela 2 – População e Taxa média de Crescimento (TMC) da População dos municípios e do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, nos anos 2000, 2004 e 2012.....	61#
Tabela 3 – PIB per capita e Taxa média de Crescimento Anual (TMC) dos municípios do Território em 2000, 2004 e 2012.....	65#
Tabela 4 Estatística descritiva do PIB per capita, por município, no intervalo de 2004 a 2012	67#
Tabela 5 Estatística descritiva do PIB per capita do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, 2004 a 2012 .....	68#
Tabela 6 Coeficiente de GINI e IDHM dos municípios nos anos de 2000 e 2010 .....	69#
Tabela 7 - Indicadores sociais e econômicos do ano de 2010.....	72#
Tabela 8 - Número de beneficiários dos PTR e participação percentual dos beneficiários na população dos municípios do TISB, 2004 e 2010.....	82#
Tabela 9 - Serviços de assistência social e saúde cofinanciados pelo MDS, 2011.....	84#
Tabela 10 - Serviços de educação e Inclusão produtiva do MDS e Cursos técnicos cadastrados no MEC, 2012-2014 .....	85#
Tabela 11 - Inclusão Produtiva do MDS – ATER e Água para Todos .....	87#
Tabela 12 - Estatística descritiva da variável PTR, por ano, no intervalo de 2004 a 2012 (em milhões de Reais).....	88#
Tabela 13 - Estatística descritiva da variável PTR, por município no intervalo de 2004 a 2012.....	89#

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACESSUAS	
TRABALHO	Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
ATER	Assistência Técnica e de Extensão Rural
BPC	Benefício de Prestação Continuada
Centro POP	Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializados de Assistência Social
EUA	Estados Unidos da América
FINBRA	Base de Dados Finanças do Brasil
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBM®	International Business Machines
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IFGF	Índice FIRJAN de Gestão Fiscal
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPE	Índices de Performance Econômica
IPS	Índices de Performance Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONU	Organizações das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PTR	Programas de transferência de Renda
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RMV	Renda Mensal Vitalícia
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria do Planejamento da Bahia
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SPSS®	Statistical Package for Social Sciences
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
TISB	Território de Identidade do Sudoeste Baiano

# SUMÁRIO

<b>1# INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15#</b>
1.1# PROBLEMA, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA .....	23#
<b>2# PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>27#</b>
2.1# DESCRIÇÃO DE INDICADORES.....	33#
2.2# ETAPA QUALITATIVA .....	38#
<b>2.2.1# Componentes qualitativos do Modelo de Análise .....</b>	<b>40#</b>
2.3# O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SUDOESTE BAIANO .....	43#
<b>3# DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>47#</b>
3.1# DESENVOLVIMENTO NACIONAL E TERRITORIAL .....	54#
3.2# INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO.....	59#
<b>4# PROGRAMAS DE TRANSFÊRENCIA DE RENDA NO BRASIL .....</b>	<b>76#</b>
4.1# O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) .....	78#
4.2# OS PTR NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SUDOESTE BAIANO .....	82#
4.3# CORRELAÇÃO ENTRE PTR E DESENVOLVIMENTO .....	87#
<b>5# PERCEPÇÃO DOS ATORES SOBRE A DESIGUALDADE INTRATERRITORIAL.....</b>	<b>95#</b>
5.1# PRÉ-ANÁLISE.....	98#
<b>5.1.1# Hipótese.....</b>	<b>102#</b>
5.2# CODIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO .....	104#
<b>5.2.1# Análise de similaridade de textos .....</b>	<b>108#</b>
5.3# INFERÊNCIA E INTERPRETAÇÃO.....	109#
<b>6# CONCLUSÃO.....</b>	<b>113#</b>
6.1# LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	119#
6.2# CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	121#
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>123#</b>
<b>APÊNDICE A - MODELO DE ANÁLISE.....</b>	<b>137#</b>
<b>APÊNDICE B - ALGUNS PROGRAMAS SOCIAIS ANTERIORES AO BOLSA FAMÍLIA .....</b>	<b>139#</b>

<b>APÊNDICE C - PIB DOS MUNICÍPIOS DO TISB (R\$ 1.000,00), 2000-2012.</b> .....	<b>140#</b>
<b>APÊNDICE D - PIB PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS DO TISB, (R\$), 2000-2012.</b> .....	<b>141#</b>
<b>APÊNDICE E - VALORES DO BPC PARA DEFICIENTES (BPC-D), 2004-2012</b> .....	<b>142#</b>
<b>APÊNDICE F - VALORES DO BPC PARA IDOSOS (BPC-I), 2004-2012.</b> .....	<b>143#</b>
<b>APÊNDICE G - VARIÁVEL PTR (BPCD+BPCI+PBF), 2004-2012.</b> .....	<b>144#</b>
<b>APÊNDICE H - PARTICIPAÇÃO DA VARIÁVEL PTR NO PIB POR MUNICÍPIO, 2004-2012.</b> .....	<b>145#</b>
<b>APÊNDICE I - TESTES DE NORMALIDADE PARA AS VARIÁVEIS – COM DADOS BRUTOS.....</b>	<b>146#</b>
<b>APÊNDICE J - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DAS ENTREVISTAS.</b> .....	<b>151#</b>
<b>APÊNDICE K - NUVEM DE PALAVRAS ENTREVISTADO E1.</b> .....	<b>154#</b>
<b>APÊNDICE L - NUVEM DE PALAVRAS ENTREVISTADO E2.</b> .....	<b>155#</b>
<b>APÊNDICE M - NUVEM DE PALAVRAS ENTREVISTADO E3.</b> .....	<b>156#</b>
<b>APÊNDICE N - NUVEM DE PALAVRAS ENTREVISTADO E4</b> .....	<b>157#</b>
<b>APÊNDICE O - NUVEM DE PALAVRAS ENTREVISTADO E5</b> .....	<b>158#</b>
<b>APÊNDICE P - NUVEM DE PALAVRAS ENTREVISTADO E6.</b> .....	<b>159#</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde os anos 1990 mais de trinta países incrementaram as suas políticas e programas sociais com uma grande diversidade de fins, mas que apresentaram em comum o objetivo vinculado à redução da pobreza (FRIED, 2012, p.1042). No Brasil as políticas e programas sociais também tiveram os objetivos relacionados à mitigação dos problemas de pobreza, desigualdade, exclusão e segregação (FRIED, 2012, p. 1043), mas também apresentaram, por intermédio de discursos dos seus representantes, a ideia de que esses programas poderiam contribuir com o desenvolvimento nacional (CAMPELLO; MELLO, 2014, p. 33).

No âmbito dessas políticas e programas sociais brasileiros, estão situados os Programas de Transferência de Renda (PTR), os benefícios sociais a idosos e deficientes de baixa renda e os programas de habitação, que condicionam as famílias pobres ao cumprimento de algumas obrigações, para que possam receber uma renda regular em forma de bolsa (MDS, 2013, p.15). O Programa Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC), que compõem o âmbito de pesquisa desta tese, são PTR que, dentre outros, integram o Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal, criado pelo decreto nº 7.492/2011 (MDS, 2013, p.15).

O Plano Brasil Sem Miséria é um programa de abrangência nacional que se enquadra como parte do sistema de proteção social brasileiro, que remonta aos anos 1930, cujo objetivo fundamental busca garantir um padrão mínimo de vida à população, frente às possíveis situações que poderiam afetá-lo negativamente (SOARES, 2010, p.11). A quantidade de beneficiários, seu alcance geográfico e o volume financeiro empregado nos PTR é o que os contextualizam como parte do sistema de proteção social nacional (SILVA, 2007, p. 4).

Tal sistema visa não somente o alcance de uma justiça social, mas também impedir ou mitigar “inúmeras externalidades negativas, como o desaquecimento da economia, gastos com saúde, baixos níveis de aprendizado e produtividade, aglomerações urbanas precárias, etc.” (SOARES,



2010, p.11). Ou seja, nessa perspectiva existe um objetivo mais amplo no sistema de proteção social, que visa contribuir para a redução das desigualdades regionais e, por consequência, promover o desenvolvimento nacional.

Campello<sup>1</sup> e Mello<sup>2</sup> (2014, p.33), que ocupavam cargos públicos diretamente ligados ao programa Brasil sem Miséria, reforçam esta argumentação ao afirmar que o processo de criação do programa Brasil sem Miséria seguiu um planejamento iniciado pelo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tendo como premissas a possibilidade de “construir uma política de desenvolvimento harmônica e compatível com uma agenda prioritária de combate à pobreza e à fome”, almejando resultados que fossem além do crescimento econômico. Neste sentido, compreende-se que por intermédio dos PTR, que possuem foco de atuação no indivíduo, pretendia-se alterar também as condições dos diversos territórios do país.

Entretanto, alguns autores criticam os PTR afirmando que os resultados são discretos e com pouco efeito para combater a pobreza (SILVA, 2007, p. 18) ou que os PTR podem até prejudicar o crescimento econômico (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011, p.268). Ou seja, este é um tema controverso para o qual ainda não há consenso, sobretudo quando é articulado com a questão do desenvolvimento, que por si só, já traz uma grande discussão quanto à sua conceituação e entendimento.

Comumente o termo desenvolvimento é utilizado para adjetivar uma situação de prosperidade econômica, progresso industrial e elevação do padrão de vida de uma população (GÓMEZ, 2002, p. 2; RIST, 2008, p. 8). Ou seja, esta noção de desenvolvimento remete a questões como: crescimento econômico, pleno emprego, inovação, eficiência distributiva e ecoeficiência (SACHS, 2001, p. 493), de tal forma que é possível entendê-lo como sendo algo naturalmente desejável pelas pessoas, por ser capaz de exprimir uma gradação na qual, quanto mais desenvolvido melhor será (RIST, 2008, p. 1).

Nesta visão, entende-se, portanto, que o Brasil, país continental com muitas especificidades (LAFER, 2001, p. 181), ainda é um país “mal desenvolvido” (SACHS, 2001, p.490), com desigualdades marcantes, concentração econômica e de produção industrial (RUIZ; DOMINGUES, 2008, p. 741) que contribuem, entre outras coisas, para o aumento das

---

<sup>1</sup> Tereza Campello ocupou o cargo de Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de 01 de janeiro de 2011 até 12 de maio de 2016.

<sup>2</sup> Janine Mello ocupou o cargo de Diretora de Programas - Gestão e Acompanhamento da Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza de 01 de janeiro de 2011 até 11 de fevereiro de 2016.

desigualdades interterritoriais e que podem ser demonstradas facilmente por meio dos indicadores de desenvolvimento mais utilizados, como o PIB e o PIB per Capita.

Embora seja questionado como indicador de desenvolvimento, o PIB é utilizado por ser um importante meio de estimar a capacidade produtiva de uma determinada economia. Desta forma, tem-se que no PIB de 2012, um único estado, São Paulo, possuía uma produção absoluta maior que a soma das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, composto por vinte estados (IBGE, 2014, p.17). Ainda demonstrando a desigualdade interterritorial, tem-se que o PIB per capita de Brasília (R\$ 64,653,00) era, em 2012, quase o dobro do de São Paulo (R\$ 33.624,41), 5,46 vezes maior que o da Bahia (R\$ 11.832,33) e ainda, 7,95 vezes maior que o do Piauí (R\$ 8.137,51) (IBGE, 2014, p. 17).

Contudo, retornando à noção acerca do termo desenvolvimento, é preciso salientar que ele possui múltiplos conceitos e, por isso, pode significar muitas coisas (TODARO; SMITH, 2011, p. 14) de tal forma que, para compreendê-lo é importante analisar qual foi origem do conceito ou noção (RIST, 2008, p.3; RADOMSKY, 2011, p.158). Outro cuidado a ser tomado antes de conceituar o desenvolvimento é distingui-lo de algumas noções popularizadas.

Por exemplo, é muito comum que o termo desenvolvimento seja entendido como algo que sempre existiu na humanidade, como um crescimento ou evolução natural, que pode ser exemplificado pelo desenvolvimento das plantas ou mesmo a evolução das espécies.

Também, em outro entendimento, o termo desenvolvimento refere-se às muitas ações realizadas pelos seres humanos visando uma modernização, por intermédio do surgimento e aplicação de novas tecnologias que muitas vezes estão relacionadas ao acréscimo de conforto e bem-estar (RIST, 2008, p. 26). Segundo diversos autores da Teoria Crítica do Desenvolvimento, a lógica desta noção de desenvolvimento foi idealizada após a segunda guerra mundial, pelos Estados Unidos da América – com apoio da Europa – com o objetivo de influenciar os demais países para a criação de uma ordem mundial que favorecesse ao bom andamento do sistema econômico capitalista (ESCOBAR, 1995, p. 12-13; GÓMEZ, 2002, p. 54; RIST, 2008, p. 75).

Entretanto, para esta tese, o conceito de desenvolvimento, não está associado a essas noções mas, refere-se a

[...] um conjunto de ações, muitas vezes conflituosas umas com as outras, que exigem - para a reprodução da sociedade - a transformação e destruição do meio ambiente e das relações sociais. O seu objetivo é aumentar a produção de mercadorias (produtos

e serviços) orientadas, pelo intermédio da troca, para a demanda efetiva. (RIST, 2008, p. 13).

Esse conjunto de ações ocorrem como intervenções, que em uma escala global são implantadas em forma de medidas (SACHS, 1992, p.1) que historicamente foram denominadas de protocolos internacionais, como os que ocorreram nos anos 1990, quando o Fundo Monetário Internacional (FMI) executou forte pressão para que os países subdesenvolvidos realizassem a abertura dos seus mercados, redução de impostos e privatização das empresas públicas (ESCOBAR, 1995, p. 57).

Ou seja, nesta tese compreende-se que o desenvolvimento é esse conjunto de ações – ou medidas – que envolvem questões econômicas, sociais, políticas e culturais que, por sua vez, correspondem às características externas do conceito citado (RIST, 2008, p. 13) e, por isso, podem ser avaliadas de forma que permita entender o desenvolvimento em um determinado local. Percebe-se então que este conceito indica uma importante relação conflituosa que envolve o crescimento econômico e a modernização, de forma a apontar também para as possíveis consequências positivas e negativas estas podem gerar, como a desigualdade entre regiões e intrarregional, ou ainda nas relações sociais e no meio ambiente.

Outro aspecto deste conceito é a posição de destaque dada ao sistema econômico capitalista como definidor das relações e das ações tomadas em prol do desenvolvimento. Ou seja, cabe ressaltar que embora fuja ao interesse desta tese uma discussão ou avaliação sobre o sistema capitalista, suas características e forma de atuação dos seus atores, é preciso entender que esse sistema, tem no seu âmago o direito à propriedade e a liberdade para produzir e comercializar e, assim, busca influenciar o conjunto de ações em prol do desenvolvimento neste sentido.

Tem-se portanto que, em uma escala territorial menor – estado, território, município ou até mesmo bairro e distrito – esse conjunto de ações em prol do desenvolvimento pode assumir a nomenclatura de projetos ou programas, que também são aplicados por meio de intervenções e que visam favorecer “a produção de mercadorias (produtos e serviços)” (RIST, 2008, p. 13). Contudo, entende-se que por decorrência dessas ações, ou parte delas, seja possível também satisfazer os interesses individuais da população e ainda reduzir ou mitigar as desigualdades interterritoriais e melhorar a qualidade de vida da população, por intermédio da promoção de serviços públicos e oferecimento de condições para que as famílias melhorem a sua renda e equalizem as economias domésticas.

Ou seja, mesmo que as ações de desenvolvimento sejam tomadas com o objetivo principal de atender o mercado em uma escala global, as suas implicações poderão ser positivas e serão sentidas nas menores escalas do território. Assim, é possível compreender que é nas menores escala do território que a desigualdade, exclusão e segregação se reproduzem, sendo que, são as condições de cada localidade – ou território – que irão proporcionar, ou não, respostas às ações empreendidas para mitigar essas questões. Dessa forma, as ações em prol do desenvolvimento, empreendidas nesses territórios, poderão ter resultados diversos a depender das características locais, que são chamadas de “virtualidades” (SANTOS, 2006; p. 230) ou que também podem ser entendidas como vocações regionais (TEIXEIRA; SOUSA, 2016, p. 30).

Então, em determinadas situações as ações em prol do desenvolvimento podem assumir características de oportunidades para os territórios quando são empreendidas observando as “virtualidades” ou vocações regionais. Assim é possível entender a noção das oportunidades que são oferecidas pelos lugares “ao mundo”<sup>3</sup>, mas que também são oportunidades oferecidas às pessoas que vivem nesses lugares (SANTOS, 2006, p. 230). Essas oportunidades para as pessoas podem ser entendidas como ofertas de serviços públicos, favorecimento à educação e saúde e, também, oportunidades de trabalho.

Nesta visão, para que uma ação em prol do desenvolvimento pudesse produzir resultados positivos em um território seria necessário que houvesse uma oportunidade oferecida. Ou seja,

O mundo, porém, é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares. Esse dado é, hoje, fundamental, já que o imperativo da competitividade exige que os lugares da ação sejam global e previamente escolhidos entre aqueles capazes de atribuir a uma dada produção uma produtividade maior. Nesse sentido, o exercício desta ou daquela ação passa a depender da existência, neste ou naquele lugar, das condições locais que garantam eficácia aos respectivos processos. SANTOS (2006, p.230)

Portanto, existe a possibilidade de que o PBF e BPC, que são programas sociais padronizados para todo o Brasil, possam produzir resultados diferentes, a depender da localidade na qual sejam executados, inclusive dentro de um mesmo estado ou território. Assim, as intervenções dos PTR podem ocasionar mais implicações positivas em um lugar do que em outro, pois isso dependerá das “virtualidades” do lugar, que poderão servir como oportunidades oferecidas. (SANTOS, 2006, p.230). Ou seja, embora os PTR sejam padronizados, os territórios não são.

O estado da Bahia, que é o interesse desta tese, é um bom exemplo das diferenças encontradas

---

<sup>3</sup> Conforme o conceito utilizado esse “mundo” é representado pelo sistema econômico capitalista.

em um território, visto que possui a economia concentrada i) setorialmente, nas áreas químico/petroquímico, de celulose e metalurgia; ii) empresarialmente, pois possui poucas empresas que respondem por grande parte de arrecadação e iii) espacialmente, na Região Metropolitana de Salvador (RMS) (TEIXEIRA; GUERRA; ARAÚJO, 2011, p.236).

Assim, o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da sua Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), utilizando a argumentação de alcançar um desenvolvimento equilibrado entre as diferentes regiões do estado, promoveu, em 2007, a regionalização do estado em territórios de identidade (Figura 1), “inspirados na regionalização do país em territórios rurais pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a partir de 2003” (SERPA, 2015, p. 20). Para tal, a Secretaria de Planejamento da Bahia (SEPLAN) assumiu que um território é:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. (SEPLAN, 2008).

Então, foram criados vinte e sete territórios que englobam os 417 municípios baianos que, conforme a configuração do Plano Plurianual Participativo (PPA) 2016-2019, são : (01) Irecê, (02) Velho Chico, (03) Chapada Diamantina, (04) Sisal, (05) Litoral Sul, (06) Baixo Sul, (07) Extremo Sul, (08) Médio Sudoeste da Bahia, (09) Vale do Jiquiriçá, (10) Sertão de São Francisco, (11) Bacia do Rio Grande, (12) Bacia do Paramirim, (13) Sertão Produtivo, (14) Piemonte do Paraguaçu, (15) Bacia do Jacuípe, (16) Piemonte da Diamantina, (17) Semiárido Nordeste II, (18) Litoral Norte/ Agreste Baiano, (19) Portal do Sertão, (20) Sudoeste Baiano, (21) Recôncavo, (22) Médio Rio de Contas, (23) Bacia do Rio Corrente, (24) Itaparica, (25) Piemonte Norte do Itapicuru, (26) Metropolitano de Salvador e (27) Costa do Descobrimento (BAHIA, 2015, p. 559).

A partir da configuração baiana em Territórios de Identidade, o Governo Estadual vinculou as suas políticas ao modelo de regionalização implantado (MONTEIRO; SERPA, 2012, p. 155). Contudo, apesar das ações empreendidas pelo Governo Estadual, percebe-se que as diferenças interterritoriais persistem, de forma que o território de identidade Metropolitano de Salvador, que na configuração do PPA 2012-2015 compreendia apenas dez municípios, produziu, em 2012, mais de 40% do PIB do estado, enquanto os territórios da Bacia do Jacuípe, Bacia do Paramirim e Piemonte da Diamantina, com 32 municípios, produziram, juntas, pouco mais que

2,0% (IBGE, 2013).

Figura 1 - Territórios de Identidade da Bahia



Fonte: BAHIA (2015).

Embora esta diferença encontrada no PIB dos territórios baianos demonstre a desigualdade econômica interterritorial, causada dentre outras coisas pela concentração da produção do

estado, ela não é suficiente para explicar todos os aspectos da desigualdade do estado. Questões referentes à educação, saúde, cultura, mobilidade urbana, grau de industrialização, nível de pobreza, arranjos produtivos locais, vocação territorial e distribuição de renda também devem ser consideradas (LOPES; VIEIRA, 2015, p. 29). Desta forma, é possível compreender que a desigualdade que ocorre entre os territórios de identidade baianos, também pode ocorrer dentro de um mesmo território. Ou seja, entre os municípios que os compõem.

O território de identidade do Sudoeste Baiano define bem o padrão de concentração e desigualdade do estado da Bahia, visto que, ele é composto por 24 municípios que, entre si, não são equivalentes em: desempenho econômico, infraestrutura e capacidades - sobretudo nas áreas de saúde e educação. Em uma análise econômica, no ano de 2012, somente a cidade de Vitória da Conquista, produziu quase 67% do PIB do território de Identidade, sendo que, neste mesmo ano, o PIB per capita deste município (R\$ 12.522,46) era 3,76 vezes maior que o de Mirantes (R\$ 3.327,81), menor PIB per capita do território de identidade (IBGE, 2013).

Os municípios deste território são: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista.

Embora o fato de fazer parte do mesmo território de identidade possa remeter a um simbolismo de igualdade entre os municípios participantes, algumas pesquisas que delinearão perfis para os municípios baianos apontam para o contrário (FONSECA, 2013; SANTOS, SILVA e PEREIRA, 2011). A SEI utilizou dados de 2010 para fazer um mapeamento dos perfis de pobreza da Bahia (Quadro 01), dividindo-os em cinco categorias de forma que, o Território de Identidade do Sudoeste Baiano apresentou 17 dos seus 24 municípios (ou seja, 70,7%) nas piores condições de pobreza – que são os perfis D e E – enquanto apenas 4 municípios (16,7% do território) estavam no Perfil B e apenas o município de Vitória da Conquista estava no perfil A, que são as melhores condições das categorias do estudo (FONSECA, 2013).

Em outro estudo, Santos, Silva e Pereira (2011), construíram uma tipologia a partir das informações de atividades econômicas, utilizando a análise de conglomerados (*clusters analysis*), para compreender as similaridades dos municípios baianos. Os seis perfis criados pelos autores explicam a proeminência da atividade econômica de cada município, sendo que o perfil 1 define os municípios que tem 50% ou mais do seu Valor Agregado (VA) associado a

administração pública, que também inclui os valores dos PTR pagos aos beneficiários dos municípios. Neste perfil encontram-se 20 dos 24 municípios do território de identidade do Sudoeste Baiano. Nos outros perfis aparecem Barra do Choça e Ribeirão do Largo com o perfil de agropecuária, Encruzilhada com perfil de serviços e agropecuária e Vitória da Conquista com o perfil de Serviços (SANTOS, SILVA e PEREIRA, 2011).

Quadro 1 - Perfis de Pobreza do Território de Identidade do Sudoeste Baiano

<b>Perfil</b>	<b>Municípios</b>	<b>%</b>
<b>Perfil A</b> - Possui proporção menor de pessoas pobres em relação à sua população municipal e os melhores indicadores em todas as dimensões. São os municípios de maior porte econômico e demográfico.	Vitória da Conquista	4,2%
<b>Perfil B</b> - Muito próximo ao perfil 'A'. De todas as dimensões, apenas a renda apresenta piores indicadores neste grupo de municípios. Segunda maior concentração de atividades, pela ótica do PIB.	Condeúba, Guajeru, Jacaraci e Piripá.	16,7%
<b>Perfil C</b> - Apresenta todas as dimensões com resultados piores do que o perfil 'B'. A dimensão moradia se destaca positivamente dentre as demais.	Barra do Choça e Poções,	8,4%
<b>Perfil D</b> - No geral, está em melhor situação do que o perfil 'E', e em patamar similar ao perfil 'C'. As dimensões mais frágeis são renda e Saúde. Economia fortemente relacionada à agricultura familiar.	Aracatu, Belo Campo, Cândido Sales, Cordeiros, Licínio de Almeida, Mortugaba, Planalto e Tremedal.	33,3%
<b>Perfil E</b> - Municípios com os piores resultados em todas as dimensões da pobreza.	Anagé, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Caraíbas, Encruzilhada, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros e Ribeirão do Largo.	37,4%

Fonte: Fonseca (2013) - Adaptado pelo autor.

## 1.1 PROBLEMA, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Portanto, visto que: i) os programas sociais do Governo Federal estão inseridos em um plano que têm por objetivo promover o desenvolvimento nacional, reduzindo a desigualdade individual e territorial; ii) existem poucos dados que relacionam os projetos sociais do governo federal com o desenvolvimento e as desigualdades territoriais e intraterritoriais e iii) os municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano são heterogêneos e tendem a responder de forma diferente às intervenções dos PTR, surge então o seguinte questionamento:



Quais as implicações dos programas de transferência de renda brasileiros no desenvolvimento do Território de Identidade do Sudoeste Baiano?

Portanto, para alcançar o objetivo desta tese que é analisar as implicações dos programas sociais brasileiros no desenvolvimento do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, será necessário realizar as seguintes etapas:

- Conhecer a estrutura econômica e social dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano por intermédio de indicadores;
- Analisar as ações no âmbito dos PTR realizadas no Território de Identidade do Sudoeste Baiano;
- Conhecer a percepção dos atores-chave sobre as possíveis relações entre os PTR e a desigualdade dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano.

Para tal, a teoria crítica do desenvolvimento será utilizada para contribuir na compreensão do complexo processo do desenvolvimento territorial, verificando a concepção das ações, resgatando modelos, tipos de análises e outras teorias propostas para o desenvolvimento nas ciências sociais. Neste sentido, há uma busca por analisar a possibilidade de novas concepções e aplicações práticas que objetivem a transformação social e econômica, no âmbito das ações em prol do desenvolvimento. A teoria crítica do desenvolvimento também será utilizada para contribuir na análise das ações em prol do desenvolvimento, que em grande parte são planejadas e executadas pelo estado (VITTE, 2006, p.79).

Como pressuposto balizador deste trabalho tem-se que embora os PTR possam ter contribuído para a redução da pobreza e a desigualdade nas populações dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, há o questionamento se eles contribuíram efetivamente com o desenvolvimento de forma a reduzir a desigualdade intraterritorial promovendo: a redução da concentração econômica e espacial, a inserção do indivíduo no sistema produtivo local e o oferecimento de serviços públicos. Ou seja, tem-se nesta tese que os PTR podem ter contribuído para reduzir a desigualdade de renda entre os indivíduos dos municípios, mas também, podem ter implicado no crescimento da desigualdade entre os municípios pertencentes ao mesmo território.

A justificativa principal desta tese está no fato de que, embora existam inúmeros estudos tratando da temática do desenvolvimento e das desigualdades territoriais e, mais recentemente, sobre os programas brasileiros de transferência de renda, ainda há um longo percurso a ser

percorrido para que as questões envolvendo essa temática sejam bem compreendidas, sobretudo quando se analisa as implicações desses programas em uma menor escala territorial.

Além disso, este estudo buscou outras fontes de dados, que fossem diferentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no qual grande parte dos estudos sobre os PTR se baseiam. O principal motivo pra isso é que a PNAD é uma pesquisa por amostragem que faz uso de métodos de estimação e que, por isso, não coletam dados de todos os municípios brasileiros. Desta forma, a utilização de dados agregados para o país pode distorcer resultados importantes podendo causar também “conclusões imprecisas” (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011, p. 267).

Justifica também, o fato dos PTR possuírem grande importância no Estado da Bahia, visto que compreendem uma geração de renda substancial (ZYLBERBERG, 2008, p. 56), sendo que, em 2009 o total de 1.889.803 beneficiários recebiam renda oriundas do PBF ou do BPC (QUEIROZ *et al*, 2010, p. 14). Além disso, é notório que as “virtualidades” e oportunidades (SANTOS, 2006, p. 162) dentro desse estado são muito diferentes e, portanto as implicações dos PTR nas suas localidades também poderão ser e, por isso, precisam ser pesquisadas.

Neste sentido, para contribuir com os conhecimentos sobre o desenvolvimento territorial é preciso conhecer o processo de crescimento dos territórios, identificando os erros e acertos das políticas públicas adotadas, compreendendo como o próprio território percebe a questão envolvendo o desenvolvimento e a desigualdade, ou até mesmo se este desenvolvimento existe ou não. Também, tem-se em outra perspectiva que os estudos que abordam a questão do desenvolvimento em um território específico, podem trazer contribuições para a sociedade local, visto que tendem a aprofundar o conhecimento em questões muito particulares.

Quanto às particularidades do *locus*, percebe-se que o Território de Identidade do Sudoeste Baiano ainda possui certa desorganização, sendo muito polarizado pelo município de Vitória da Conquista, que concentra grande parte dos investimentos da região (SANTOS; SERPA, 2015, p.57). Santos e Serpa (2015) complementam que pelo fato do território, até o PPA 2012-2015, possuir o mesmo nome do seu município polo havia muito questionamento pelos outros municípios do mesmo território e servia como prova da desproporcionalidade entre eles.

Neste sentido, a justificativa da escolha do *locus* desta tese, também tem por base os estudos envolvendo o município de Vitória da Conquista que apontam para a sua importância como cidade média, visto ter obtido consistentes taxas de crescimento econômico e populacional,

sobretudo após o ano de 2002. Uma boa parcela deste crescimento econômico é oriundo do comércio varejista e dos serviços nas áreas de educação, saúde e logística que essa cidade provê para todo território (RAMOS, 2011, p. 115; ROCHA; FERRAZ, 2005, p.12562).

Outra importante justificativa para o *locus* é que não foram encontrados estudos que busquem a relação dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano após a recente regionalização do estado baiano em Territórios de Identidade, que tenha em seu cerne uma abordagem crítica do desenvolvimento e relação com os PTR do Governo Federal e as desigualdades intraterritoriais. Então, uma vez que o governo baiano adotou a regionalização em territórios de identidade e o governo federal tem nos PTR uma das suas principais bandeiras, é preciso que se analise a questão do desenvolvimento entre os municípios de um mesmo território, verificando as possíveis relações com as desigualdades histórica entre eles.

Esta tese está dividida em seis partes incluindo esta introdução. A seção seguinte descreve a metodologia da pesquisa, demonstrando as variáveis utilizadas e as suas fontes de dados, além de descrever algumas possibilidades consideradas para alcançar o objetivo geral. Na terceira seção a questão o Desenvolvimento é colocado para discutir algumas importantes teorias e posicionar o trabalho quanto ao conceito e abordagem do tema. Na quarta seção os Programas de Transferência de renda no Brasil são abordados tanto no contexto histórico, no seu funcionamento e gestão. A quinta seção apresenta os dados e análises obtidas das entrevistas com alguns atores relacionados com o território. Por fim, a sexta seção conclui o trabalho.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estratégia de pesquisa utilizada nesta tese é o estudo de caso do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, composto por vinte e quatro municípios, sendo que o foco da análise deste trabalho está no conjunto, no território, e não nas unidades, que são os municípios. Para isso a abordagem principal do problema fez uso, tanto de métodos qualitativos quanto de métodos quantitativos, de forma que as análises se complementassem. Esta escolha decorreu das características desta pesquisa e, também, por que no estudo de caso existe uma relação complexa entre o objeto da pesquisa e o mundo de forma que não seria possível traduzir todos os resultados somente em números (GIL, 1999).

De forma geral, o estudo de caso tem a característica de se interessar mais pelos casos individuais do que pelos métodos usados na investigação, que podem ser os mais diversos, qualitativos ou quantitativos (STAKE, 1995). Isso pode ser explicado, em alguns aspectos, por ser um tipo de pesquisa empírica que se preocupa em investigar um fenômeno atual em um contexto natural e com múltiplas fontes de evidência, que pode não possuir fronteiras claramente definidas entre o contexto e o fenômeno (YIN, 2001, p.19).

O estudo de caso, portanto, pode ajudar a compreender um fenômeno complexo – como é o caso das questões acerca do desenvolvimento – de uma forma mais ampla, visto que pelo aprofundamento pode contribuir com o discernimento sobre o assunto, ou ainda, contestar um princípio amplamente difundido e aceito. Desta forma, uma pesquisa neste formato pode ajudar na compreensão, ou mesmo a ordenação teórica, do fenômeno do desenvolvimento territorial, encontrando as possíveis diferenças e similaridades em um mesmo território ou diferenciando um território de outros (STAKE, 2000; YIN, 2001).

Assim, foram realizados os seguintes procedimentos técnicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevista. A pesquisa documental teve o propósito de compreender as alterações

da unidade de análise, sobretudo nos indicadores relacionados ao desenvolvimento territorial, conforme o Modelo de Análise (APÊNDICE A, p. 137). Também foram aplicados alguns pré-testes para corrigir eventuais desvios e evitar problemas quanto ao rigor metodológico (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 2003).

Neste sentido, em relação à estrutura metodológica, uma das críticas apontadas aos estudos de casos é a falta de procedimentos metodológicos rígidos, que por vezes acabam comprometendo a qualidade dos resultados alcançados. Por isso, fez-se necessário ter uma clara visão da ordem em que os procedimentos ocorreram nesta tese e que serão detalhados ao longo desta seção. Os procedimentos são:

- Referencial teórico;
- Refinamento do problema e objetivo;
- Ajustes metodológicos;
  - Proposta do modelo de análise;
    - Pré-testes;
    - Refinamento do modelo de análise;
  - Elaboração dos instrumentos da pesquisa;
  - Levantamento preliminar dos dados;
  - Seleção preliminar dos indicadores a ser utilizados;
  - Seleção preliminar dos atores a serem entrevistados;
- Pesquisa empírica
  - Levantamento de dados;
  - Entrevistas;
  - Tratamento dos dados;
  - Análise e discussão acerca dos resultados encontrados e
- Conclusão.

Uma vez que o objeto de estudo desta tese é composto pelos impactos dos PTR no desenvolvimento territorial, tem-se que uma das formas de avaliar tais programas, que são oriundos de políticas públicas, é por intermédio da determinação do impacto dos programas em uma população, ou território, verificando se há alguma relação de causalidade em uma determinada variável que interessa ao estudo. Neste sentido, é importante descrever os passos seguidos durante a etapa dos ajustes metodológicos, para compreender as escolhas feitas para esta tese e, também, apresentar o modelo de análise utilizado.

Desta forma, foram consideradas três possibilidades quantitativas que poderiam ser usadas para alcançar parte do objetivo proposto. A primeira, mais focada nos indivíduos do território, faz uso da comparação dos dados de quem participou do programa com quem não participou. A segunda tem por base a realização de um corte temporal longitudinal, para comparar indicadores anteriores à implantação dos programas com os indicadores posteriores. A terceira possibilidade faz uso da estatística para inferir sobre a influência combinada de alguns fatores nos indicadores de desenvolvimento do território.

A primeira possibilidade permitiria encontrar impactos em treinamentos, programas e projetos, políticas públicas ou mesmo tratamentos médicos usando as técnicas de *matching*, que possibilitam a avaliação empírica dessas intervenções. O *propensity score matching* faz uso de uma variável binária para identificar o indivíduo que participa ou não de uma intervenção e, a partir daí, realiza a comparação entre dois ou mais grupos para verificar se os indivíduos foram afetados por esta intervenção exógena, como por exemplo os PTR brasileiros (IMBENS; WOOLDRIDGE, 2009, p. 33). Este método se tornou muito popular para verificar uma diversidade de níveis de impacto das intervenções nas quais muitas variáveis precisem ser testadas (WOOLDRIDGE, 2005, p. 1026).

Em um levantamento nas bases de artigos, como o Portal de Periódicos da Capes, O portal Scielo e o *Google Scholar*, é possível encontrar diversas pesquisas, sobre os PTR brasileiros, que fizeram uso das técnicas conhecidas por *propensity score matching*, ou como também são conhecidas em português, métodos de pareamento ou emparelhamento de dados (NÚÑEZ, 2011, p. 103). Essas pesquisas calculam o impacto dos programas sociais nos indicadores de desenvolvimento territorial, utilizando para isso os microdados da PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que tem por objetivo produzir informações sobre o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Contudo, é preciso observar que a PNAD não é realizada em todos os municípios brasileiros, por questões de logística e operacionalização. Ou seja, para viabilizar essa pesquisa, o processo de seleção da amostra estratifica os municípios, selecionando-os de acordo com a “probabilidade proporcional à população residente obtida no Censo Demográfico 2010” (IBGE, 2011, p. 01). Desta forma, no estado da Bahia, a PNAD ocorre em 88 dos 417 municípios, com 11.528 unidades domiciliares visitadas, sendo que apenas na Região Metropolitana de Salvador todas as unidades domiciliares são pesquisadas (IBGE, 2012, p.40).

Outro detalhe importante é que o IBGE não fornece o nome dos municípios que participaram da pesquisa, não sendo possível portanto selecionar nos microdados da PNAD apenas o Território de Identidade do Sudoeste Baiano. E, mesmo que isso fosse possível, o resultado da pesquisa provavelmente seria enviesado e, por isso, a técnica do *propensity score matching* foi desconsiderada como metodologia para este trabalho.

Assim, as técnicas quantitativas escolhidas para a realização desta tese foram: i) a realização de um corte temporal longitudinal, para comparar indicadores anteriores à implantação dos PTR com os indicadores posteriores e ii) o uso da correlação estatística para verificar a influência combinada dos PTR nos indicadores de desenvolvimento do território. Assim, além de realizar a análise dos indicadores medidos antes e depois da implantação dos PTR, essas técnicas também foram utilizadas para verificar se haveria a possibilidade de inferir sobre as variáveis que influenciam o desenvolvimento dos municípios do território. Para a realização dessas técnicas serão utilizados softwares estatísticos em planilhas de dados.

O corte temporal adotado foi entre 2004 a 2012, com a ressalva de que a definição exata do período examinado para alguns indicadores dependeu da disponibilidade dos dados municipais do *locus* da pesquisa. Desta forma, algumas análises utilizaram os Censos de 2000 e 2010, enquanto outras análises adotaram períodos a partir do ano de 2004, quando iniciaram as transferências de renda referente ao PBF.

O Modelo de Análise utilizado para operacionalizar esta tese, conforme apresentado no Apêndice A, página 137, parte do desenvolvimento do território para entendimento das implicações oriundas dos PTR em diferentes dimensões. Tem-se, portanto, que o modelo de análise desta tese foi concebido para que fosse possível analisar o desenvolvimento territorial considerando as dimensões: Social, Econômica e Operacional no âmbito dos PTR. Entendeu-se que essas três dimensões permitiriam concluir sobre as implicações dos PTR no desenvolvimento territorial, uma vez que são formadas por componentes que foram relacionados aos objetivos específicos da pesquisa. Assim, a relação entre os componentes do Modelo de Análise e os objetivos específicos da pesquisa são explicados a seguir.

A complexidade desta pesquisa e a necessidade de realizar uma análise com um sentido mais amplo, levou à formulação do primeiro objetivo específico, que é conhecer a estrutura econômica e social dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano por intermédio de indicadores que fazem parte das dimensões social e econômica do modelo de

análise e que incluem os componentes capacidades para os indivíduos, desigualdade de renda, ofertas de serviços e taxa de crescimento média per capita. Para tal, a estatística será utilizada para verificar como os indicadores relacionados à cada componente se comportaram durante o corte temporal desta pesquisa.

O componente Capacidades para os Indivíduos corresponde à perspectiva de que o ser humano deve possuir, de maneira satisfatória, a “capacidade de funcionar ou de desempenhar funções” (SEN, 1993; p. 2). Ou seja, as Capacidades para os indivíduos são colocadas como uma ideia de potencialidade ou liberdade do indivíduo, de forma que tanto a presença ou a ausência de diversos fatores sociais e econômicos<sup>4</sup> irão afetar a forma de como o indivíduo se relaciona com o mundo. Assim, pode-se dizer que um, indivíduo está privado de uma ou mais capacidades básicas quando: é analfabeto, sente fome, possui invalidez física ou mental, dentre outros (SEN, 1993, p. 9). De certa forma, a capacidade pode ser visto como algo atrelada ou intrínseca à Qualidade de Vida dos indivíduos, embora não se limite a ela. Para medir este componente foi utilizado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) como indicador.

O Coeficiente de Gini, que é um dos indicadores de desigualdade mais populares por possuir uma apresentação clara e forma de cálculo direta e intuitiva (STEWART; SAMMAN, 2013, p. 16), foi escolhido para verificar como a renda é distribuída entre as famílias, ou indivíduos, do território de identidade e assim responder ao componente desigualdade de renda do modelo de análise. Além disso, as propriedades das medidas de desigualdade deste indicador asseguram que as características dos indivíduos, que não seja a renda, não devem causar variação nas suas medidas.

O componente Oferta de Serviços utilizou os Índices de Performance Econômica (IPE) e Performance Social (IPS) da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para medir as condições dos serviços públicos municipais que tem grande impacto para a população, nas dimensões econômica e social. Desta forma, foi possível considerar que esta avaliação englobou questões como fornecimento e consumo de energia elétrica e água potável, saúde pública e educação, além da dependência de receita externa.

A estatística, tanto descritiva quanto inferencial, foi empregada para alcançar o segundo objetivo específico, que é analisar as ações no âmbito dos PTR realizadas no Território de Identidade do Sudoeste Baiano. Para tal, a dimensão do modelo de análise utilizada foi a

---

<sup>4</sup> Por exemplo: Assistência social, cuidados básicos de saúde, educação e segurança no emprego.



Operacional no âmbito dos PTR e os componentes analisados foram os recursos financeiros repassados aos municípios, a assistência prestada aos cidadãos e as oportunidades<sup>5</sup> relacionadas ao trabalho. A percentagem do PIB correspondente à população e os valores financeiros dos PTR repassados a cada município foram calculados, para que fosse possível compreender as possíveis relações existentes entre as variáveis e a sua importância para o problema da pesquisa. Este cálculo percentual também foi realizado em relação ao PIB per capita.

A assistência prestada aos cidadãos nas áreas social, de saúde e de educação foram descritas quantitativamente e analisadas nas variáveis Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua (Centro POP), Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Vagas de acolhimento, Unidades básicas de saúde e Escolas Fundamentais em tempo integral. Estas variáveis também ajudam no entendimento do segundo objetivo específico, visto que são apontadas pelo MDS como ações complementares de assistência social dos PTR, fundamentais para o atendimento dos beneficiários do PBF.

O componente Trabalho foi tratado da mesma forma que o anterior, sendo que as variáveis Número de matrículas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e Repasse ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho), foram avaliadas para contribuir com a compreensão acerca das oportunidades oferecidas aos cidadãos, para uma possível fixação dos mesmos em seus municípios.

Ainda como parte do segundo objetivo específico, será realizada uma correlação estatística entre o componente Recursos Financeiros, que tem por indicador os valores repassados pelos PTR para os beneficiários de cada município e os indicadores dos componentes: capacidades para os indivíduos, desigualdade de renda, oferta de serviços e taxa de crescimento média per capita. Espera-se que com o uso da correlação de Pearson seja possível concluir ou inferir sobre as implicações desta ação – que é a transferência monetária – nos indicadores relacionados ao desenvolvimento.

Os dados dos municípios e os indicadores acima descritos foram reunidos em um único arquivo, em formato de planilha eletrônica e depois exportados para o *software* IBM® SPSS® *Statistics* – *Statistical Package for Social Sciences*, para a realização das análises estatísticas descritivas

---

<sup>5</sup> Oportunidades de trabalho ou de investimento local que possuam relação com os PTR.

e inferenciais. Com a estatística descritiva é possível descrever as variáveis resumidamente, visando uma melhor compreensão dos dados enquanto a estatística inferencial permite uma aproximação às conclusões acerca do problema de pesquisa.

Em relação a estatística inferencial, o primeiro passo para escolhas dos testes a serem utilizados nas análises deve ser a verificação de normalidade dos dados amostrais (CANTELMO; FERREIRA, 2007, p. 1630). Desta forma, os testes de normalidade aplicados foram D'Agostino, D'Agostino-Pearson e Kolmogorov-Smirnov, visto que são bem aceitos para amostras únicas e permitem a escolha dos testes de inferência que podem ser aplicados (SHESKIN, 2000; p. 135).

Durante a elaboração e refinamento do modelo de análise, foi reforçada a necessidade de associar métodos qualitativos e quantitativos para proporcionar um melhor entendimento ao problema da pesquisa. Ou seja, conforme descrito anteriormente, foram considerados tanto os indicadores quantitativos quanto os indicadores qualitativos, que nesta tese são formados pelas percepções dos atores representativos do território de identidade. Desta forma, serão avaliados qualitativamente os componentes Exclusão, Qualidade de Vida, Economia Doméstica e Oportunidades para Economia Local, sendo que os dois primeiros são da dimensão social e os demais da dimensão econômica.

## 2.1 DESCRIÇÃO DE INDICADORES

Nesta seção, os indicadores quantitativos terão as suas fórmulas de cálculos e variáveis descritas, para colaborar com o entendimento do que está sendo avaliado. Esses indicadores são: PIB per Capita, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Coeficiente de GINI e índices de Performance Econômica (IPE) e Performance Social (IPS). Além desses, o PIB, os Valores da transferência de renda repassados aos município e o número de habitantes por município<sup>6</sup> também são indicadores utilizados, mas que não necessitam da descrição de fórmulas para o seu entendimento. Para uma melhor compreensão dessas variáveis, as suas fontes dos dados e descrição dos indicadores quantitativos utilizados serão apresentados no Quadro 2.

---

<sup>6</sup> Censo populacional do IBGE

Também, é importante realizar uma breve descrição de cada indicador, para que haja uma melhor compreensão do que se pretende avaliar e como cada variável pode contribuir com isso. A ordem em que as variáveis estão listadas abaixo não representa nenhum elemento de importância ou prioridade entre elas. Talvez a mais simples de todas, o PIB per capita, pode ser explicada facilmente como o resultado da divisão do PIB municipal pela população, em um determinado período.

Quadro 2 – Fonte dos dados e descrição dos indicadores quantitativos

<b>Fonte dos Dados</b>	<b>Descrição dos indicadores quantitativos</b>
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	PIB e PIB per capita
Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)
	Coefficiente de GINI
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)	Índice de Performance Econômica (IPE)
	Índice de Performance Social (IPS)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) <sup>7</sup>	Valores da transferência de renda por município

Fonte: Elaboração do autor.

O IDHM é um indicador adaptado a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Global (IDH), sendo calculado para todos os municípios brasileiros. O IDHM utiliza as dimensões de longevidade, educação e renda por intermédio de indicadores brasileiros adequados, buscando proporcionar uma visão do desenvolvimento que vá além das medições econômicas e que possa servir de comparação entre os municípios, favorecendo a observação da desigualdade entre eles. O IDHM varia de 0 a 1, sendo 0 (zero) a pior medição. Dessa forma tem-se que o desenvolvimento municipal pode ser, conforme o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro (2013):

- Muito baixo, de 0 a 0,499;
- Baixo de 0,5 a 0,599;
- Médio de 0,6 a 0,699;

<sup>7</sup> Inclui o IPEADATA que é a base de dados macroeconômicos do IPEA.

- Alto de 0,7 a 0,799 e
- Muito Alto acima de 0,8.

A dimensão longevidade do IDHM é calculado a partir dos padrões de mortalidade da população do município e o número médio de vida, em anos, de uma pessoa. A dimensão educação mede percentualmente quantas pessoas com mais de dezoito anos possuem o ensino superior completo e a média aritmética do percentual de pessoas que estão frequentando a escola, sendo que os pesos dessas medidas são, respectivamente, 1 e 2. A dimensão renda mede a renda per capita do município (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL BRASILEIRO, 2013).

O IDHM é medido pela média geométrica das três dimensões conforme formula a seguir:

$$IDHM = \sqrt[3]{(Ilong \times Ieduc \times Irend)}$$

Onde:

- Ilong = Indicador de Longevidade;
- Ieduc = Indicador de Educação e
- Irend = Indicador de renda.

O Coeficiente de GINI mede a desigualdade na distribuição de renda dos municípios e varia de 0 a 1. Neste indicador o valor 0 (zero) indica que não há desigualdade enquanto o valor 1 indica que a distribuição de renda é totalmente desigual. A fórmula que utilizada neste cálculo é:

$$G = 1 - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (\Phi + \Phi_{i-1})$$

Onde:

- G = Coeficiente de GINI;
- n = número total de elementos;
- i = iésimo elemento e
- $\Phi$  = fração da renda total.

Os indicadores IPE e IPS são medidos pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), possuindo o objetivo de “classificar os Municípios e Territórios de Identidade com a finalidade de retratar a realidade municipal e territorial no período de tempo analisado” (SEI, 2013a), em relação à oferta de serviços públicos municipais. O IPE e o IPS buscaram sintetizar informações municipais em áreas que, segundo a SEI, tem alto impacto para a população.

O método de cálculo desses indicadores é o escore padronizado que “permite a comparação dos indicadores entre si e em relação à média estadual [...]” de forma a também “[...] permitir um acompanhamento das posições dos municípios ao longo do tempo.” (SEI, 2013a). Adotou-se uma média com o valor de 5.000, para que se tivesse uma amplitude de escala de forma que, mesmo com as diferenças dos municípios, não haveria superposição dos índices (SEI, 2013a). A fórmula que o descreve é:

$$E_p = \left( \frac{E_b - E_m}{S} \times 100 \right) + 5000$$

Onde:

- E = Escore padronizado no indicador;
- $E_b$  = Indicador do município;
- $E_m$  = Valor médio dos indicadores;
- S = Desvio padrão do indicador.

Conforme pode ser visto no Quadro 3, o IPE é composto pelos seguintes subíndices: Índice de Infraestrutura (INF), Índice do produto municipal (IPM), Índice de Corrente de Comércio Exterior (ICE) e Índice de Independência Fiscal (IIF), sendo que a fórmula utilizada no cálculo é:

$$IPE = \sqrt[4]{INF \times IPM \times ICE \times IIF}$$

Quadro 3 - Descrição do Índice de Performance Econômica (IPE)

Subíndice	Descrição
INF	<p>Calculado por intermédio da seguinte fórmula:</p> $INF = \sqrt[3]{EEN \times BAN \times ECS}$ <p>Onde:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• EEN = Consumo total de energia elétrica para cada 1000 habitantes;</li> <li>• BAN = Total de instituições financeiras em funcionamento para cada 1000 habitantes e</li> <li>• ECS = Total de estabelecimentos comerciais e de serviços para cada 1000 habitantes.</li> </ul>
IPM	Calculado por intermédio do rateio do PIB regional dos municípios considerando uma estrutura ponderada dos setores: agropecuário, industrial, serviços e financeiro.
ICE	<p>Calculado pela seguinte fórmula:</p> $ICE = \left( \frac{Exportações + Importações}{População} \right) \times 100.000$
IIF	<p>Calculado pela seguinte fórmula:</p> $IIF = \left( \frac{Receita Própria}{Receita Total} \right) \times 100$

Fonte: SEI (2013a) - Adaptado pelo autor.

O IPS é composto pelos seguintes subíndices (Quadro 4): Índice do Nível de Saúde (INS), Índice do Nível de Educação (INE), Índice da Oferta de Serviços Básicos (ISB) e Índice do Mercado de Trabalho (IMT), sendo que a fórmula utilizada no cálculo é:

$$IPS = \sqrt[4]{INS \times INE \times ISB \times IMT}$$

Os Valores da transferência de renda por municípios do IPEA / IPEADATA e os Censo 2000, Censo 2010 do IBGE não carecem de maiores explicações visto que são compostos por dados simples. Além desses indicadores aqui listados, optou-se por incluir dois novos indicadores no Capítulo 3, apenas para contribuir com as análises das questões tratadas, mas sem interferir no modelo de análise. São eles o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), calculados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio

de Janeiro (FIRJAN).

Quadro 4 – Descrição do Índice de Performance Social (IPS)

Subíndice	Descrição
INS	<p>Calculado por intermédio dos seguintes coeficientes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ocorrência de doenças de notificação obrigatória (reduzíveis por saneamento e imunização) para cada 100 mil habitantes;</li> <li>• Número de óbitos por sintomas, sinais e afecções mal definidos, em relação ao total de óbitos;</li> <li>• Número de profissionais de saúde para cada 1000 habitantes;</li> <li>• Número de estabelecimentos de saúde para cada 1000 habitantes;</li> <li>• Cobertura de vacinação (Tríplice Viral);</li> <li>• Número de leitos para cada 1000 habitantes.</li> </ul>
INE	<p>É calculado por intermédio da contagem do número de matrículas do ensino fundamental ao nível superior, sendo que o número de matrículas iniciais de cada nível é dividido pelo total da população do município.</p>
ISB	<p>Seu cálculo é realizado tendo por variáveis o Consumo residencial de energia elétrica por 100 mil habitantes e o Consumo de água tratada por 100 mil habitantes.</p>
IMT	<p>Este índice é calculado pela média geométrica entre o Índice de Geração de Renda (IGR) e o Índice de Emprego Formal (IEF), que são obtidos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sendo que a fórmula utilizada é:</p> $IMT = \sqrt{IGR \times IEF}$

Fonte: SEI (2013a) - Adaptado pelo autor.

## 2.2 ETAPA QUALITATIVA

Para alcançar o terceiro objetivo específico, que é conhecer a percepção dos atores-chave sobre as possíveis relações entre os PTR e a desigualdade dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os atores representativos do território. Nesta fase qualitativa as técnicas de análise de conteúdo foram utilizadas para interpretar as entrevistas, com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre a questão da tese e, também, para contribuir com a interpretação de algumas análises quantitativas. Tem-se então que a análise de conteúdo pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

As entrevistas semiestruturadas tem um papel importante nesta tese por causa da complexidade da questão envolvida, no tocante à necessidade de compreender a percepção e vivência de pessoas relacionadas aos territórios e, também, pelo fato do objeto de pesquisa possuir fortes componentes políticos. Então, devido a estes fatores fez-se necessário buscar, em profundidade, algumas respostas que podem não aparecer facilmente em números ou questionários. Neste sentido a entrevista cumpre um importante papel de complemento de coleta de dados, que tem como intuito maior entender a questão do desenvolvimento além do que pode ser medido numericamente, mas extrapolando a análise para a realidade experimentada e, também, às questões subjetivas inerentes ao ser humano (VERGARA, 2009, p. 05).

Ou seja, a entrevista deve funcionar “como evento de intercâmbio dialógico” que tem como intuito maior contribuir para a construção do conhecimento (GODOI; MATOS, 2006, p. 302). Por isso, em relação à quantidade de entrevistados, entende-se que não é necessário ter uma representatividade estatística para definir o número de entrevistas que serão realizadas. Ou seja, o pesquisador possui uma certa flexibilidade para aprofundar o tema ou aumentar o número de participantes, pois é a compreensão do tema que servirá como definição. (GODOI; MATOS, 2006, p. 308). Contudo, na seleção dos entrevistados é preciso tomar o cuidado para que os participantes tenham representatividade na questão tratada, para que as respostas tenham qualidade e possam contribuir com uma “visão mais abrangente” do problema tratado (VERGARA, 2009, p. 24).

De fato, entende-se que as pessoas entrevistadas possuem uma “reserva complexa de conhecimento sobre o tópico em estudo” (FLICK, 2009, p. 149), de forma que a entrevista representa uma forma de conseguir esse conhecimento por meio de suposições que, por exemplo, podem ser manifestadas espontaneamente em uma pergunta aberta. Contudo, para evitar desvios ao tema e proporcionar uma sequência lógica, o entrevistado deve ser “amparado por apoios metodológicos” (FLICK, 2009; p. 149).

Portanto, nesta tese foram realizadas seis entrevistas individuais estruturadas, semiabertas de forma que fosse possível compreender não somente a opinião do entrevistado, mas também o seu nível de conhecimento relativo ao assunto tratado (VERGARA, 2009, p. 09). Os atores



representativos do território entrevistados foram: quatro da esfera pública e dois do setor privado, sendo que da esfera pública foram dois participantes políticos e dois participantes com funções técnicas. Assim, a esfera pública foi representada por: Um deputado estadual e ex-prefeito de Vitória da Conquista, um prefeito de uma das cidades do território, um diretor da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e um professor do curso de agronomia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O setor privado foi representado pelo presidente de cooperativa agropecuária de Vitória da Conquista e o presidente da Associação Comercial e Industrial de Vitória da Conquista.

O roteiro semiestruturado das entrevistas (APÊNDICE J) foi composto por dez questões abertas divididas em três blocos, sendo: Questões introdutórias, Questões sobre a desigualdade entre os municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano e uma questão de conclusão. Inicialmente o entrevistado recebeu uma cópia do roteiro da entrevista, que também já havia sido enviado antecipadamente por e-mail, e então os detalhes da pesquisa foram esclarecidos. O Roteiro foi lido e as dúvidas acerca das questões foram sanadas, para que então fosse iniciada a entrevista. Durante as seções de entrevista os entrevistados puderam falar livremente, sendo que cada seção durou em média quarenta minutos e foram gravadas em meio digital, em um telefone celular e um gravador digital.

### **2.2.1 Componentes qualitativos do Modelo de Análise**

Os componentes do Modelo de Análise utilizados para a entrevista foram: Exclusão e qualidade de vida da dimensão social e Economia doméstica e Oportunidades para a economia local da dimensão econômica. Estes componentes foram escolhidos por serem complexos, de forma que não devem ser reduzidos somente a uma análise quantitativa e, também, por se relacionarem diretamente com a desigualdade (SEN, 1993; ZIONE, 2006) que, por sua vez, é o indicador que mede a percepção dos entrevistados neste trabalho. A composição deste indicador com os componentes listados acima justifica-se pois, a desigualdade que se pretende avaliar neste trabalho não se limita à desigualdade de renda, até por que esta já é medida pelo Coeficiente de GINI. Neste sentido tem-se que

[...] a avaliação da desigualdade depende da escolha do indicador de melhoria individual. As medidas usuais encontráveis nos trabalhos empíricos tendem a se concentrar nas desigualdades de renda e de riqueza. Essas contribuições são valiosas. Por outro lado, na medida em que renda e riqueza não expressam adequadamente a

qualidade de vida, temos boas razões para basear a avaliação da desigualdade em informações relacionadas mais de perto aos padrões de vida (SEN, 1993, p.318).

Desta forma, pretende-se ampliar o entendimento do que vem a ser esta desigualdade intraterritorial. Para melhor entendimento da entrevista segue abaixo uma descrição dos componentes utilizados.

O componente exclusão refere-se a uma questão muito controversa e que enfrenta dificuldades de definição, sendo que nesta tese, entende-se a exclusão social como “uma noção de caráter metodológico, visto que agrega elementos de um processo de conhecimento usados como imagens para explicação do real” (ZIONE, 2006, p. 28). Ou seja, apesar de conter elementos que favorecem ao entendimento ou a explicação do que representa, não é suficientemente claro para que possa ser definido com exatidão. Mesmo como noção, a exclusão social é contestada por aqueles que estudam as questões sociais, que afirmam que o indivíduo não pode ser excluído do sistema mas, que podem se encontrar em uma situação em que a sua participação nos elementos essenciais de um sistema social é bastante enfraquecido (ZIONE, 2006, p. 24). Desta forma, tem-se que

[...] os vocábulos exclusão social podem ser entendidos como uma construção social, ou seja, um produto histórico de mecanismos sociais, e não um estado resultante de atributos individuais e coletivos cuja visibilidade estava bastante associada, no Brasil, a uma distribuição perversa de renda [...] (ZIONE, 2006, p. 27).

Neste sentido tem-se que o termo exclusão social é muito utilizado pela mídia e pelos governantes já que consegue retratar, mesmo que de forma genérica, uma “condição social de carência, dificuldade de acesso a direitos, bens e serviços, assim como risco de discriminação, vulnerabilidade e precariedade” e que portanto, não deve ser reduzida apenas a dimensão econômica, embora possa ser associada a pobreza (ASVES; ESCOREL, 2012, p. 112).

A noção acerca da Qualidade de Vida é complexa (SEN, 1993, p.314) e possui muitos significados que se conectam aos “conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades” (DANTAS; SAWADA; MALERBO, 2003, p. 533), de tal forma que é preciso que se faça uma escolha sobre quais domínios do constructo serão considerados, na tentativa de evitar o ponto de vista simplista e histórico da qualidade de vida que aborda apenas o progresso material (WALSH, 2010, p.15).

Assim como componente do modelo de análise desta tese, entende-se que a qualidade de vida é um conceito que não se limita às condições materiais e de saúde dos indivíduos, mas abrange

também vários outros aspectos e que, por isso, pode ser entendida como uma “percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (OMS, 1996, p. 05). Desta forma, a qualidade de vida está relacionada a questões subjetivas que muitas vezes dependem do contexto local e envolvem questões culturais, sociais e ambientais (OMS, 1996, p. 05).

Assim, optou-se nesta tese por buscar a percepção dos atores representativos do território sobre a qualidade de vida. Portanto, para operacionalizar o entendimento acerca da qualidade de vida serão utilizados os princípios: Ter, Amar e Ser (ALLARDT, 1993). O Ter representa a situação material do indivíduo quanto às questões de acesso a habitação, emprego, saúde e educação. O Amar refere-se ao relacionamento com outras pessoas da comunidade e a formação de uma identidade social e, por fim, o Ser é a necessidade de integração com a sociedade e com o meio ambiente que expresse coletividade e atividade social e política (ALLARDT, 1993, p.89; HERCULANO, 2000, p. 07).

O componente economia doméstica, da dimensão econômica do modelo de análise, diz respeito ao nível de satisfação dos indivíduos quanto ao suprimento das suas necessidades materiais, de forma que os elementos relacionados a uma alimentação equilibrada, vestuário, habitação satisfatória e amparo à saúde não sejam comprometidos. Ou seja, trata de conhecimentos teórico-práticos intrinsecamente relacionados com a esfera reprodutiva da sociedade, “por meio da socialização, cuidados com a higiene, saúde, habitação, alimentação” (OLIVEIRA, 2006, p. 78). Desta forma, para esta tese, versar sobre a economia doméstica deve abranger questões do orçamento familiar, sua relação com o consumo consciente, a manutenção do que se adquiri e a redução do desperdício no consumo de serviços como água e energia. Ou seja, refere-se à relação das famílias com os seus recursos financeiros no dia-a-dia.

O componente Oportunidades para a economia local, também da dimensão econômica do modelo de análise, diz respeito às ações ou empreendimentos realizados no local com o intuito de promover o crescimento econômico do local ou mitigar fraquezas que dificultavam esse crescimento. Neste sentido, é importante perceber as instalações físicas implantadas no local, assim como atentar também para os recursos técnicos-científicos de conhecimento como forma de tornar possível que o local possa crescer e competir pela oferta de investimentos com outros locais que também possuam tais recursos (SANTOS, 2006, p. 163).

A metodologia utilizada para o tratamento dos dados levantados foi a Triangulação, uma vez que ela permite a combinação de métodos quantitativos e qualitativos, de forma confiável - seja na análise dos dados ou na validação dos resultados (YEASMIN; RAHMAN, 2012, p.161) - desde que realizado com rigor para cada método empregado (GABRIELIAN; YANG; SPICE, 1999, p. 164). Nesta tese foi utilizada a triangulação sequencial, que é assim denominada visto ser aquela em que “um método segue o outro e em que há possibilidade de planejar o método sequencial conforme a adequação dos dados obtidos com o método anterior, para complementá-los” (TEIXEIRA; NASCIMENTO; ANTONIALLI, 2013, p. 802). Desta forma, foram realizadas três etapas, cada uma referente a um objetivo específico e apresentada em um capítulo da tese sendo que, cada etapa terminou com uma análise preliminar e no último capítulo do trabalho essas análises foram usadas para chegar a conclusão final.

A ideia de usar a triangulação como método firma-se no pressuposto de que todos os métodos de tratamento de dados possuem pontos positivos e negativos, de forma que a triangulação poderá colaborar na tentativa de contrabalancear os pontos negativos de um método com os pontos positivos do outro método (JICK, 1979, p. 604). Como explicado anteriormente, tem-se nesta tese que algumas questões pesquisadas possuem um grau de complexidade e subjetividade que pode ser melhor trabalhada por intermédio da percepção de atores representativos do território, do que por intermédio de análises quantitativas. Por outro lado, os indicadores numéricos permitem avaliar uma grande quantidade de questões de forma eficaz e mais rápida, visto que os PTR envolvem muitas variáveis, o recorte temporal necessário para pesquisa é longo e o Território de Identidade do Sudoeste Baiano, que é o *locus* desta pesquisa, com seus vinte e quatro municípios é muito extenso.

### 2.3 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SUDOESTE BAIANO

Desde o ano de 2003 o Governo do Estado da Bahia iniciou um processo de regionalização que resultou, em 2007, na divisão do estado em 27 Territórios de Identidade, por intermédio da combinação de diferentes critérios, dentre os quais o conceito humanista<sup>8</sup> de região foi amplamente considerado. A regionalização foi adaptada do modelo utilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), denominado Territórios Rurais, por intermédio de um

---

<sup>8</sup> Que considera os valores, as crenças, os símbolos e as atitudes dos seres humanos em relação ao local que habita.

ajuste à realidade baiana (MONTEIRO; SERPA, 2012, p. 152) e às questões específicas dos arranjos sociais e geográficos, sendo que:

Para apreender a diversidade territorial do Brasil, foi feito um estudo com o objetivo de elaborar uma metodologia que definisse critérios para caracterizar, classificar e diferenciar os Territórios de Identidade; e construída uma ferramenta para identificar tipologias territoriais e possibilitar a execução diferenciada e focalizada das ações oriundas da política de desenvolvimento rural. (PERICO, 2009, p. 5).

Neste sentido, o Governo de Estado explica que os territórios de identidade não foram criados indiscriminadamente, mas foram revelados conforme diversos aspectos eram envolvidos e forneciam aos indivíduos dos municípios um sentimento de pertencimento a uma determinada coletividade com outros municípios (SEPLAN, 2008). Os aspectos envolvidos são: Culturais, geoambientais, político-institucionais e econômicos, sendo que o seu detalhamento pode ser visto no Quadro 5.

Quadro 5 - Aspectos envolvidos pela SEPLAN da definição dos territórios baianos.

<b>ASPECTOS</b>			
<b>Culturais</b>	<b>Geoambientais</b>	<b>Político-institucionais</b>	<b>Econômicos</b>
Costumes e valores, religiosidade, manifestações folclóricas, gastronomia, produção cultural, visão da sociedade sobre si mesma e outras formas de expressão da realidade local.	Características geográficas e ambientais, como topografia, hidrografia, clima, fauna, flora, solo, ecossistemas, preservação dos recursos naturais, defesa do princípio da sustentabilidade.	Capacidade de formação de capital social (capacidade de negociação e cooperação da comunidade em prol de objetivos coletivos), sua institucionalização em organizações sociais e outras formas, grau de articulação política das forças sociais no território.	Base produtiva, especialização econômica, conformação dos mercados e fluxos comerciais, produção e distribuição de renda, infraestrutura voltada à produção e às atividades econômicas, capacidade de transporte e comunicações, capacidade de articulação dos recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda.

Fonte: SEPLAN (2008), adaptado pelo autor.

Desta forma, o Território de Identidade do Sudoeste Baiano é formado por vinte e quatro municípios, que são: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista (Figura 2).

Vitória da Conquista é o maior e mais proeminente município deste território, sendo comumente



financeiros para que a mesma se expandisse”, tendo reflexos imediatos nas lavouras de Vitória da Conquista, Encruzilhada e Barra do Choça (SANTOS; MEIRA; PEREIRA, 2010, p.5). Neste sentido tem-se que:

As decorrências mais importantes das mudanças no conteúdo da urbanização nas pequenas áreas urbanas localizadas no Território de Identidade de Vitória da Conquista são: a expansão do tecido urbano, a segregação socioespacial, o aprofundamento das desigualdades entre as classes, a terciarização econômica e o crescimento das áreas centrais, a divisão territorial do trabalho na escala intra-urbana, a valorização de novas áreas fora do centro e a alteração do conteúdo do urbano (SANTOS; MEIRA; PEREIRA, 2010, p.6).

Em um estudo realizado no Território do Sudoeste Baiano, quando ainda era chamado de Território de Identidade de Vitória da Conquista, verificou-se uma insegurança dos dirigentes municipais quanto a recente política de regionalização (SANTOS; SERPA, 2015, p.57). Isso se deu, sobretudo, por uma maior necessidade de organização do território e pela polarização do município de Vitória da Conquista, no qual grande parte dos investimentos da região estava concentrada. De fato, Vitória da Conquista é constantemente apontada pela mídia como uma importante cidade média, por apresentar consistentes taxas de crescimento econômico e populacional e concentrar grande parte do comércio varejista e dos serviços nas áreas de educação e saúde do Território de Identidade do Sudoeste Baiano (RAMOS, 2011, p. 115; ROCHA; FERRAZ, 2005, p.12562).

Desta forma, percebe-se que este território apresenta uma situação de desigualdade intraterritorial, visto que a maioria dos seus municípios não dispõem da mesma estrutura comercial e de serviços que Vitória da Conquista, de forma que as suas populações muitas vezes dependem dela para realizar compras de bens e serviços, ou até mesmo para conseguir empregos. Portanto, entende-se que esta deve ser uma das importantes questões a serem consideradas numa análise do desenvolvimento neste território, uma vez que os municípios deverão responder de forma diferente às ações em prol do desenvolvimento ali empreendidas.

### 3 DESENVOLVIMENTO

Este capítulo busca discutir algumas importantes teorias e posicionar o trabalho quanto ao conceito e a abordagem do tema, para contribuir com o alcance do primeiro objetivo específico desta tese - conhecer a estrutura econômica e social dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano por intermédio de indicadores. Para isso está dividido em duas seções, incluindo esta inicial que relata a história do surgimento da noção moderna do termo desenvolvimento, discute e define o conceito utilizado na tese e contextualiza o desenvolvimento. A primeira seção trata do desenvolvimento no Brasil, também trazendo um olhar histórico e apontando as peculiaridades do país, que por sua vez remetem às questões da desigualdade territorial. Por fim, na segunda seção, a estrutura econômica e social do Território de Identidade do Sudoeste Baiano é apresentado, fazendo uso de indicadores sociais e econômicos, que é o foco do primeiro objetivo específico.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e os profundos danos que ela causou aos países europeus, houve a ascensão dos Estados Unidos da América (EUA) e da União Soviética (URSS) como principais atores das relações globais e que possuíam profundas divergências. Assim, em 1947, os EUA deram início a uma série de ações que visavam ampliar a sua influência, expandir o seu mercado e, também, conter o avanço soviético (BELLUZZO, 1995, p. 11; RIST, 2008, p. 69-70). Para tal, foi iniciada uma reestruturação do capitalismo com base no Acordo de Bretton Woods, que continha os pilares necessários para realizar a reconstrução da Europa e Japão e “para o avanço das experiências de industrialização na periferia do capitalismo” (BELLUZZO, 1995, p. 12), com a argumentação de mitigar as desigualdades nos países subdesenvolvidos.

Em continuidade a este processo, em 20 de Janeiro de 1949 o Presidente dos EUA, Harry S. Truman, discursou nas Nações Unidas, declarando que a era mundial do desenvolvimento teria iniciado, na qual seria implementado um novo e ousado plano que proporcionaria melhorias e



crescimento econômico, por intermédio de benefícios científicos e do progresso industrial, que seriam levados para as regiões que ele chamou de subdesenvolvidas – termo usado pela primeira vez em meios de comunicação de grande circulação (ESTEVA, 2010, p. 1; RIST, 2008, p. 70). No seu discurso, Truman especificou três pontos, que tiveram apoio unânime das Nações Unidas, no qual os EUA se comprometeriam a: i) continuar a apoiar as Nações Unidas; ii) continuar com o plano de reconstrução da Europa iniciado com o plano Marshall e iii) iniciar um plano de defesa contra a ameaça soviética com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Contudo, um quarto ponto gerou uma controvérsia inicial, pois os EUA decidiram ampliar para todo os países pobres do mundo – aqueles que ele intitulou de subdesenvolvidos – a ajuda técnica que era fornecida à algumas regiões da América Latina (RIST, 2008, p. 70).

Com o aparecimento da noção de subdesenvolvimento, surgiu a ideia de que o desenvolvimento seria formado por estágios, sendo possível transitar entre eles por intermédio de ações que provocassem mudanças. Ora, apesar do termo desenvolvimento não ser novo, já tendo sido utilizado anteriormente na história, foi com o discurso do Presidente dos EUA que ele deixou de ser associado a um fenômeno intransitivo que acontecia espontaneamente sem que se pudesse atuar sobre ele com planejamento e implementação. (RIST, 2008, p. 73).

Ou seja, uma vez que o termo subdesenvolvido foi aceito para definir os países com menos recursos econômicos, alterou-se o significado do desenvolvimento, que passou a ser relacionado antagonicamente ao subdesenvolvimento (RIST, 2008, p. 72) e também substituiu a percepção de um mundo dividido entre colonizados e colonizadores, o que era desconfortável e carregado de certo rancor. A partir daí teve início a ideia de que todos os países do mundo faziam parte de um mesmo grupo, que não eram opostos, pelo contrário, faziam parte de uma mesma essência diferenciando-se apenas por estar em estágios diferentes – desenvolvidos e subdesenvolvidos – mas que possuíam os mesmos objetivos e caminhavam para a igualdade, uma vez que as “regras universais do desenvolvimento” valiam para todos (RIST, 2008, p. 74). Contudo, para que o desenvolvimento fosse possível, os países subdesenvolvidos deveriam estar dispostos a um sacrifício, pois eles deveriam sofrer uma “reestruturação total” que incluía, além das questões econômicas, uma educação moderna e a adoção de valores culturais norte-americanos (ESCOBAR, 1995, p. 4).

Portanto, a proposta norte-americana de um desenvolvimento global partiu da premissa de que todos os povos subdesenvolvidos desejavam o seu modo de vida e, para alcançar este propósito,

o conhecimento técnico científico e tecnológico seriam as ferramentas necessárias (ESCOBAR, 1995, p. 4). Assim, tendo por base a “função hegemônica que decorria de sua supremacia industrial, financeira e militar” (BELLUZZO, 1995, p. 12), os EUA implementaram o seu plano de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos com um caráter similar às práticas missionárias, uma vez que ao chegar em regiões que possuíam uma grande diversidade de problemas, os “missionários do desenvolvimento” (ESCOBAR, 1995, p. 56) determinavam qual seria a intervenção apontada como única e necessária, para que o desenvolvimento pudesse acontecer (RIST, 2008, p. 77).

Assim, a partir dos anos 1950, tendo por base as determinações de Bretton Woods, começaram a surgir as teorias acerca do desenvolvimento, que passaram a receber um tratamento acadêmico quando a universidade de Harvard criou uma disciplina específica para cuidar da temática da pobreza e do desenvolvimento (ESCOBAR, 1995, p.57). Essas teorias sobre o desenvolvimento enfatizavam o caráter fundamental das intervenções sobre as “necessidades humanas básicas” que precisavam ser atendidas, sobretudo dos povos da Ásia, África e América Latina. Assim, nos anos 1960 essas intervenções receberam argumentações científicas, por conta das teorias do desenvolvimento, relacionadas ao crescimento econômico e às noções de modernização (RADOMSKY, 2011, p. 150) que apelavam para a melhoria das condições de vida das populações. Ou seja,

[...] Na década de 60, talvez o desenvolvimento se identificasse essencialmente com o progresso material, com o crescimento econômico. A análise de suas implicações tinha uma certa simplicidade: admitia-se que era o centro do processo social. Para alguns, o progresso material levaria espontaneamente à melhoria dos padrões sociais [...] (CARDOSO; FALETTO, 1995, p. 150).

Já na década de 70 as teorias focalizavam a distribuição dos benefícios do crescimento econômico, com uma preocupação com os tipos de desenvolvimento a serem implementados para corrigir as falhas sociais e econômicas dos países subdesenvolvidos (ESCOBAR, 1995, p. 5). Assim, essas teorias sobre o desenvolvimento foram pouco a pouco sendo reforçadas (ESCOBAR, 1995, p. 5), abrindo caminho para novas intervenções. Contudo, ainda nos anos 70, as questões ambientais que defendiam a recuperação de áreas degradadas e defesa da florestas nativas, exerceram um grande impacto como crítica ao desenvolvimento planejado.

Esta crítica apresentou algumas alternativas econômicas radicais de redução drástica do consumo de produtos industrializados e de crescimento zero da economia global (BRÜSEKE, 1994, p. 29). Além disso, buscou impedir as tentativas de que dessem um novo sentido ao termo

desenvolvimento. Contudo, após a Conferência das Nações Unidas sobre o meio-ambiente humano, em 1972, e a publicação dos Limites do Crescimento – Relatório do Clube de Roma – essas propostas radicais não tiveram força, sendo que o que perdurou como debate acadêmico foram as alternativas de se formular um desenvolvimento sustentável (RADOMSKY, 2011, p.152).

Nos anos 1980-1990 as críticas ao desenvolvimento intensificaram-se e apesar da temática do desenvolvimento enfraquecer um pouco, ela permaneceu ativa nos debates acadêmicos, em parte por conta dos diversos programas integrados de desenvolvimento (STERN, 2002, p. 5). Contudo, com o fim da guerra fria, nos anos 1980, os ditos países subdesenvolvidos foram timidamente abandonando um pouco a autoridade norte-americana (BELLUZZO, 1995, p. 15), se movendo em direção a uma multipolaridade global, com base no poder transnacional, enquanto os EUA perdiam parte da sua liderança tecnológica e passava por um processo de endividamento externo e desordem fiscal (FURTADO, 1992, p. 17).

Neste confuso contexto, o Fundo Monetário Internacional (FMI), ainda na década de 1980, passou a pressionar os países subdesenvolvidos com programas que buscavam realizar controles monetários e cambiais (BELLUZZO, 1995, p. 16), privatização das empresas e serviços públicos, redução das importações e abertura dos mercados. Logo em seguida, na década de 1990, o Banco Mundial publicou o Relatório do Desenvolvimento Mundial no qual justificou que a queda do bem-estar das pessoas dos países subdesenvolvidos era algo necessário e natural para que se pudesse preservar o mercado (ESCOBAR, 1995, p. 57).

Neste sentido, em meados da década de 1990, após 40 anos da proposta norte-americana de desenvolvimento global, a percepção que se tinha era que o resultado alcançado foi o oposto ao sugerido. Ou seja, mais pobreza, fome, exploração e opressão (ESCOBAR, 1995, p. 4). Assim, há algum tempo que o modelo de desenvolvimento global deixou de ser considerado a panaceia para eliminar a pobreza no mundo (RIST, 2002, p. 13), tanto pelo fato de carregar consigo muitas questões ideológicas (ESCOBAR, 1995, p.46) como, também, por priorizar a questão econômica em detrimento de outras questões como a social, cultural ou meio ambiente (GÓMEZ, 2002).

Muitos desses pontos negativos do desenvolvimento foram atribuídos a má execução dos programas, por parte dos países subdesenvolvidos, mas sempre apontando que eles poderiam ser corrigidos, em programas futuros (STERN, 2002, p. 7). Assim, a ideia de um

desenvolvimento global permanece em pauta como “esperança de superação de problemas como a pobreza e a desigualdade”, mostrando-se bastante resiliente mesmo com todas as críticas que recebeu quanto às questões ideológicas e de poder envolvidos nas suas formulações (RADOMSKY, 2011, p. 149-150).

Essa resiliência pode ser atribuída à percepção das pessoas sobre o termo desenvolvimento em relação aos anseios individuais e coletivos de uma vida sem pobreza, doença, exploração e violência (RIST, 2008, p. 10) e, principalmente, às constantes reformulações e novas propostas de um desenvolvimento capaz de, finalmente, resolver os possíveis desvios do passado (ESCOBAR, 1995, p. 58), como por exemplo o desenvolvimento sustentável, com equidade, social e humano (CARDOSO; FALETTO, 1995, p. 150). Além disso, o caráter científico atribuído as intervenções propostas e o crescente número de estudos e pesquisas que as referendavam também contribuíram para que a proposta de desenvolvimento global permanecesse.

A respeito dos estudos sobre o desenvolvimento tem-se que há um certo desconforto em relação ao exato objeto de estudo, como por exemplo: os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, a pobreza nos países em desenvolvimento, ou as causas da pobreza e as tentativas de mitiga-las (SCHUURMAN, 2009, p.831). Assim, dado o número de questões envolvidas nas intervenções do desenvolvimento, tem-se que ele pode ser enquadrado como um processo social integral, mas que normalmente é classificado nos estudos e pesquisas em “econômico, político, social ou cultural por razões metodológicas quanto ao tratamento de um desses sentidos particulares” (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 348).

Neste sentido, muitos dos estudos sobre desenvolvimento convergem para um conteúdo em comum, que é a qualidade de vida com cidadania, que para ser alcançada requer um crescimento econômico que evite a desigualdade, exclusão e segregação (SCHUURMAN, 2009, p.831). Assim as definições mais comuns do termo desenvolvimento estão relacionadas aos desejos individuais de uma vida melhor e a um processo que é relacionado com a felicidade ou realização das pessoas. Essas definições que indicam as aspirações individuais ou de um grupo de pessoas para um mundo feliz – sem doença, violência, exploração - normalmente são convidativas e consensuais pois possuem valores incontestáveis (RIST, 2008, p. 10-11).

Ou seja, nesta vertente, embora o conceito de desenvolvimento tenha diferentes enfoques, a depender do contexto histórico em que foi construído, ele traz no seu âmago a noção de

melhoria no padrão de vida de toda a população, ou pelo menos grande parte dela, tendo por base o crescimento econômico. Assim criou-se uma relação entre crescimento econômico e o desenvolvimento (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 348) que deixou a impressão de que tudo que é dito ou feito como modernização tecnológica da humanidade possa ser considerado como desenvolvimento (RIST, 2008, p. 11). O conceito de desenvolvimento da ONU envolve várias dessas questões quando afirma que

“[...] o desenvolvimento é um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa ao constante incremento do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos com base em sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição justa dos benefícios daí resultantes” (ONU, 1986)

É possível encontrar uma infinidade de conceitos sobre desenvolvimento que seguem a linha deste pensamento da ONU e que buscam a cada nova versão incorporar novos elementos ou apontar questões mais abrangentes visando alertar que “[...] o conceito de desenvolvimento é mais amplo, complexo e multidimensional do que o de crescimento econômico” (COSTA; SILVEIRA, 2010, p.), conforme pode ser observado a seguir:

O desenvolvimento deve, portanto, ser concebido como um processo multidimensional, que envolve grandes mudanças nas estruturas sociais, nas atitudes pessoais e nas instituições nacionais, assim como na aceleração do crescimento econômico, na redução da desigualdade e na erradicação da pobreza. O desenvolvimento, em sua essência, deve representar o conjunto de mudanças pelo qual todo o sistema social, atento às diversas necessidades básicas e evolução das aspirações individuais e dos grupos sociais desse sistema, afasta-se de uma condição de vida reconhecidamente insatisfatória em direção uma situação ou condição de vida considerada melhor materialmente e espiritualmente. (TODARO; SMITH, 2011, p. 16).

Contudo, essas visões conceituais não ajudam a identificar as características externas mensuráveis do desenvolvimento, apenas apontam para um sentimento subjetivo, e muitas vezes individual, do que vem a ser bem-estar. Por isso tornam-se vagas por traduzirem apenas inspirações (RIST, 2008, p. 10-11), também não deixam claro onde há e onde não há desenvolvimento e quais são as questões epistemológicas do seu uso (ESCOBAR, 1995; ESTEVA, 2010). Assim, tem-se que do ponto de vista semântico o termo desenvolvimento é tão vasto, que tanto pode ser considerado como uma ideia moderna que tem a capacidade de guiar o pensamento e o comportamento das pessoas mas, ao mesmo tempo, aparece como um termo “débil”, frágil e sem sentido. (ESTEVA, 2010, p. 3).

Outro aspecto sobre o grande número de conceitos e as suas fragilidades é que, na tentativa de dar sentido e aceitação ao desenvolvimento, surgem novos adjetivos, nomenclaturas e extensões

que acabam por confundir ainda mais o seu entendimento (MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010, p. 563). Assim, cada novo surgimento é acompanhado de novos conceitos e novas abordagens. Claramente, o desenvolvimento se revitaliza de tempos em tempos por intermédio do uso de novos adjetivos (RADOMSKY, 2011, p.150). Sustentável, humano, territorial, local, democrático e integrado são alguns desses adjetivos incorporados à noção de desenvolvimento.

Por isso, alguns autores da Teoria crítica do Desenvolvimento questionam se essas definições realmente se aplicam ao termo desenvolvimento (ESCOBAR, 1995; ESTEVA, 2010, RIST, 2008, p. 9), uma vez que, para definir algo com precisão é preciso que as conceituações leigas e populares e as experiências puramente individuais, políticas e contextualizadas sejam colocadas de lado, para que se possa identificar operacionalmente o objeto, de tal forma que este possa ser facilmente reconhecido por alguém que ainda não o conhecia (RIST, 2008, p. 9).

Nesse sentido, os estudos que envolvem a teoria crítica do desenvolvimento devem ter o cuidado de não ficar preso em abordagens obscuras (SCHUURMAN, 2009, p.834) tentando abordar a questão do desenvolvimento sem ir de encontro com o pensamento neoliberal hegemônico. Ou seja, a teoria crítica do desenvolvimento deve ir além de tentar identificar opções plausíveis e que sejam politicamente aceitas pelo pensamento hegemônico (CORONA; ALMEIDA, 2014, p.30).

Assim, na visão crítica dos estudos do desenvolvimento tem-se que esta forma proposta para um desenvolvimento global não funciona plenamente, sendo que este desenvolvimento só seria capaz de produzir riquezas de forma injusta, ou seja, sem proporcionar bem estar para todos (SACHS, 2001, p. 1). Isto ocorre por que, na visão do desenvolvimento global, o intuito prevalecente é o da expansão dos mercados, sendo que para isso é preciso criar um domínio no pensamento e nas ações dos países subdesenvolvidos (ESCOBAR, 1995, p. 10), para que, em última instância, possa gerar vantagens econômicas para as nações industrializadas (ESCOBAR, 1995, p. 12).

Neste sentido, tem-se que o conceito utilizado nesta tese define que:

O Desenvolvimento consiste em um conjunto de ações, muitas vezes conflituosas umas com as outras, que exigem - para a reprodução da sociedade - a transformação e destruição do meio ambiente e das relações sociais. O seu objetivo é aumentar a produção de mercadorias (produtos e serviços) orientadas, pelo intermédio da troca, para a demanda efetiva. (RIST, 2008, p. 13).

Com este conceito é possível compreender que a forma de implementar o desenvolvimento, que

é parte das suas características externas, ocorre por meio de ações empreendidas nos lugares e que essas ações<sup>9</sup>, muitas vezes são contrárias umas às outras (RIST, 2008, p. 13), sendo que os efeitos, nem sempre positivos, dessas ações afetarão as populações destes lugares. Este conceito demonstra também que há uma hierarquia de prioridade no desenvolvimento, colocando em preponderância a lógica comercial e econômica em detrimento de outras questões, como o meio ambiente ou as relações sociais.

Tem-se por exemplo que, quando as ações em prol do desenvolvimento são colocadas em prática, seja a pavimentação de estradas ou uma série de concessões governamentais para implantação de fábricas, são realizados discursos que se valem de argumentações no âmbito econômicos ou mercadológicos, como o escoamento de alguma produção da localidade, ou a facilitação do transporte dos trabalhadores, ou ainda o aumento da oferta de emprego. Ainda assim, mesmo possuindo à princípio uma finalidade econômica ou mercadológica, a concretização dessas ações podem melhorar as condições de vida de uma população em vários aspectos. Ou seja, a mesma estrada utilizada para escoar uma produção poderá ser utilizada tanto para fins sociais – como o transporte de estudantes, doentes e médicos – como para favorecer a comercialização de mercadorias, que chegarão mais facilmente até aquele local.

Outro aspecto relevante sobre o conceito utilizado é que, embora a ação em prol do desenvolvimento possa ter fins econômicos e mercadológicos e ainda assim melhorar as condições de vida de uma população, também é preciso analisar quais serão as implicações destas ações para o meio ambiente e para as relações sociais. No caso hipotético da instalação de uma fábrica em uma localidade, é possível que haja questões relacionadas a poluição do ar, ou consumo excessivo de água, assim como o surgimento de conjuntos de moradias precárias para os trabalhadores. No entanto, algumas dessas questões sociais e ambientais demoraram a ser percebidas e debatidas ou, por vezes, são minimizadas frente aos impactos econômicos gerados pela produção.

### 3.1 DESENVOLVIMENTO NACIONAL E TERRITORIAL

O Brasil passou a desenvolver nos anos 1950 planos para o desenvolvimento conforme a proposta Norte Americana, promovendo intervenções em locais específicos e tratando as

---

<sup>9</sup> Que podem ser econômicas, sociais, políticas, culturais, dentre outras.

diferenças territoriais, que eram chamadas de desequilíbrios regionais, como uma questão de estado (LENCIONE, 1992, p. 84). Então, a partir daí as políticas de desenvolvimento regional passaram a ser implantadas no Brasil, como referência para que se pudesse compreender e agir sobre o território nacional. Este tipo de desenvolvimento implantado no Brasil, teve seu dinamismo “fundado em graves injustiças sociais” com a ajuda do “comportamento da economia internacional” e possuía grande influência sobre os formuladores das políticas públicas (FURTADO, 1992, p. 12-13), visto que “para alguns, o progresso material levaria espontaneamente a melhoria dos padrões sociais” (CARDOSO; FALETTO, 1995, p. 150, STERN, 2002, p. 1).

De fato, entre os anos 1930 e 1970, o Brasil cresceu rapidamente por intermédio das “transferências inter-regionais de recursos e a concentração social de renda” que foram possíveis graças a facilidade da “mobilidade geográfica da população” que, por sua vez, contribuiu no impedimento de uma excessiva elevação dos salários nas regiões que passavam por um rápido processo de industrialização (FURTADO, 1992, p. 31). Ou seja, neste período o Brasil experimentava altas taxas de crescimento mas, ainda assim, acentuavam-se as desigualdades entre os setores produtivos e entre as regiões.

A explicação para estas desigualdades entre os territórios nacionais foi simplificada à dicotomia Sudeste e Nordeste, sendo essas regiões muitas vezes definidas como a moderna e a arcaica, a nova e a velha, visto que, o sudeste havia passado por um processo de industrialização, que alterou a sua situação econômica e melhorou algumas situações de desigualdade (LENCIONI, 1992, p.84). Além disso, as regiões mais pobres, como o nordeste, acabavam por transferir para as mais ricas a sua capacidade de importar, que é um recurso escasso e estratégico (FURTADO, 1992, p. 12).

Assim, passados mais de 65 anos deste modelo de desenvolvimento econômico Norte Americano, iniciado após a II Guerra Mundial, o Brasil, um país com muitas especificidades (LAFER, 2001, p. 181), “de dimensões continentais com segmentos<sup>10</sup> formados em épocas e condições históricas distintas” (FURTADO, 1992, p. 11), apesar de ter conseguido crescer economicamente, multiplicando por quarenta o seu PIB no último século, ainda é um país “mal desenvolvido” (SACHS, 2001, p.490), com desigualdades marcantes e concentração econômica e espacial. (RUIZ; DOMINGUES, 2008, p. 742).

---

<sup>10</sup> O autor se refere aos segmentos produtivos, sobretudo o industrial.



E, mesmo que a análise sobre o desenvolvimento brasileiro seja realizada exclusivamente com o uso de indicadores econômicos, percebe-se que o país ainda figura como um país com uma distribuição econômica e espacial desigual. Isso pode ser demonstrado, facilmente por meio dos dados do PIB de 2012, que apontam que o estado de São Paulo produz mais que a soma da produção das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (IBGE, 2013). Neste sentido, é importante frisar que o Governo do Brasil regionalizou o território do país de várias maneiras, que tinham, na sua maioria como objetivo principal “diminuir as desigualdades no país, através de políticas públicas, associadas ao capital privado, tendo a indústria como base para o almejado crescimento econômico.” (DI LAURO *et al*, 2009, p. 2).

De fato, no fim da década de 1950 o modelo de crescimento econômico apresentou sinais de enfraquecimento e algumas medidas pró-desenvolvimento foram tomadas, como por exemplo, a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (LENCIONI, 1992, p.84). A partir da década de 1960 e da proeminência econômica da região sudeste do país, iniciou-se um processo de implantação de políticas de planejamento territorial que priorizavam a redução dos desequilíbrios regionais, que remete às questões do desenvolvimento territorial (DI LAURO *et al*, 2009, p. 2).

No Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste – 1961-1963 – da SUDENE, ficou claro que havia uma preocupação com a diferença de crescimento entre o Sudeste e o Nordeste e, também, com os montantes financeiros que o Governo Federal tinha que aplicar no Nordeste, em relação ao que ele arrecadava. Boa parte das soluções encontradas para equacionar essa diferença girava em torno da criação de condições necessárias para “[...] tomar iniciativas, com vistas à recuperação de indústrias decadentes, ou objetivando modificar a estrutura econômica mediante a implantação de indústrias de base.” (SUDENE, 1966, p.17).

Portanto, o caminho adotado pelo Brasil com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais, foi criar polos industriais visando proporcionar i) vantagens locacionais, que seriam principalmente o baixo custo de alguns fatores produtivos e subsídios fiscais e ii) vantagens pela criação de eficiências coletivas. Várias ações foram empreendidas no Nordeste, no sentido de implantar indústrias, inicialmente nas regiões mais desenvolvidas e, em seguida, expandindo a industrialização para o interior (TEIXEIRA, 2008, p. 60).

Na Bahia, especificamente na Região Metropolitana de Salvador (RMS), foi criado o Centro Industrial de Aratu em 1966 e o Polo Petroquímico de Camaçari em 1978, além de outros

complexos de menor porte criados no interior do estado, sendo que, em 1975 foi criado o Distrito Industrial dos Imborés em Vitória da Conquista. A criação destes polos deveria resultar no “desenvolvimento de uma estrutura produtiva local geradora de vantagens aglomerativas com capacidade de se transformarem em vantagens competitivas [...]” mas, o resultado da estratégia adotada foi aquém do esperado, sendo que um dos possíveis motivos para tal é que faltaram as condições primordiais – econômicas, sociais e institucionais – para provocar um desenvolvimento competitivo (TEIXEIRA; GUERRA; ARAÚJO, 2011, p.237).

Dada a persistência das questões da desigualdade no Brasil ao longo dos anos, um grande número de propostas de “regionalismos, identidades regionais e de novas-velhas desigualdades”, trouxeram novamente à tona a questão regional, transcendendo as ciências sociais e provocando inclusive o aumento dos estudos acadêmicos na área (HAESBAERT, 2009, p.15). Contudo, “grande parte da literatura internacional contemporânea, adotada de forma mecânica e indiscriminada no país”, desconsideram as características históricas, sociais e geográficas do Brasil, apontando para soluções nas quais bastaria a um território aderir à agenda da globalização ou cumprir suas demandas para assim, obter os ganhos deste sistema, em nível local e nacional (BRANDÃO, 2007, p. 35).

De fato a globalização foi apontada como um fenômeno capaz de trazer uniformidade aos serviços e igualdade aos povos, mas o que se pode observar é que as diferenças locais, ou territoriais, foram aprofundadas (SANTOS, 2001, p. 19). Além disso, tem-se também que a lógica do crescimento econômico, pautado na dependência econômica da iniciativa das empresas transnacionais foi apontado como um risco de levar o Brasil a ter “tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria” e que essas questões tornariam o país inviável como um “projeto nacional” (FURTADO, 1992, p.35).

Assim, uma vez que o tema do desenvolvimento regional tenha retornado à agenda do estado, ele deve ser debatido criticamente, visto que a globalização, que tem por base a racionalidade pautada nos interesses econômicos, possui forte influência nas ações empreendidas nos territórios, o que pode levar a um aumento nos processos que conduzem à desigualdade. O desafio é de reduzir a concentração econômica e espacial nos territórios, estando, ao mesmo tempo, em convívio com uma forte concentração de poder, oriunda dos processos de globalização (OLIVEIRA, 2001, p. 16).

Ainda neste debate, há um questionamento à ideia recente de que o desenvolvimento territorial

é, quase totalmente, independente das forças externas. Ou seja, nesta perspectiva, da “endogenia exagerada” das localidades, prevalece a utopia de que na economia regional, ou seja, em um ambiente local, quão menor seja a sua dimensão espacial, existe apenas solidariedade e harmonia (BRANDÃO, 2007, p.38-39). Neste pensamento bastaria então que o território fosse incitado por um impulso inicial, para que o processo de desenvolvimento de desenrolasse.

Nesse sentido, Brandão (2007, p.41-48) aponta que a literatura internacional abandonou o ponto de vista crítico do território, passando a substituir alguns termos e conceitos por outros que indicam harmonia e falta de conflito nos territórios. Ou seja, a capacidade empreendedora e a vontade própria dos indivíduos são apontadas como soluções suficientes para resolver os problemas dos territórios. Neste ponto de vista, o papel do estado é colocado como secundário, como se tudo dependesse apenas da sinergia local, sendo que a presença do capital financeiro de grandes grupos econômicos, oligopólios e outras forças da globalização que podem influenciar os territórios, são ignoradas.

Desta forma, tem-se que a noção mais utilizada para definir o desenvolvimento territorial, continua sendo a de desenvolvimento econômico, cujo entendimento ainda é muito usado mas que paulatinamente tem sido substituído pelo termo crescimento, em tempo em que a ONU vem tentando recuperar a “carga semântica” deste termo alterando-o para desenvolvimento humano para assim, inserir questões mais qualitativas no seu entendimento, que podem remeter a um conjunto de “requisitos de bem-estar” (OLIVEIRA, 2001, p. 11).

Os conceitos e abordagens de desenvolvimento territorial devem se preocupar com as peculiaridades históricas do local e buscar contemplar várias dimensões, como por exemplo, a cidadania. A cidadania é irredutível a quantificação e embora seja um direito de cada indivíduo da sociedade, assim como a qualidade de vida, não são sinônimos pois, se fossem, aqueles que não possuíssem “meios materiais de bem-estar e qualidade de vida” não seriam cidadãos (OLIVEIRA, 2001, p. 12).

Tem-se portanto que este crescimento dos territórios ocorre em um contexto abrangente e complexo, sofrendo influências do ambiente externo e das forças da globalização, mas que possa ser englobado na noção de desenvolvimento deve possuir também um “forte conteúdo interno”, com a “mobilização e iniciativa dos atores locais”, ou seja, com um forte componente endógeno (BUARQUE, 1999, p.9). Caso não haja o envolvimento dos atores locais é comum

que as ações empreendidas, que ocorrem por meio de políticas públicas, não conduzam a uma melhoria das condições do território, pois estas ações provavelmente não estarão “internalizadas na estrutura social, econômica e cultural local ou municipal” (BUARQUE, 1999, p.10).

Deve-se observar também que as políticas públicas, que muitas vezes geram projetos cofinanciados por instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, devem considerar as diferenças existentes dentro de cada território e não somente entre os territórios. Por exemplo, em um mesmo território podem existir regiões bem urbanizadas e, a pouca distância desta, áreas rurais com poucos recursos e que carecem de infraestrutura básica. Assim, o Estado pode estabelecer políticas públicas que sejam boas apenas para uma parcela dos municípios do território.

### 3.2 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

Ao pesquisar o Território de Identidade do Sudoeste Baiano, Monteiro e Serpa (2012, p.158) entrevistaram, em 2011, o então Chefe de Gabinete da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), Benito Muños Juncal, a respeito da desigualdade entre os municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, sendo que ele afirmou que o município de Vitória da Conquista é tão maior que os seus vizinhos de forma que “tudo” era atraído para lá, fazendo parecer que “o que está próximo não existe”.

Neste sentido, é possível observar na Tabela 1 as diferenças existentes no município de Vitória da Conquista, em detrimento dos demais municípios, sendo que no ano de 2012 havia 48 empresas atuantes em Maetinga com 361 pessoas ocupadas nesses empreendimentos, enquanto em Vitória da Conquista havia 8969 empresas com 72.386 pessoas ocupadas. O segundo município com o maior número de empresas é Poções, com 788 em 2012, distante apenas 69 quilômetros de Vitória da Conquista e que também tem por característica ser um entroncamento rodoviário, à beira da BR-116.

Percebe-se também que do ano de 2000 para 2004 apenas dois municípios tiveram redução no número de empresas, que foram Bom Jesus da Serra e Mirante. Contudo, de 2004 a 2012, após a implantação dos PTR, onze municípios tiveram redução no número de empresas, sendo que destacam-se Licínio de Almeida e Maetinga com a redução de mais de 4% de taxa média anual.

De forma geral, percebe-se que os municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, com exceção de Vitória da Conquista e Poções, possuem um número muito limitado de empresas e, conseqüentemente, um número limitado de pessoal ocupado nessas empresas. É evidente que para seja possível ter uma noção mais clara do que isso representa, é necessário verificar também o contingente populacional desses municípios. De fato, a primeira desigualdade claramente observável está no contingente populacional dos municípios do território.

Tabela 1 – Número de empresas, pessoal ocupado e rendimentos por município, 2000, 2004 e 2012

Município	2000			2004			2012		
	Nº de empresas	Pessoal ocupado Total	Salários e outras remunerações (1.000 R\$)	Nº de empresas	Pessoal ocupado Total	Salários e outras remunerações (1.000 R\$)	Nº de empresas	Pessoal ocupado Total	Salários e outras remunerações (1.000 R\$)
Anage	89	833	2 936	157	1 004	4 044	210	1 167	13 258
Aracatu	121	354	735	139	724	2 366	123	1 314	11 580
Barra do Choça	203	838	2 967	349	1 177	5 654	363	1 993	33 998
Belo Campo	105	402	988	125	420	1 450	131	867	9 002
B. Jesus da Serra	22	77	184	30	305	1 147	61	102	444
Caetanos	25	195	680	50	229	720	104	421	5 627
Candido Sales	245	496	1 035	369	983	4 087	311	1 437	17 274
Caraibas	22	21	19	69	255	98	63	147	912
Condeuba	174	463	974	242	863	1 946	182	1 513	14 502
Cordeiros	53	281	549	96	374	1 132	83	505	5 715
Encruzilhada	137	451	1 338	188	979	4 937	219	1 352	17 502
Guajeru	46	247	515	89	235	801	98	585	6 640
Jacaraci	104	364	970	145	568	2 161	148	621	6 172
Lic. de Almeida	220	635	1 224	300	823	3 153	215	471	3 184
Maetinga	53	146	299	67	265	1 399	48	361	5 266
Mirante	41	248	789	47	296	1 651	89	436	6 318
Mortugaba	162	334	555	207	539	1 457	256	836	7 839
Piripa	70	215	487	99	652	2 134	94	495	4 624
Planalto	136	1 068	2 274	190	916	3 158	226	1 679	19 436
Poções	415	1 496	4 624	573	2 032	8 571	788	3 427	40 066
Pres. Janio Quadros	55	111	263	119	239	921	99	191	1 072
Ribeirão do Largo	47	316	712	79	350	1 166	59	669	7 730
Tremedal	80	168	389	125	417	1 693	119	706	9 752
Vit. da Conquista	6 273	32 398	124 219	8 005	38 848	236 949	8 969	72 386	969 310

Fonte: MTE-Caged/MTE-RAIS.

Observa-se que o Município de Vitória da Conquista apresenta um contingente populacional muito superior aos demais municípios do território, sendo que na Tabela 2 é possível verificar a apresentação dos dados do IBGE referentes à população dos municípios do Território do Sudoeste Baiano, contendo dados dos anos 2000, 2004 e 2012, para que seja possível ter uma visão do período anterior e posterior à implantação dos PTR. A Tabela 2 apresenta também a Taxa média de Crescimento das populações entre os anos de 2000 a 2004, 2000 a 2012 e 2004 a 2012, sendo que a fórmula utilizada para calcular essas taxas é:

$$TMC = \left[ \left( \frac{p2}{p1} \right)^{\frac{1}{n}} \right] - 1$$

Onde:

- TMC = Taxa média de crescimento;
- p1 = População em tempo mais antigo;
- p2 = População em tempo mais recente;
- n = número de anos entre o tempo mais antigo e o tempo mais recente.

Tabela 2 – População e Taxa média de Crescimento (TMC) da População dos municípios e do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, nos anos 2000, 2004 e 2012.

Município	População em 2000	População em 2004	População em 2012	TMC entre 2000 e 2004	TMC entre 2000 e 2012	TMC entre 2004 e 2012
Anagé	31.060	25.681	19.889	-4,64%	-3,65%	-3,14%
Aracatu	15.491	15.505	13.542	0,02%	-1,11%	-1,68%
Barra do Choça	40.818	49.014	35.501	4,68%	-1,16%	-3,95%
Belo Campo	17.655	19.376	17.625	2,35%	-0,01%	-1,18%
Bom Jesus da Serra	10.502	10.644	10.120	0,34%	-0,31%	-0,63%
Caetanos	13.076	14.318	14.926	2,29%	1,11%	0,52%
Cândido Sales	28.516	31.055	25.711	2,16%	-0,86%	-2,33%
Caraíbas	17.164	12.641	9.879	-7,36%	-4,50%	-3,03%
Condeúba	18.047	18.123	17.421	0,11%	-0,29%	-0,49%
Cordeiros	8.193	6.925	8.245	-4,12%	0,05%	2,20%
Encruzilhada	32.924	38.856	22.478	4,23%	-3,13%	-6,61%
Guajeru	12.836	15.043	9.182	4,05%	-2,75%	-5,98%
Jacaraci	13.520	13.305	14.500	-0,40%	0,58%	1,08%
Licínio de Almeida	12.349	11.456	12.268	-1,86%	-0,05%	0,86%
Maetinga	13.686	15.372	6.048	2,95%	-6,58%	-11,01%
Mirante	13.666	16.476	9.902	4,79%	-2,65%	-6,17%
Mortugaba	12.598	12.439	11.729	-0,32%	-0,59%	-0,73%
Piripá	16.128	19.059	12.219	4,26%	-2,29%	-5,41%
Planalto	21.707	20.774	24.627	-1,09%	1,06%	2,15%
Poções	44.213	47.486	45.903	1,80%	0,31%	-0,42%
Pres. Jânio Quadros	17.045	18.543	12.854	2,13%	-2,32%	-4,48%
Ribeirão do Largo	15.303	17.547	10.432	3,48%	-3,14%	-6,29%
Tremedal	21.200	20.927	17.750	-0,32%	-1,47%	-2,04%
Vitória da Conquista	262.494	281.684	315.884	1,78%	1,55%	1,44%
Território do Sudoeste Baiano	710.191	752.249	698.635	1,45%	-0,14%	-0,92%

Fonte: IBGE (2015), elaborado pelo autor.

Assim, percebe-se que dezesseis municípios tiveram crescimento populacional de 2000 a 2004, enquanto apenas seis municípios cresceram de 2004 a 2012, após implantação dos PTR, sendo

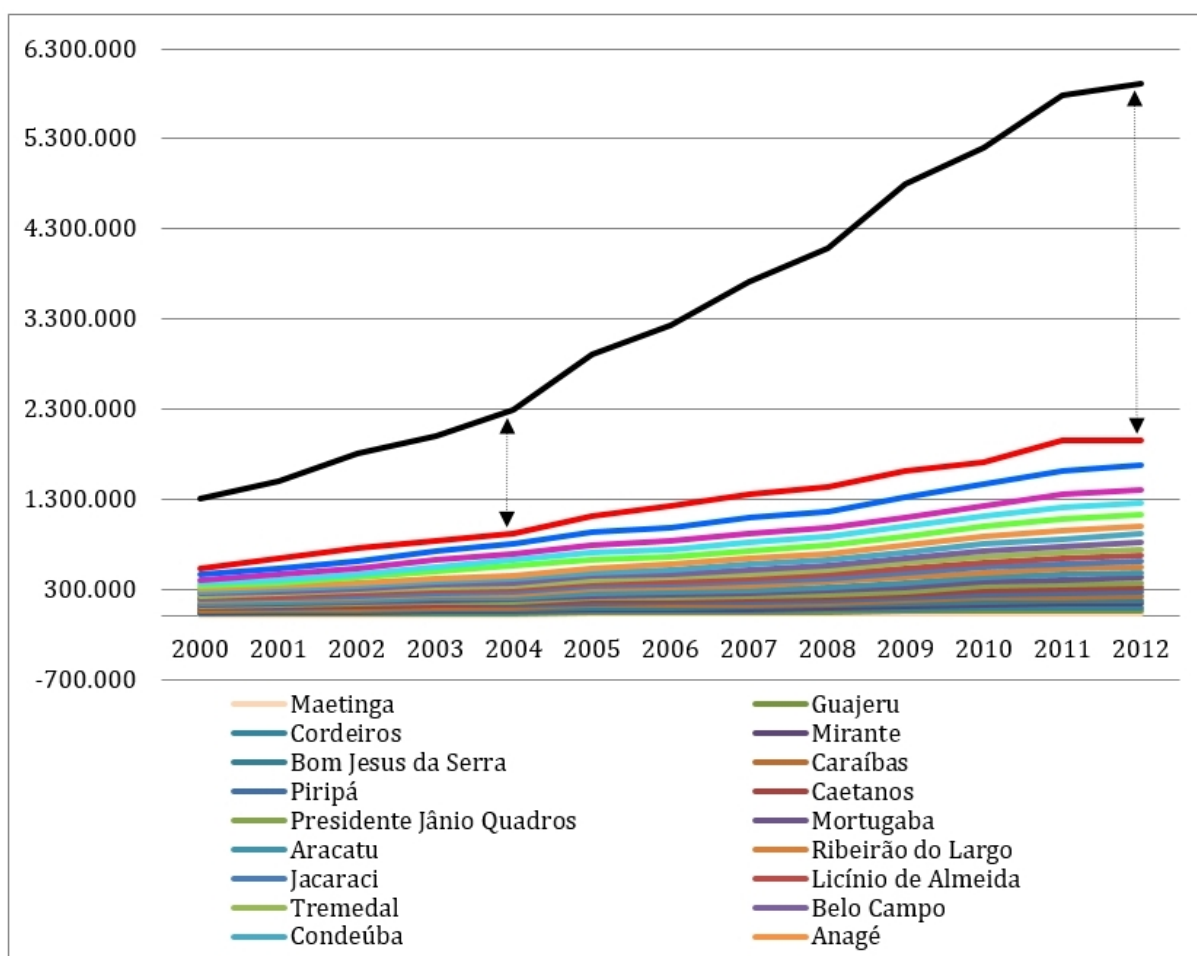
que dois fatores chamam a atenção: boa parte do contingente que saiu dos seus municípios pertencia à população rural e foram os municípios no entorno de Vitória da Conquista que apresentaram algumas das maiores taxas negativas do estado da Bahia (SILVA; SILVA, 2011, p. 189-190). Percebe-se também que, de 2000 a 2012, Maetinga e Caraíbas foram os municípios do território que tiveram a maior redução na sua população (SILVA; SILVA, 2011, p. 183), enquanto em sentido inverso, as projeções populacionais para o ano de 2030 apontam que o Município de Vitória da Conquista deverá ser o quarto município que mais crescerá, atrás apenas de Salvador, Feira de Santana e Camaçari (SEI, 2013b, p.12). Conforme foi visto anteriormente, Maetinga e Caraíbas fazem parte do pior perfil de pobreza do território (Quadro 1, p. 23), sendo que estes dois municípios estão entre os quatro com o menor número empresas e também com um número muito baixo de pessoal ocupado, conforme foi visto na Tabela 1, pag. 60. Neste sentido Cruz (2013) afirma que:

As pessoas que não têm condições de se locomover periodicamente para adquirir bens e serviços em Vitória da Conquista acabam se mudando para a cidade, assim como os trabalhadores rurais expropriados de suas terras. Mais da metade dos municípios que estão em sua área de influência localiza-se no Semiárido, onde ocorre maior processo de exclusão socioeconômica, principalmente no campo, quando comparados aos demais municípios e, como consequência, maior perda da população. Assim, os motivos socioeconômicos se destacam entre os que mais influenciam na mobilidade espacial da população e têm sido um dos fatores do adensamento populacional em Vitória da Conquista nos últimos anos. (CRUZ, 2013, p.3).

Essa afirmação explica em parte as questões populacionais do território, contudo, por se tratar de um assunto bastante complexo, há de se considerar que “as análises da dinâmica demográfica que ocorre em um determinado espaço revelarão o papel exercido por elementos econômicos, sócio-políticos, culturais e ambientais de caráter endógeno e de caráter exógeno” (SILVA; SILVA, 2011, p. 180). Assim, como parte do entendimento dessa dinâmica serão realizadas também as análises nas suas produções absolutas e produção por habitante, por intermédio dos PIB e PIB per capita dos municípios do território.

Na Figura 3, é possível observar, como o PIB ocorreu nos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, no período de 2000 a 2012. Conquanto o município de Vitória da Conquista sempre tivesse um PIB bem maior que os outros municípios, pode-se perceber que após o ano de 2004, início do PBF, houve um distanciamento dos seus valores em relação aos demais. Também, percebe-se que após o ano de 2007, quando os territórios de Identidade foram implantados, não há diminuição do distanciamento entre o PIB de Vitória da Conquista e os demais municípios do mesmo território.

Figura 3 - Evolução dos PIB Totais dos municípios do TISB, 2000-2012



Fonte: (IBGE, 2013) – Elaborado pelo autor

Embora o PIB seja muito questionado atualmente como indicador de desenvolvimento, a sua comparação pode ajudar no entendimento sobre o aumento da desigualdade da produção absoluta entre os municípios do território, além de despertar o questionamento se essa desigualdade ocorreu devido ao crescimento do PIB, da população ou de ambos. O fato é que, no ano 2000 a diferença entre o maior PIB, de Vitória da Conquista (R\$ 774.336.042,00), para o menor PIB, de Cordeiros (R\$ 9.040.345,00) era de quase 86 vezes. No ano de 2012 a diferença entre o maior PIB, novamente de Vitória da Conquista (R\$3.955.643.191,00), para o menor PIB, desta vez de Maetinga (R\$ 29.959.243,00) era mais de 132 vezes. Para Cordeiros a diferença passou a ser de aproximadamente 108 vezes (IBGE, 2013). A tabela com o PIB de todos os municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano pode ser visto no APÊNDICE C na página 140.

Assim, resgatando a questão das populações dos municípios do território, Tabela 2, página 61, tem-se que, no ano de 2000 a população dos três municípios citados no exemplo do PIB acima



eram: Vitória da Conquista 262.494, Cordeiros 8.193 e Maetinga 13.686. Já em 2012 tem-se respectivamente: 315.884, 8.245 e 6.048. Ou seja, a primeira percepção é que a maior população do município de Vitória da Conquista pode explicar a diferença do PIB em relação aos outros municípios do território. Mas, ao observar a variação da população tem-se que, de 2000 para 2012 a taxa média do crescimento anual de Vitória da Conquista foi 1,55%, enquanto Cordeiros cresceu apenas 0,05% e a produção absoluta de Maetinga encolheu 6,58% ao ano. Logo, em uma análise preliminar é possível relacionar a superioridade do PIB de Vitória da Conquista com a sua população, mas não há uma relação muito clara entre a variação do PIB e a variação populacional dos municípios.

A Tabela 3 apresenta os PIB per capita dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, calculados a partir da divisão do PIB total pelo total da população, ambos fornecidos pelo IBGE, sem considerar a inflação no período. A partir do PIB per capita foram calculados as Taxa média de Crescimento Anual (TMC) para os períodos de 2000 a 2004, 2000 a 2012 e 2004 a 2012. Nesta tabela é possível verificar que apenas dez municípios tiveram uma Taxa de crescimento Relativa, anual, menor no período de 2004 a 2012, em comparação com o período de 2000 a 2004, sendo que entre esses municípios está Vitória da conquista. Em uma análise preliminar, isso parece indicar que os valores dos PTR adicionados de 2004 a 2012 não foram suficientes para elevar o PIB per capita desses municípios.

Outra observação interessante é que os municípios que tiveram as três menores taxas de crescimento Relativa no PIB per capita no período de 2004 a 2012, Cândido Sales, Planalto e Licínio de Almeida, foram os mesmos que tiveram os maiores acréscimos no período anterior, 2000 a 2004. Neste sentido, esta observação lembra a argumentação do desenvolvimento industrial baiano ser exógeno e espasmódico, causando momentos de crescimento mas sendo incapaz de sustentar o crescimento (TEIXEIRA; SOUSA; 2016; p. 10) e que parece se estender a outras áreas da economia do estado. Outra possibilidade para explicar essas alterações diz respeito às oscilações climáticas que afetam a produção agropecuária dos municípios e que serão observadas a seguir.

Como exemplo tem-se que, ao verificar o Valor Agregado Bruto (VAB) do município de Cândido Sales, é possível perceber que em 2000 o VAB de Agropecuária deste município era de R\$ 5.840.000,00 sendo que em 2002 este valor salta para R\$ 18.455.000,00 e continua crescendo até chegar ao valor de R\$ 52.281.000 em 2004. A partir de 2004 esse valor apenas decresce até chegar ao valor de R\$ 11.650.000,00 em 2012. Desta forma, é possível inferir que

alguma ação, provavelmente exógena, ocorreu para que este valor subisse, contudo não houve sustentação para que ele permanecesse ou crescesse além dos quatro anos iniciais.

Tabela 3 – PIB per capita e Taxa média de Crescimento Anual (TMC) dos municípios do Território em 2000, 2004 e 2012.

Município	PIB per capita em 2000	PIB per capita em 2004	PIB per capita em 2012	TMC entre 2000 e 2004	TMC entre 2000 e 2012	TMC entre 2004 e 2012
Anagé	1.002,03	1.547,53	4.741,31	11,48%	13,83%	15,02%
Aracatu	1.013,04	1.503,58	4.353,64	10,38%	12,92%	14,21%
Barra do Choça	1.566,91	2.220,45	7.909,16	9,11%	14,44%	17,21%
Belo Campo	1.088,98	1.907,77	4.289,13	15,05%	12,10%	10,66%
Bom Jesus da Serra	873,07	1.063,51	3.871,44	5,06%	13,21%	17,53%
Caetanos	867,85	1.112,24	3.327,82	6,40%	11,85%	14,68%
Cândido Sales	1.200,59	3.413,69	4.846,56	29,85%	12,33%	4,48%
Caraibas	900,14	1.561,74	4.545,30	14,77%	14,45%	14,29%
Condeúba	1.136,14	2.001,38	5.001,84	15,21%	13,15%	12,13%
Cordeiros	1.103,38	1.943,97	4.443,66	15,21%	12,31%	10,89%
Encruzilhada	1.264,06	1.694,95	6.228,00	7,61%	14,21%	17,67%
Guajeru	912,28	1.208,93	3.467,22	7,29%	11,77%	14,08%
Jacaraci	1.281,88	2.185,79	4.313,86	14,27%	10,64%	8,87%
Licínio de Almeida	1.446,19	2.809,27	5.232,15	18,06%	11,31%	8,08%
Maetinga	885,36	1.173,43	4.953,54	7,30%	15,43%	19,72%
Mirante	836,97	1.091,71	3.931,83	6,87%	13,76%	17,37%
Mortugaba	1.442,61	1.986,01	4.797,94	8,32%	10,53%	11,66%
Piripá	1.055,62	1.310,82	4.042,88	5,56%	11,84%	15,12%
Planalto	1.494,03	3.062,67	5.547,12	19,66%	11,55%	7,71%
Poções	1.459,41	2.564,33	5.805,85	15,13%	12,20%	10,75%
Pres. Jânio Quadros	872,98	1.261,01	3.948,58	9,63%	13,40%	15,34%
Ribeirão do Largo	1.625,04	1.878,16	5.964,82	3,69%	11,45%	15,54%
Tremedal	1.100,38	1.565,44	4.031,27	9,21%	11,43%	12,55%
Vitória da Conquista	2.949,92	4.907,34	12.522,45	13,57%	12,80%	12,42%

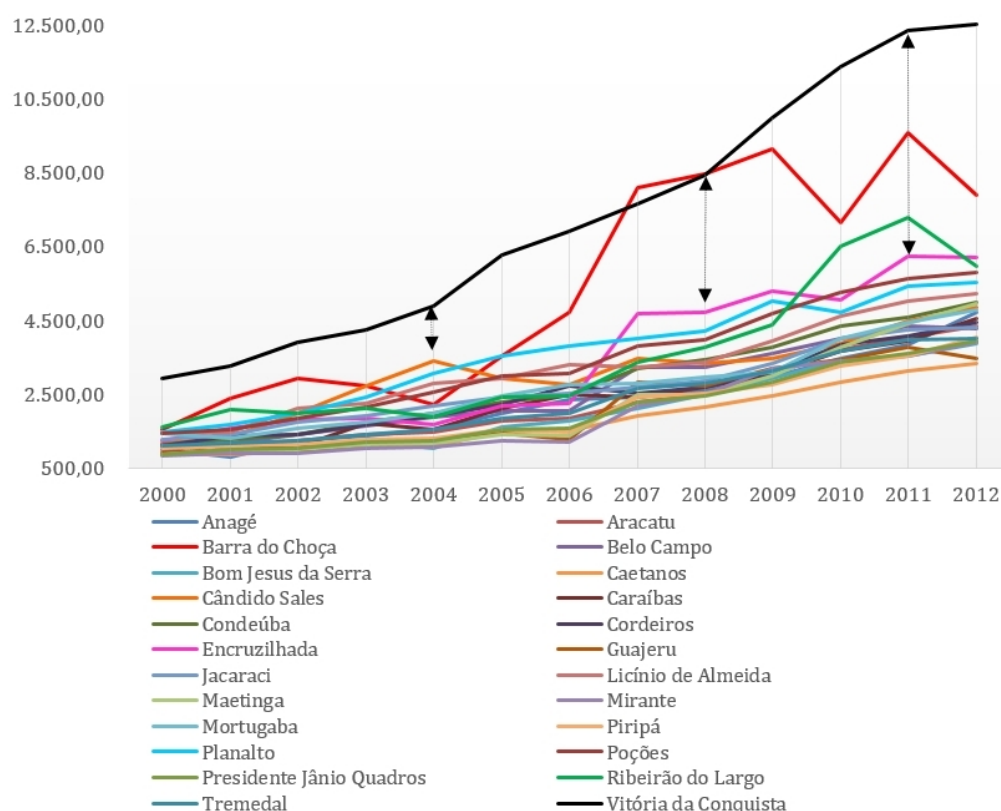
Fonte: IBGE (2013); IBGE (2015), cálculos realizados pelo autor.

Na Figura 4 observa-se que a partir do ano 2004 os valores dos PIB per capita dos municípios do território iniciaram um processo de afastamento entre eles, sendo que isso ficaria mais claro se os municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça fossem retirados da análise, sendo considerados *outliers*. É possível perceber que de 2000 a 2003 as linhas representativas dos municípios estão mais adensadas e que a partir de 2004 elas começam a se afastar, sendo que isso aponta para o aumento da desigualdade intraterritorial, verificado pelo distanciamento entre os PIB per capita de Vitória da Conquista e Barra do Choça dos outros municípios. Tem-se também que este distanciamento só não foi maior por que essas duas cidades tiveram uma redução no seu ciclo de crescimento em 2011. Com essa figura é possível verificar que os municípios do território se comportam economicamente de forma bem distinta do município de Vitória da Conquista.

Por exemplo, observa-se que Vitória da Conquista tem dois momentos de elevação acentuada

do seu PIB per capita, após 2004 e 2008, enquanto a maioria dos municípios tem um momento de elevação após 2006. Os municípios de Barra do Choça, Ribeirão do Largo, Encruzilhada e Planalto tem alguns picos seguidas de baixas nos valores dos seus PIB per capita. Isso também pode ser um indicativo de que o crescimento de Vitória da Conquista pode não puxar o crescimento dos outros municípios do território, ou que esse movimento se dá com um intervalo de tempo entre o crescimento e a atração.

Figura 4 - Evolução do PIB per capita dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, 2000-2012



Fonte: IBGE (2013); IBGE (2015) – Elaborado pelo autor

Como dito acima, na Figura 4 é possível verificar picos de elevação do PIB per capita de alguns municípios, como por exemplo Barra do Choça e Ribeirão do Lago, sendo que nos anos de 2007 e 2008 o PIB per capita de Barra do Choça (R\$ 8.113,80 e R\$ 8.483,94) foi maior que o de Vitória da Conquista (R\$ 7.668,38 e R\$ 8.443,03), conforme pode ser visto no APÊNDICE D, página 141. Isso pode ser explicado, em parte, pela composição dos PIB desses municípios que estão muito associados ao setor agrícola, sendo Barra do Choça com o cultivo do café e Ribeirão do Largo com produção de cana-de-açúcar, banana e mandioca (SEI, 2015, p. 18). Assim, esses PIB crescem ou reduzem a depender da existência de períodos de estiagem que afetam a produção agropecuária e acabam por repercutir também no comércio e nos serviços

(SEI, 2015, p. 22).

A Tabela 4 apresenta a Estatística descritiva do PIB per capita, por município, no intervalo de 2004 a 2012, de forma que é possível verificar o afastamento dos PIB per capita de cada município por intermédio do coeficiente de variação. Sabendo que todos os municípios tiveram o PIB per capita crescente no período de 2004 a 2012, é possível notar que houve um maior crescimento em alguns municípios que já possuíam valores de PIB per capita mais elevados. Por exemplo, os municípios de Ribeirão do Largo e Encruzilhada que ocupavam a décima segunda e décima terceira posições do PIB per capita em 2004, cresceram mais que os municípios de Caetanos e Bom Jesus da Serra, que estavam na vigésima segunda e Vigésima quarta posições. Desta forma, Encruzilhada e Ribeirão do Largo passaram a ser o terceiro e o quarto maior PIB per capita, enquanto Caetanos e Bom Jesus da Serra apenas inverteram as posições entre si.

Tabela 4 Estatística descritiva do PIB per capita, por município, no intervalo de 2004 a 2012

Município	Mínimo	Máximo	Mediana	Média Aritmética	Variância	Desvio Padrão	Erro Padrão	Coeficiente de Variação
Anagé	1.548	4.741	2.604	2.890	0.9850	0.9925	0.3308	34.34%
Aracatu	1.504	4.354	2.503	2.790	1.0984	1.0480	0.3493	37.56%
Barra do Choça	2.220	9.586	7.909	6.766	6.8787	2.6227	0.8742	38.76%
Belo Campo	1.908	4.348	3.237	3.196	0.9453	0.9723	0.3241	30.42%
Bom Jesus da Serra	1.064	3.871	2.489	2.546	0.9422	0.9707	0.3236	38.11%
Caetanos	1.112	3.328	2.175	2.222	0.6025	0.7762	0.2587	34.92%
Cândido Sales	2.786	4.847	3.474	3.632	0.4544	0.6741	0.2247	18.56%
Caraíbas	1.562	4.545	2.710	2.955	0.9014	0.9494	0.3165	32.13%
Condeúba	2.001	5.002	3.447	3.464	1.1294	1.0627	0.3542	30.68%
Cordeiros	1.944	4.444	2.740	3.070	0.7555	0.8692	0.2897	28.31%
Encruzilhada	1.695	6.243	4.738	4.267	3.0941	1.7590	0.5863	41.22%
Guajeru	1.209	3.773	2.825	2.598	1.0355	1.0176	0.3392	39.16%
Jacaraci	2.186	4.314	2.880	3.179	0.6807	0.8250	0.2750	25.95%
Licínio de Almeida	2.809	5.232	3.366	3.831	0.8352	0.9139	0.3046	23.85%
Maetinga	1.173	4.954	2.511	2.796	1.8671	1.3664	0.4555	48.86%
Mirante	1.092	3.932	2.500	2.481	1.2119	1.1009	0.3670	44.37%
Mortugaba	1.986	4.798	2.970	3.264	0.8915	0.9442	0.3147	28.92%
Piripá	1.311	4.043	2.539	2.550	0.9338	0.9663	0.3221	37.89%
Planalto	3.063	5.547	4.214	4.375	0.7004	0.8602	0.2867	19.66%
Poções	2.564	5.806	3.994	4.207	1.4501	1.2042	0.4014	28.62%
Pres. Jânio Quadros	1.261	3.949	2.472	2.553	0.9399	0.9695	0.3232	37.97%
Ribeirão do Largo	1.878	7.289	3.790	4.236	3.7876	1.9462	0.6487	45.94%
Tremedal	1.565	4.031	2.814	2.862	0.8634	0.9292	0.3097	32.46%
Vitória da Conquista	4.907	12.522	8.443	8.941	7.6177	2.7600	0.9200	30.87%

Fonte: Fonte: IBGE (2013); IBGE (2015) – Elaborado pelo autor

Neste sentido, é possível perceber na Tabela 5, que apresenta a Estatística descritiva do PIB per capita do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, 2004 a 2012, que ao longo dos anos ocorreram valores oscilantes para a razão entre o valor mínimo e máximo dos PIB per capita dos municípios. Desta forma, por intermédio da evolução do PIB per capita é possível calcular que no ano de 2004 a razão do maior valor foi de 4,612 vezes a mais que o menor valor, sendo que essa diferença aumentou até o ano de 2006 e depois seguiu uma tendência de diminuição até 2012. (IBGE, 2013). De fato, a razão calculada entre o valor mínimo e o máximo de 2012 é menor que o de 2004, sendo que isso pode significar uma diminuição na desigualdade intraterritorial, mas estes dados não representam uma tendência pois, em uma rápida análise nos números é possível verificar que há muita oscilação entre os valores de um ano para o outro. Além disso, a questão da diminuição da população em vários municípios – Tabela 2, página 61 – pode ser um influenciador no aumento do PIB per capita de alguns municípios.

Tabela 5 Estatística descritiva do PIB per capita do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, 2004 a 2012

Ano	Valor Mínimo	Valor Máximo	Amplitude Total	Razão entre mínimo e máximo	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
2004	1.064	4.907	3.843	4,612	0.8935	45.65%
2005	1.249	6.282	5.033	5,030	1.0587	44.99%
2006	1.213	6.906	5.693	5,693	1.2482	49.09%
2007	1.937	8.114	6.177	4,189	1.5623	47.40%
2008	2.175	8.484	6.309	3,901	1.6588	47.59%
2009	2.453	10.003	7.550	4,078	1.8702	46.96%
2010	2.848	11.377	8.529	3,995	1.7860	40.08%
2011	3.129	12.362	9.233	3,951	2.1163	42.59%
2012	3.328	12.522	9.194	3,763	1.8750	36.85%

Fonte: Fonte: IBGE (2013); IBGE (2015) – Elaborado pelo autor

Assim, para avançar na análise do território, as variáveis IDHM e Coeficiente de GINI são apresentadas na Tabela 6, sendo que em relação ao IDHM dos municípios, é possível observar que todos eles tiveram uma melhora no indicador do ano 2000 para 2010. Os municípios de Mirante e Bom Jesus da Serra tiveram acréscimos de mais de 80% nos seus índices (84,27% e 83,22%, respectivamente), enquanto Licínio de Almeida teve apenas 27,25% e Vitória da Conquista, com o pior incremento dos municípios do território, teve 26,02%.

Por conseguinte, comparando o Coeficiente de GINI do ano 2000 com o ano 2010, ainda na Tabela 6, é possível perceber que a desigualdade aumentou em oito dos vinte e quatro municípios, sendo que dois deles, Barra do Choça e Encruzilhada, estão entre os cinco maiores PIB do território. Os outros municípios são: Belo Campo, Cordeiros, Guajeru, Maetinga,

Planalto e Ribeirão do Largo. Além disso, observando o ranking dos municípios para o Coeficiente de GINI é possível notar que o município de Encruzilhada que possuía o segundo melhor índice no ano 2000 passa a ser o décimo nono em 2010 e o município de Licínio de Almeida que possuía o pior índice no ano 2000 para a ser o terceiro melhor em 2010. Essas variações também podem ocorrer, entre outros fatores, pela alteração na proporção entre jovens e idosos do município. Neste sentido, percebe-se na Tabela 2, página 61, que Encruzilhada teve grande redução na sua população, enquanto Licínio de Almeida ficou praticamente inalterado nos 10 anos desta medição (IPECE, 2010, p. 7). Ocorre também que essas mudanças bruscas e pontuais, em apenas um indicador, provocam uma série de indagações quanto a efetividade da coleta de dados nos municípios, uma vez que não é possível observar repercussão dessas mudanças em outros indicadores.

Tabela 6 Coeficiente de GINI e IDHM dos municípios nos anos de 2000 e 2010

Município	GINI 2000	GINI 2010	IDHM 2000	IDHM 2010
Anagé	0,5436	0,4841	0,308	0,540
Aracatu	0,5639	0,4473	0,342	0,581
Barra do Choça	0,3565	0,4452	0,316	0,551
Belo Campo	0,5215	0,4972	0,378	0,575
Bom Jesus da Serra	0,5184	0,5280	0,298	0,546
Caetanos	0,6022	0,5028	0,318	0,542
Cândido Sales	0,5407	0,5108	0,423	0,601
Caraibas	0,6017	0,4930	0,322	0,555
Condeúba	0,6362	0,4975	0,419	0,582
Cordeiros	0,4912	0,4558	0,386	0,579
Encruzilhada	0,4481	0,5122	0,359	0,544
Guajeru	0,4614	0,4602	0,333	0,569
Jacaraci	0,5833	0,4762	0,445	0,593
Licínio de Almeida	0,6850	0,4544	0,488	0,621
Maetinga	0,5044	0,4607	0,311	0,538
Mirante	0,5088	0,5217	0,286	0,527
Mortugaba	0,5969	0,4789	0,472	0,618
Piripá	0,4774	0,4957	0,406	0,575
Planalto	0,5310	0,4634	0,392	0,560
Poções	0,6085	0,5527	0,430	0,604
Pres.Jânio Quadros	0,5220	0,5548	0,322	0,542
Ribeirão do Largo	0,4666	0,4718	0,364	0,540
Tremedal	0,6491	0,4865	0,352	0,528
Vitória da Conquista	0,6283	0,5588	0,538	0,678

Fontes: IBGE (2013), elaborado pelo autor.

Os municípios de Licínio de Almeida, Tremedal, Condeúba e Aracatu tiveram as maiores reduções no Coeficiente de GINI (-33,66%, -25,05%, -21,80%, -20,68%), embora esses municípios não tivessem apresentado no período um grande crescimento nos seus PIB ou PIB per capita, mas tiveram uma pequena alteração na sua população. Outro aspecto interessante

sobre este indicador é que o município de Vitória da Conquista que normalmente ocupa as melhores posições no ranking de vários indicadores do território, estava apenas na vigésima primeira posição no ano 2000 e na última posição do ranking no ano 2010. Contudo, para que o Coeficiente de GINI pudesse esclarecer mais sobre a desigualdade de renda entre os municípios seria preciso que o nível de renda dos municípios também fossem analisados, para que fosse praticável aferir se ele de fato aumentou ou se houve um empobrecimento geral da população de um determinado município (SOARES, 2006, p. 91; IPECE, 2010, p. 8). Ainda assim, este coeficiente permite ter uma visão equilibrada da situação dos municípios quanto a desigualdade da renda.

O Quadro 6 apresenta a Estatística descritiva da variável IDHM, do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, 2000 e 2010, que permite dizer que houve uma melhora substancial neste indicador do ano 2000 para o ano 2010, uma vez que os valores mínimos e máximos cresceram e a amplitude total diminuiu. Além disso, a mediana do território também aumentou e, principalmente, as medidas de dispersão, desvio interquartilico e coeficiente de variação, que poderiam indicar desigualdade intraterritorial, diminuíram bastante. Isso significa que nesses dez anos os valores dos IDHM melhoraram e ficaram mais próximos entre os municípios do território, que pode indicar preliminarmente uma diminuição na desigualdade intraterritorial.

Quadro 6 Estatística descritiva da variável IDHM, do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, 2000 e 2010

<b>IDHM 2000</b>	<b>IDHM 2010</b>
Tamanho da amostra: 24	Tamanho da amostra: 24
Mínimo: 0.2860	Mínimo: 0.5270
Máximo: 0.5380	Máximo: 0.6780
Amplitude Total: 0.2520	Amplitude Total: 0.1510
Mediana: 0.3615	Mediana: 0.5645
Primeiro Quartil (25%): 0.3210	Primeiro Quartil (25%): 0.5420
Terceiro Quartil (75%): 0.4200	Terceiro Quartil (75%): 0.5848
Desvio Interquartilico: 0.0990	Desvio Interquartilico: 0.0428
Média Aritmética: 0.3753	Média Aritmética: 0.5704
Variância: 0.0044	Variância: 0.0013
Desvio Padrão: 0.0662	Desvio Padrão: 0.0358
Erro Padrão: 0.0135	Erro Padrão: 0.0073
Coeficiente de Variação: 17.64%	Coeficiente de Variação: 6.28%

Fonte: IBGE (2013), elaborado pelo autor.

Contudo, há de se considerar que o IDHM, é um indicador que sintetiza três áreas por meio de uma média ponderada, o que pode possibilitar que alguns municípios consigam elevar a sua média através de ações pontuais. Por exemplo, na avaliação da educação o IDHM considera os anos de estudo e a frequência escolar, mas nesse critério a qualidade do ensino não é considerada, conforme fora criticado pelo Senador Cristovam Buarque (BRASIL, 2013).

O Quadro 7 apresenta a Estatística descritiva da variável GINI, do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, 2000 e 2010, sendo que quanto menor for o Coeficiente de GINI melhor é a sua posição na distribuição da renda do município. Desta forma, a estatística descritiva apresentada aponta para uma considerável melhoria nos números do indicador, mas que não são tão positivas quanto o IDHM.

Quadro 7 Estatística descritiva da variável GINI, do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, 2000 e 2010

<b>GINI 2000</b>	<b>GINI 2010</b>
Tamanho da amostra: 24	Tamanho da amostra: 24
Mínimo: 0.3565	Mínimo: 0.4452
Máximo: 0.6850	Máximo: 0.5588
Amplitude Total: 0.3285	Amplitude Total: 0.1136
Mediana: 0.5359	Mediana: 0.4898
Primeiro Quartil (25%): 0.5011	Primeiro Quartil (25%): 0.4627
Terceiro Quartil (75%): 0.6018	Terceiro Quartil (75%): 0.5112
Desvio Interquartilico: 0.1007	Desvio Interquartilico: 0.0484
Média Aritmética: 0.5436	Média Aritmética: 0.4921
Variância: 0.0057	Variância: 0.0011
Desvio Padrão: 0.0755	Desvio Padrão: 0.0335
Erro Padrão: 0.0154	Erro Padrão: 0.0068
Coeficiente de Variação: 13.89%	Coeficiente de Variação: 6.81%

Fonte: IBGE (2013), elaborado pelo autor.

Observa-se que o valor mínimo de GINI aumentou do ano 2000 para o ano 2010, indicando que houve uma piora na distribuição de renda, entre as piores posições do ranking deste indicador, conforme pôde ser observado na Tabela 6, na qual 8 municípios tiveram piora neste indicador. Todavia, de forma geral a mediana do território melhorou e as medidas de dispersão também, tanto dos municípios com os melhores índices, demonstrado no primeiro quartil, como dos municípios com índices intermediários, no terceiro quartil. Também, o valor máximo, que representa a pior situação de distribuição de renda do território, diminuiu.



Além dos indicadores IDHM e Coeficiente de GINI que possuem uma aceitação internacional, existem também indicadores com formulação e metodologias nacionais e regionais, que embora não sejam utilizados na análise final desta tese, ajudam a compreender a dinâmica desses municípios. Assim a Tabela 7 apresenta os indicadores IPS e IPE, que foram demonstrados no capítulo dos procedimentos metodológicos, e os Índices da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), que serão apresentados a seguir. O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), são calculados a partir de uma metodologia própria, que faz uso das estatísticas públicas oficiais, em quase todos os municípios brasileiros, sendo que os valores de ambos os índices variam de 0 a 1, sendo que, o valor 1 representa a melhor situação enquanto o valor 0 (zero) representa a pior situação medida (FIRJAN, 2014).

Tabela 7 - Indicadores sociais e econômicos do ano de 2010.

Município	IFDM	IFGF	IPS	IPE
Anagé	0,39424675	0,477974907	4924,80	4961,18
Aracatu	0,48370536	0,542809773	4970,64	4972,60
Barra do Choça	0,49560486	0,290241066	5003,70	4964,61
Belo Campo	0,42805974	0,555608977	4977,12	4979,56
Bom Jesus da Serra	0,37376194	0,607610720	4978,15	4936,83
Caetanos	0,40954627	0,483335039	4915,67	4947,22
Cândido Sales	0,39769563	0,430661298	4993,01	4988,32
Caraibas	ND <sup>11</sup>	0,550905305	4930,73	4967,33
Condeúba	0,46317654	0,582586947	4982,58	4986,14
Cordeiros	0,44012368	0,436942339	4987,28	4971,36
Encruzilhada	0,37952342	ND	4946,34	4979,41
Guajeru	0,44415900	0,270260750	4930,38	4951,33
Jacaraci	0,56487005	0,467322186	4954,91	4978,88
Licínio de Almeida	0,49838828	0,492541166	4968,05	4997,71
Maetinga	0,40499243	ND	4947,91	4958,00
Mirante	0,44350632	0,545376538	4928,64	4948,07
Mortugaba	0,51698424	0,495311317	4964,69	5000,53
Piripá	0,52699912	0,429739144	4934,48	4956,08
Planalto	0,39439945	0,503118537	4974,95	4987,19
Poções	0,50174317	0,405345591	5009,11	4990,05
Pres. Jânio Quadros	0,41383207	0,513202318	4921,78	4977,83
Ribeirão do Largo	0,38965177	0,510218302	4968,80	4954,94
Tremedal	0,28442677	0,495406490	4960,02	4970,22
Vitória da Conquista	0,64436619	0,536415500	5114,18	5093,41

Fontes: FIRJAN (2014), IBGE (2013), SEI (2013), elaborado pelo autor.

O IFDM tem o objetivo de monitorar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios e por isso mede as áreas de Saúde, Educação e Emprego e Renda, em periodicidade anual, utilizando padrões de desenvolvimento internacionais e tendo como referências o Censo de 2010. A

<sup>11</sup> ND = Não definido. Ocorre por que os municípios não apresentaram os dados anuais necessários para o cálculo.

FIRJAN utiliza a seguinte classificação dos resultados: de 0 a 0,399 Baixo desenvolvimento; entre 0,4 a 0,599 Desenvolvimento regular; entre 0,6 a 0,799 desenvolvimento moderado e entre 0,8 e 1,0 alto desenvolvimento. A Figura 5 mostra os subitens do IFDM e as fontes de dados utilizadas.

Figura 5 - Subitens que compõem o IFDM por área de desenvolvimento.

IFDM		
Emprego&Renda	Educação	Saúde
Geração de emprego formal	Matrículas na educação infantil	Número de consultas pré-natal
Absorção da mão de obra local	Abandono no ensino fundamental	Óbitos por causas mal-definidas
Geração de Renda formal	Distorção idade-série no ensino fundamental	Óbitos infantis por causas evitáveis
Salários médios do emprego formal	Docentes com ensino superior no ensino fundamental	Internação sensível à atenção básica
Desigualdade	Média de horas aula diárias no ensino fundamental	
	Resultado do IDEB no ensino fundamental	
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: FIRJAN (2014).

Desta forma, em 2010, sete municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano foram considerados de baixo desenvolvimento – Anagé, Bom Jesus da Serra, Cândido Sales, Encruzilhada, Planalto, Ribeirão do Largo e Tremedal – enquanto apenas o município de Vitória da Conquista apresentou Desenvolvimento moderado. Os demais municípios segundo o IFDM, foram classificados em Desenvolvimento regular e não houve municípios com Alto desenvolvimento.

O IFGF tem o objetivo de monitorar a administração dos recursos oriundos dos tributos públicos municipais e, para isso, utiliza no seu cálculo cinco indicadores obtidos da Base de Dados Finanças do Brasil (FINBRA). Esta base contém os dados que são informados pelos próprios municípios e que são posteriormente consolidados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que são: receita própria, gastos com pessoal, investimentos, liquidez e custo da dívida.

No ano de 2011, 399 prefeituras não declararam os valores a STN, sendo que do Território de Identidade do Sudoeste Baiano foram: Anagé, Encruzilhada, Maetinga, Piripá e Poções (FIRJAN, 2014). Em 2010 os municípios de Encruzilhada e Maetinga também não declararam os valores. No ranking do IFGF de 2010 os piores índices foram Guajeru e Barra do choça e o

destaque positivo foi Bom Jesus da Serra, que curiosamente, apresentou algumas das piores posições, em outros indicadores avaliados nesta tese.

Assim, conforme apresentado até agora, a grande disponibilidade de indicadores de desenvolvimento existentes demonstra que as estatísticas em toda América Latina, inclusive o Brasil, tem melhorado bastante. Ainda assim, os dados utilizados nos cálculos desses indicadores ainda apresentam fragilidades que podem prejudicar possíveis classificações e análises (BUITELAAR et al, 2015, p.5). Desse modo, buscando proporcionar uma análise mais coesa e ter um panorama da situação dos municípios em relação aos indicadores, a Figura 6 apresenta uma classificação visual dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano em relação à sua posição no ranking dos diversos indicadores sociais e econômicos.

Figura 6 - Classificação dos municípios pela sua posição no ranking dos Indicadores sociais e econômicos, 2010.

Município	PIB	PIB per capita	IDHM	GINI	IPS	IPE	IFDM	IFGF
Vitória da Conquista	1	1	1	24	1	1	1	7
Licínio de Almeida	11	7	2	3	12	3	6	13
Poções	3	4	4	22	2	4	5	20
Barra do Choça	2	2	15	1	3	16	7	21
Condeúba	8	8	7	16	6	7	9	2
Mortugaba	15	9	3	10	13	2	4	12
Planalto	5	6	13	7	9	6	18	10
Cândido Sales	6	12	5	18	4	5	17	18
Aracatu	14	15	8	2	10	12	8	6
Belo Campo	9	10	10	15	8	8	13	3
Jacaraci	13	11	6	9	15	10	2	16
Cordeiros	23	13	9	4	5	13	12	17
Ribeirão do Largo	12	3	21	8	11	20	20	9
Encruzilhada	4	5	17	19	17	9	21	ND
Tremedal	10	16	23	12	14	14	23	11
Caraibas	19	17	14	13	19	15	24	4
Anagé	7	18	20	11	22	17	19	15
Piripá	17	23	11	14	18	19	3	19
Guajeru	20	19	12	5	20	21	10	22
Maetinga	24	14	22	6	16	18	16	ND
Bom Jesus da Serra	22	20	16	21	7	24	22	1
Pres. Jânio Quadros	16	22	19	23	23	11	14	8
Mirante	21	21	24	20	21	22	11	5
Caetanos	18	24	18	17	24	23	15	14

Fontes: FIRJAN (2014), IBGE (2013), SEI (2013), elaborado pelo autor.

Assim, quanto mais forte for a tonalidade da cor na Figura 6 significa que o município está em posição mais próxima das extremidades do indicador, sendo que as cores verdes são as melhores posições, as cores amareladas são posições intermediárias e as cores alaranjadas são as piores posições. Desta forma, é possível verificar uma clara divisão do território em blocos, sendo que o município de Vitória da Conquista aparece isolado com a melhor posição em quase todos indicadores. Em seguida os municípios de Licínio de Almeida, Poções, Barra do Choça e Condeúba apresentam boas posições em vários indicadores; De Mortugaba a Ribeirão do Largo os indicadores são medianos, mas ainda com a presença de alguns bons resultados e, por fim, de Encruzilhada até Caetanos estão concentrados os municípios com os piores indicadores do território.

Este capítulo conceituou e contextualizou o desenvolvimento, mostrando como a sua noção moderna surgiu e foi reforçada, de forma a abrir o debate para uma abordagem do desenvolvimento brasileiro e baiano que, naturalmente, encaminhou para as questões da desigualdade territorial e intraterritorial. Os indicadores econômicos e sociais foram avaliados considerando a existência de críticas em relação a neutralidade e caráter apolítico dos mesmos (RATTNER, 1977, p. 23), sendo que isso evidenciou, ainda mais, a necessidade de ampliar os estudos sobre as questões da desigualdade intraterritorial não só por intermédio de indicadores, mas também pela percepção dos atores envolvidos.

Os indicadores apontam para uma heterogeneidade entre os municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, deixando a evidência situações de volatilidade econômica e social de muitos municípios. A evolução de alguns indicadores indicam que possivelmente houve intervenções positivas no território, mas ao mesmo tempo não permitem afirmar que a desigualdade intraterritorial tenha reduzido. Por fim, pela análise conjunta dos indicadores percebe-se uma divisão do território em blocos que sugerem a necessidade de ampliar as intervenções que visem equalizar as questões econômicas e sociais nos municípios do território, estimulando, dentre outros fatores, o surgimento de empresas locais que ofereçam vagas de emprego para a população. Assim, o primeiro objetivo específico - conhecer a estrutura econômica e social dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano por intermédio de indicadores - foi alcançado, de forma a permitir que, a partir deste entendimento as questões relacionadas aos PTR possam ser tratadas a seguir.

#### **4 PROGRAMAS DE TRANSFÊRENCIA DE RENDA NO BRASIL**

Este capítulo tem o objetivo de contribuir com o alcance do segundo objetivo específico desta tese – analisar as ações no âmbito dos Programas de Transferência de Renda (PTR) realizadas no Território de Identidade do Sudoeste Baiano– sendo que, para isso está dividido em quatro seções, incluindo esta introdutória que contextualiza e define os PTR. A segunda seção trata especificamente do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que compõem os PTR estudados nesta tese. A terceira seção apresenta alguns dados dos PTR que se relacionam com o Território de Identidade do Sudoeste Baiano e, por fim, na quarta seção, as estatísticas descritiva e inferencial são utilizadas para analisar possíveis relações entre os PTR e o desenvolvimento no território.

Com o aumento da pobreza no mundo mais de trinta países deram início, a partir de 1990, a programas sociais que possuíam no seu cerne a mitigação deste problema (FRIED, 2012, p.1042). Alguns desses programas incluem os PTR, que fazem parte das políticas públicas dos países, oferecendo bolsas regulares para as famílias pobres, estabelecendo uma renda regular e exigindo o cumprimento de algumas obrigações, como por exemplo, manutenção da frequência escolar, realização de exames pré-natais, controle de vacinas e outros (MDS, 2013, p.15). Nas últimas décadas os PTR foram submetidos a avaliações dos impactos dos seus objetivos, sendo que muitos deles demonstraram a eficácia dos programas enquanto outros estudos apontaram graves falhas e desempenho pífio (SOARES et al., 2009, p. 208). Neste sentido, os estudos envolvendo os PTR devem ser tratados com muito rigor, visto que envolvem questões de partidarismo político (FRIED, 2011, p. 1042), interesses econômicos e posições ideológicas diversificadas.

Assim, existem muitas críticas e elogios aos programas, sendo que dentre os elogios destacam-se as questões de redução da pobreza e desigualdade com baixo ônus orçamentário (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007, p. 21). Quanto as críticas argumenta-se, dentre

outros, que do ponto de vista macroeconômico a consequência dos PTR pode ser a diminuição do crescimento econômico visto que esta política diminuiria a taxa de poupança que poderia financiar os investimentos (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011, p. 268).

Como resultado dos estudos sobre os PTR, existe uma rica literatura na qual os objetivos avaliados referem-se à “escolaridade, saúde, mortalidade infantil, trabalho infantil e a redução da pobreza para os beneficiários”, sendo que os PTR acabam por gerar outros resultados não contemplados nos objetivos dos programas, como por exemplo, a diminuição da desigualdade de renda e “as suas consequências em relação ao desempenho econômico negativo” (SOARES et al., 2009, p. 208). No Brasil literatura econômica mais recente explica a desigualdade de renda usando fatores discriminatórios, como: gênero e raça, segmentação regional e por intermédio das transferências públicas, nos quais se enquadram os PTR (CACCIAMALI; CAMILLO, 2009, p.288). Neste sentido, a literatura econômica

“[...] evidencia que a redução da pobreza requer o aumento do crescimento econômico ou redução no grau de desigualdade. O impacto do crescimento econômico sobre a pobreza é tão maior quanto menor for a desigualdade da distribuição de renda. (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011, p. 267).

No Brasil, o surgimento dos PTR foi um processo que iniciou-se na década de 1990, quando alguns programas municipais passaram a ser estabelecidos em Campinas, São Paulo e Ribeirão Preto, enquanto em Brasília iniciava-se o programa piloto do Bolsa Família (SILVA, 2007, p. 2). Os objetivos dos PTR brasileiros foram relacionados à mitigação dos problemas de pobreza, desigualdade, exclusão e segregação (FRIED, 2012, p. 1043). Então, até o ano de 2002 o Brasil tinha quatro PTR em funcionamento, sendo que cada um destes possuía linha própria de financiamento, diferentes condicionantes, banco de dados próprio e agência executora (SOARES et al., 2009, p. 209). Desta forma, enquanto uma família poderia estar recebendo mais de um benefício, ou até os quatro, outra família em condições semelhantes, poderia não receber nenhum, uma vez que os sistemas informatizados dos PTR não se comunicavam.

Portanto, a partir dessas experiências dos primeiros PTR que novos programas foram surgindo nos estados, culminando em 2003 com o surgimento do Programa Bolsa Família (PBF), sendo que a sua execução só ocorreu a partir do ano de 2004 (SILVA, 2007, p. 2). O PBF e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que são os PTR estudados nesta tese, fazem parte do Plano Brasil Sem Miséria, do Governo Federal, criado pelo decreto nº 7.492/2011 (MDS, 2013, p.15) que tem como objetivos:

I - elevar a renda familiar per capita da população em situação de extrema pobreza;

II - ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços públicos; e

III - propiciar o acesso da população em situação de extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de inclusão produtiva (BRASIL, 2011, Art. 4o)

Assim, visto que o PBF e o BPC fazem parte do Plano Brasil sem Miséria e para que seja possível compreender os seus possíveis impactos sobre a pobreza e como isso se relaciona com o desenvolvimento do território, é necessário que se estabeleça qual é a concepção de pobreza que está sendo tratada – visto que existe mais de uma – para ser utilizadas em políticas de intervenção social (SILVA, 2007, p. 3). Desta forma tem-se que:

[...] a pobreza apresenta dimensões histórica, econômica, social, cultural e política; é complexa e multidimensional; é essencialmente de natureza estrutural, sendo, portanto, mais que insuficiência de renda. É produto da exploração do trabalho; é desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços sociais básicos; à informação; ao trabalho e à renda digna; é não participação social e política (SILVA, 2007, p. 3).

Percebe-se, portanto, que para combater a pobreza torna-se necessário introduzir nos PTR características que extrapolem a questão financeira dos indivíduos de forma a alcançar todo o seu núcleo familiar e alterando também as características de pobreza do município, para que esse indivíduo, e esta família, permaneçam nos seus locais. Assim, torna-se necessário compreender os elementos que compõem o PBF e o BPC, assim como entender as suas origens e funcionamentos.

#### 4.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

O PBF foi criado em outubro de 2003 para unificar os programas sociais vigentes e organizar a base de dados federal, sendo que para isso foi utilizado o Cadastro Único, que é um sistema de informação posto em funcionamento no ano de 2001. O PBF possui grande projeção nacional e internacional – com mais de doze milhões de famílias cadastradas – tendo sido considerado o maior programa deste tipo no mundo (FRIED, 2012, p.1042).

O PBF foi criado por intermédio da Lei 10.836/2004, sendo regulamentado pelo Decreto 5.209/2004, estabelecendo que a sua gestão fosse descentralizada e compartilhada entre os

Governos Federal, Estadual e Municipal (MDS, 2013, p.19). Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o PBF tem por base a transferência direta de renda para as famílias que se encontram em condição de pobreza e de extrema pobreza no Brasil. Para ser elegível ao programa é preciso que a família possuísse, em 2015, uma renda familiar per capita até R\$ 77,00 por mês e que tivesse registro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (MDS, 2015). Uma vez que a família esteja participando do programa, ela tem que cumprir algumas condicionantes. Assim, como condição para continuar no programa, as famílias beneficiadas precisa manter a frequência escolar das crianças em 85%, crianças com menos de sete anos de idade devem ter os cartões de vacinas atualizados e as crianças em amamentação ou as mulheres grávidas devem fazer visitas regulares aos centros de saúde (FRIED, 2012, p. 1044; SOARES et al., 2007, p. 209). Os valores do PBF para o ano de 2014 podem ser vistos no Quadro 8, que também descreve quais são as famílias elegíveis ao benefício e quais as condições, ou regras da sua aplicação.

Para a gestão do PBF o governo brasileiro desenvolveu um modelo compartilhado entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, que contrasta com outros programas de transferência de renda (FRIED, 2012, p. 1044) de tal forma que, ao comparar os PTR de Brasil, Chile e México, conclui-se que a única coisa que estes tem em comum é o banco de dados federal unificado (SOARES et al., 2007, p. 212). Assim, o Governo Federal Brasileiro utilizou o Censo de 2000 para determinar as quotas municipais referentes ao número de famílias pobres de cada município e desenvolveu o Cadastro Único, um sistema informatizado integrado, para registrar as famílias e distribuir os cartões de débito do benefício.

O BPC possui mais de três milhões de beneficiários e faz parte da Política de Assistência Social, sendo que não é preciso que o indivíduo tenha contribuído com a Previdência Social para ser contemplado. Desta forma, esse benefício enquadra-se em uma política de transferência de renda, de um salário mínimo por mês, para idosos – acima de 65 anos – e deficientes que não possam se sustentar, ou ser sustentados por suas famílias. O critério é que a família do beneficiário não possua renda superior a um quarto de salário mínimo por pessoa (MDS, 2013, p. 21).

O BPC foi instituído pela Constituição Federal de 1988 ficando a sua gestão por conta do MDS, enquanto o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) operacionaliza o benefício e a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) cumpre o papel intermediário - execução, coordenação, regulação, financiamento, monitoramento e avaliação. O BPC substituiu a Renda Mensal



Vitalícia (RMV) - criada em 1974 e interrompida em 1993 - que inicialmente era um benefício previdenciário, sendo que a RMV ainda mantém benefícios ativos devido ao pressuposto do direito adquirido, sendo que as suas despesas operacionais derivam do Fundo Nacional de Assistência Social.

Quadro 8 - Tipos de benefícios do PBF e seus valores, em 2015

Benefício	Valor (em R\$)	Descrição
Benefício Básico	77,00	Concedido apenas a famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 77,00).
Benefício Variável de 0 a 15 anos	35,00	Concedido às famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade.
Benefício Variável à Gestante	35,00	Concedido às famílias que tenham gestantes em sua composição Pagamento de nove parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês A identificação da gravidez é realizada no Sistema Bolsa Família na Saúde. O Cadastro Único não permite identificar as gestantes.
Benefício Variável Nutriz	35,00	Concedido às famílias que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição Pagamento de seis parcelas mensais consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida. Observação: Os benefícios variáveis acima descritos são limitados a 5 (cinco) por família, mas todos os integrantes da família devem ser registrados no Cadastro Único.
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente	42,00	Concedido a famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos – limitado a dois benefícios por família.
Benefício para Superação da Extrema Pobreza	-	Transferido às famílias do Programa Bolsa Família que continuem em situação de extrema pobreza (renda mensal por pessoa de até R\$ 77), mesmo após o recebimento dos outros benefícios. Ele é calculado para garantir que as famílias ultrapassem o limite de renda da extrema pobreza Observação: O valor é calculado caso a caso

Fonte: MDS (2015) - Adaptado pelo autor.

De certa forma, as características do Brasil como uma federação descentralizada determinam o

modo de funcionamento dos PTR, sendo que a definição de política cabe ao Governo Federal enquanto a verificação das condicionantes e “a identificação primária dos beneficiários potenciais e o fornecimento de informações sobre eles” cabem aos estados e municípios (SOARES et al., 2007, p. 210). Assim, no Brasil, para registrar as famílias nos programas, são os municípios que alocam pessoas para preencher os formulários e identificar as famílias elegíveis, utilizando como único critério de elegibilidade a renda. No México a identificação é feita por uma central federal que segue critérios multidimensionais. No Chile a identificação é feita pela assistente social responsável pela família, utilizando, também, critérios multidimensionais. No caso do Brasil e do Chile há uma margem para escolha ou priorização de famílias que receberão o benefício.

Caso uma família descumpra as condicionantes do programa, o PBF executa cinco etapas para descredenciar essa família, sendo que o primeiro passo é um aviso e somente no quinto passo o benefício é cancelado (FRIED, 2012, p. 1044). Ou seja, é um longo processo para que uma família seja retirada do programa. Embora os estados e municípios não controlem os condicionantes com rigidez, estudos qualitativos mostram que as famílias, em sua grande maioria os cumprem (SOARES et al., 2007, p. 210). Ainda assim, entre 2006 e 2009, 93.231 famílias foram descredenciadas, sendo que o maior descredenciamento ocorreu em 2010, quando 709.900 famílias foram excluídas por não atualizarem seus dados no Cadastro Único, o que tem que acontecer de dois em dois anos. Isso demonstra que a supervisão do programa tem avançado nos métodos de monitoração.

As prefeituras procuram estabelecer métodos que permitam a participação da sociedade civil no “planejamento, avaliação e supervisão do programa”, pois conhecem melhor as necessidades locais, mas por outro lado essa descentralização também provoca uma variabilidade no programa visto que o Brasil possui 5.570 municípios (FRIED, 2012, p. 1044). Assim, para evitar que a inscrição dos candidatos possa ocorrer com certo abuso por parte dos municípios, na continuidade do processo de concessão da bolsa, somente o Governo Federal define quantas famílias serão beneficiadas em cada município, assim como, quem será beneficiado. Ainda assim, existem pelo menos três formas pelas quais o PBF poderia ser fraudado devido a influência política no programa (FRIED, 2012, p. 1044). Em primeiro lugar o Governo Federal pode estabelecer as metas municipais de forma política, uma vez que o governo brasileiro não divulga de que forma os valores do PBF são concedidos aos municípios. Em segundo lugar, os governos municipais e estaduais podem forjar o processo de registro das famílias no programa. Por último, o Governo Federal pode destinar valores para os municípios de forma política,

excedendo a cota de cada município (FRIED, 2012, p. 1044).

#### 4.2 OS PTR NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SUDOESTE BAIANO

Para compreender os PTR no Território de Identidade do Sudoeste Baiano serão realizadas algumas análises, sendo a primeira uma verificação da quantidade de beneficiários dos programas em cada município, de forma que a sua importância numérica possa ser conhecida e medida percentualmente à população vigente, considerando hipoteticamente que não há beneficiários inscritos em mais de um programa, conforme pode ser visto na Tabela 8.

Tabela 8 - Número de beneficiários dos PTR e participação percentual dos beneficiários na população dos municípios do TISB, 2004 e 2010.

Município	2004				2010			
	PBF	BPC	TOTAL	Participação em %	PBF	BPC	TOTAL	Participação em %
Anagé	2.209	627	2.836	11,04%	4.152	605	4.757	18,64%
Aracatu	1.618	187	1.805	11,64%	2.211	218	2.429	17,67%
Barra do Choça	2.768	410	3.178	6,48%	4.546	717	5.263	15,13%
Belo Campo	1.547	274	1.821	9,40%	1.954	402	2.356	14,71%
Bom Jesus da Serra	1.116	70	1.186	11,14%	1.536	163	1.699	16,80%
Caetanos	1.079	35	1.114	7,78%	1.830	73	1.903	13,95%
Cândido Sales	1.561	505	2.066	6,65%	3.622	725	4.347	15,57%
Caraíbas	1.652	38	1.690	13,37%	2.038	80	2.118	20,72%
Condeúba	1.627	392	2.019	11,14%	2.238	572	2.810	16,63%
Cordeiros	662	174	836	12,07%	1.240	159	1.399	17,13%
Encruzilhada	3.121	328	3.449	8,88%	3.427	471	3.898	16,40%
Guajeru	767	2	769	5,11%	1.287	2	1.289	12,38%
Jacaraci	1.243	333	1.576	11,85%	1.786	349	2.135	15,64%
Licínio de Almeida	1.395	160	1.555	13,57%	1.700	194	1.894	15,38%
Maetinga	1.025	39	1.064	6,92%	1.209	66	1.275	18,12%
Mirante	1.110	47	1.157	7,02%	1.541	106	1.647	15,68%
Mortugaba	1.250	77	1.327	10,67%	1.732	174	1.906	15,28%
Piripá	1.075	115	1.190	6,24%	1.629	197	1.826	14,28%
Planalto	2.229	769	2.998	14,43%	2.871	1.007	3.878	15,84%
Poções	5.002	2.188	7.190	15,14%	6.295	2.818	9.113	20,39%
Pres. Jânio Quadros	1.799	245	2.044	11,02%	2.228	267	2.495	18,28%
Ribeirão do Largo	1.281	19	1.300	7,41%	1.956	55	2.011	23,38%
Tremedal	1.412	302	1.714	8,19%	2.966	376	3.342	19,63%
Vitória da Conquista	14.198	7.109	21.307	7,56%	25.797	9.945	35.742	11,65%

Fonte: IPEADATA/MDS (2013), elaborado pelo autor.

Assim, resgatando valores da Tabela 2 – População e Taxa média de Crescimento (TMC) da População dos municípios e do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, nos anos 2000,

2004 e 2012. página 61, é possível perceber que alguns municípios como Ribeirão do Largo, Tremedal e Maetinga que possuíam respectivamente 17.547, 20.927 e 15.372 habitantes em 2004, e os PTR englobavam 7,41%, 8,19% e 6,92% da sua população, passaram a englobar, em 2010, 23,38%, 19,63% e 18,12% uma vez que as suas populações reduziram para 10.432, 17.750 e 6.048 e o número de beneficiários dos programas aumentou.

Além disso, percebe-se que alguns outros municípios possuem percentuais acima de 18% de participação da população nos PTR, como: Caraíbas com 20,72%, Poções com 20,39% e Presidente Jânio Quadros com 18,28%. De fato, todos os municípios tiveram aumento no percentual de beneficiários em relação às suas populações, sendo que a média do território foi de 6,86% e a média da participação passou de 9,78% em 2004 para 16,64% em 2010. Desta forma tem-se que o aumento da participação das populações nos municípios pode se dar tanto pelo incremento dos programas, que passam a atender mais beneficiários, como pela redução da população.

A Tabela 8 também demonstra que de 2004 para 2010 todos os municípios tiveram aumento no números de beneficiários do PBF e apenas dois municípios tiveram diminuição no número de beneficiários do BPC, Anagé com menos 22 beneficiários e Cordeiros com menos 15 beneficiários. Embora o BPC tenha um contingente menor que o PBF, é possível verificar que a média do seu crescimento absoluto foi maior, sendo 56,32% contra 50,65%. Os APÊNDICE E, página 142 e o APÊNDICE F, página 143, demonstram que o maior incremento do BPC ocorreu no grupo de idosos.

O boletim do MDS intitulado O Brasil sem Miséria no seu município traz um resumo das ações do MDS em cada município, para o período vigente, entre os anos de 2011 a 2015, sendo que ele não contempla uma ampla série histórica dos dados, que também não foram encontradas em outras bases de dados oficiais. Assim, a Tabela 9 apresenta os dados referentes ao acesso a serviços de assistência social e saúde, que foram cofinanciados pelo MDS, que incluem a quantidade de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua (Centro POP), vagas em Serviços de Acolhimento para População em Situação de Rua e Unidades Básicas de Saúde em localidades de alta concentração de pobreza.

Cabe aqui diferenciar o CRAS e o CREAS que, embora sejam unidades públicas vinculadas

aos PTR e tenham em seu cerne a atenção para as pessoas que estejam em situações vulneráveis e de risco social, possuem atendimento diferentes. Enquanto o CRAS monitora as famílias e promove atividades visando a prevenção das incidências de situações de riscos sociais, o CREAS atua na oferta de serviços especializados para as pessoas que foram vítimas de algum tipo de situação perversa, seja violência, abandono, ameaça, discriminação, dentre outros.

Tabela 9 - Serviços de assistência social e saúde cofinanciados pelo MDS, 2011.

Município	CRAS	CREAS	CENTRO POP	VAGAS para acolhimento	Unidade Básica de saúde
Anagé	1	1	0	0	1
Aracatu	1	1	0	0	nd
Barra do Choça	2	1	0	0	2
Belo Campo	1	1	0	0	1
Bom Jesus da Serra	1	0	0	0	2
Caetanos	1	0	0	0	nd
Cândido Sales	1	1	0	0	3
Caraíbas	1	0	0	0	1
Condeúba	1	1	0	0	2
Cordeiros	1	0	0	0	1
Encruzilhada	1	1	0	0	2
Guajeru	1	0	0	0	5
Jacaraci	1	0	0	0	nd
Licínio de Almeida	1	0	0	0	1
Maetinga	1	0	0	0	1
Mirante	1	0	0	0	1
Mortugaba	1	0	0	0	nd
Piripá	1	0	0	0	1
Planalto	1	1	0	0	3
Poções	1	1	0	0	2
Presidente Jânio Quadros	1	0	0	0	nd
Ribeirão do Largo	1	0	0	0	nd
Tremedal	1	0	0	0	nd
Vitória da Conquista	7	2	1	100	2

Fonte: MDS (2013), elaborado pelo autor.

O MDS (2013) aponta a importância dos Serviços de Assistência Social e Saúde para o PBF, para qual foi necessário montar uma estrutura de rede denominada de Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que deve trabalhar integrada com as prefeituras municipais para contribuir com as demandas relacionadas com a superação da extrema pobreza. Desta forma, é possível verificar que cada município do território possui pelo menos um CRAS, mas em contrapartida, apenas dez possuem CREAS e sete municípios não possuem Unidade Básica de Saúde. Também, é possível verificar algumas situações desiguais quanto a esta assistência do

MDS, visto que parece não haver uma relação entre número de beneficiários dos PTR e o oferecimento dos serviços de assistência social. Nesse sentido, o boletim do MDS também não apresenta as informações referentes à capacidade de atendimento dos CRAS, CREAS e Unidades Básicas de Saúde, de forma que não é possível avaliar coerentemente esses serviços.

Outro importante ponto relacionado ao PBF diz respeito à oferta de serviços de educação, para que os beneficiários dos programas possam se qualificar para trabalhar. Assim, a Tabela 10 apresenta os dados referentes ao acesso a serviços de educação e a Inclusão produtiva entre 2012 e 2014, sendo que os dados referentes aos cursos técnicos cadastrados no Ministério da Educação e Cultura (MEC) foram obtidos por intermédio da Consulta Pública das Escolas e Cursos Técnicos Regulares nos Sistemas de Ensino e Cadastradas no MEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC).

Tabela 10 - Serviços de educação e Inclusão produtiva do MDS e Cursos técnicos cadastrados no MEC, 2012-2014

Município	Matrículas efetuadas no PRONATEC	Escolas fundamentais de tempo integral	Cursos técnicos cadastrados no MEC
Anagé	-	20	-
Aracatu	-	1	-
Barra do Choça	-	23	1
Belo Campo	-	4	-
Bom Jesus da Serra	-	2	-
Caetanos	-	6	-
Cândido Sales	-	17	1
Caraíbas	-	-	-
Condeúba	-	8	-
Cordeiros	-	5	-
Encruzilhada	-	17	-
Guajeru	-	-	-
Jacaraci	-	8	-
Licínio de Almeida	-	1	-
Maetinga	-	8	-
Mirante	-	5	-
Mortugaba	-	-	1
Piripá	-	5	-
Planalto	-	2	-
Poções	293	32	3
Pres. Jânio Quadros	-	8	-
Ribeirão do Largo	-	4	-
Tremedal	-	7	-
Vitória da Conquista	6.420	134	16

Fonte: MDS (2013), MEC (2015), elaborado pelo autor.

Na Tabela 10 é possível verificar que alguns municípios com maior número de habitantes possuem menor número de escolas fundamentais de tempo integral, sendo que os municípios de Caraíbas, Guajeru e Mortugaba não oferecem esse serviço. Outra percepção é que poucos municípios possuem Cursos técnicos cadastrados no MEC, caracterizando a baixa oportunidade oferecida para a educação profissionalizante, dificultando que os beneficiários pudessem trabalhar, ou melhorar suas condições de trabalho, que poderia acarretar na mitigação da evasão da população e, ao mesmo tempo incrementar a economia local. Ou seja, sem a oportunidade de profissionalização é possível que muitos jovens migrem para cidades maiores para estudar e trabalhar. Ou seja, percebe-se a necessidade de que os PTR se articulem com outras ações ou políticas que visem expandir os serviços de educação e saúde (SILVA, 2007, p. 3).

Neste sentido, tem-se a que o Cadastro Único do Governo Federal é apontado como um meio para que haja a articulação dos PTR com outros programas e políticas públicas que permitam aos beneficiário, por exemplo, “matricular seus integrantes em cursos profissionalizantes, oferecer-lhes serviços de assistência técnica e extensão rural, dar-lhes acesso à água ou a tarifas reduzidas de energia elétrica, entre outras ações” (CAMPELLO, 2013, p.22). De fato, mais de 70% dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano apresentam economias fortemente relacionadas à agricultura familiar (FONSECA, 2013), sendo necessário portanto que haja o fortalecimento dessa atividade para produção de emprego e renda (MATTEI, 2017, p.88), para que assim, os municípios não se tornem dependentes dos valores oriundos da administração pública (SANTOS, SILVA e PEREIRA, 2011).

Desta forma, o governo federal revitalizou a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e lançou o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), em 2004, com o objetivo de dar suporte às atividades produtivas no âmbito da agricultura familiar, utilizando para tal “princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica dos sistemas produtivos.” (MATTEI, 2017). Contudo, ainda há uma grande dificuldade em identificar claramente os agricultores familiares e as suas necessidades (PLATA; FERNANDES, 2012, p. 8), assim como orienta-los de forma a não torna-los “cada vez mais dependentes dos insumos industrializados” (LISITA, 2005).

A Tabela 11 apresenta os dados referentes à Inclusão produtiva do MDS em Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER) e Água para Todos. A ATER é um programa que visa capacitar os “agricultores familiares, quilombolas, indígenas, extrativistas e pescadores artesanais para que melhorem suas atividades produtivas” (MDS, 2013). É possível perceber que ainda existem

muitas famílias sem acesso a água tratada encanada, como é o caso do município de Vitória da Conquista que apresenta 8.285 famílias nesta situação. O outro aspecto que chama a atenção nesta tabela é o baixo número de famílias atendidas pelo ATER, com uma notória desigualdade no número de atendimentos por município, sendo que apenas sete municípios foram atendidos. De fato, essa lógica parece espelhar a desigualdade do atendimento da ATER no Brasil, onde 54,8% das assistências são prestadas no Sul do país e apenas 8,6% são prestadas no Nordeste (PLATA; FERNANDES, 2012, p. 5).

Tabela 11 - Inclusão Produtiva do MDS – ATER e Água para Todos

Município	Famílias sem acesso a água no meio rural	Famílias com Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER) Maio de 2011 a Setembro de 2014
Anagé	1.180	0
Aracatu	1.100	0
Barra do Choça	1.886	0
Belo Campo	1.037	0
Bom Jesus da Serra	635	1
Caetanos	381	0
Cândido Sales	1.092	0
Caraíbas	904	8
Condeúba	1.028	0
Cordeiros	240	52
Encruzilhada	1.295	109
Guajeru	231	4
Jacaraci	140	1
Licínio de Almeida	281	0
Maetinga	ND	0
Mirante	919	0
Mortugaba	620	0
Piripá	485	0
Planalto	1.379	0
Poções	1.693	0
Presidente Jânio Quadros	424	0
Ribeirão do Largo	820	0
Tremedal	1.624	0
Vitória da Conquista	8.285	89

Fonte: MDS (2013), elaborado pelo autor.

#### 4.3 CORRELAÇÃO ENTRE PTR E DESENVOLVIMENTO

Conforme foi proposto no modelo de análise e descrito nos procedimentos metodológicos, a variável PTR – que é a soma dos valores dos Programas Bolsa Família e Assistência Continuada



– será analisada por intermédio da estatística com os demais indicadores econômicos e sociais, visando observar se os PTR possuem correlação com os indicadores de desenvolvimento. Conforme já explicado, para a escolha dos testes inferenciais é necessário verificar a normalidade da distribuição da amostra e a existência de dados atípicos (*outliers*) que podem distorcer as médias.

Desta forma, para uma primeira análise dos dados foram utilizadas medidas de tendência central e dispersão para os valores dos PTR de cada município do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, no intervalo de 2004 a 2012, conforme pode ser visto na Tabela 12. É possível perceber que o crescimento dos valores da variável PTR, ao longo dos anos, é acompanhado pelo crescimento do Coeficiente de Variação, até o ano de 2010, sendo que este é um indicativo de que pode estar ocorrendo um aumento da desigualdade entre os municípios, pois a variação entre os valores dos municípios aumentou.

Tabela 12 - Estatística descritiva da variável PTR, por ano, no intervalo de 2004 a 2012 (em milhões de Reais).

Ano	Mínimo (R\$ 1.000.000)	Máximo (R\$ 1.000.000)	Média (R\$ 1.000.000)	Desvio- Padrão (R\$ 1.000.000)	Coeficiente de Variação
2004	585,02	28.888,19	3.161,19	5.755,76	182.08%
2005	854,87	34.139,58	3.659,81	6.819,70	186.34%
2006	821,78	40.023,19	4.356,13	7.995,79	183.55%
2007	936,97	48.760,21	5.166,14	9.708,39	187.92%
2008	1.087,93	55.314,75	5.815,48	10.996,86	189.10%
2009	1.241,33	68.454,38	6.939,62	13.589,08	195.82%
2010	1.320,54	75.631,68	7.579,86	15.048,25	198.53%
2011	1.603,10	89.732,37	9.015,78	17.848,19	197.97%
2012	2.281,10	107.411,27	11.022,98	21.289,75	193.14%

Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa.

Isso pode ser visto também nos valores dos desvios-padrão, que são quase o dobro das médias do território, que significa que a desigualdade entre os municípios do território é alta, ou seja entre os menores e os maiores valores existe uma distância muito grande. Então, para entender se esses valores, de fato, podem ter contribuído com o aumento da desigualdade intraterritorial, importa saber quais municípios tiveram maior crescimento percentual nos valores dos PTR, sendo que isso pode ser realizado por intermédio da estatística descritiva dos valores dos PTR por município e ao longo do período de 2004 a 2012. Neste sentido, é possível perceber na Tabela 13 que o Coeficiente de Variação da Variável PTR é maior em uns municípios que em

outros, de forma que é fica claro que os valores pagos aos municípios cresceu de forma diferente.

Tabela 13 - Estatística descritiva da variável PTR, por município no intervalo de 2004 a 2012.

Município	Média Aritmética	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
Anagé	634.138,78	209.730,78	33,07%
Aracatu	277.984,78	104.173,26	37,47%
Barra do Choça	700.873,44	334.794,45	47,77%
Belo Campo	357.688,67	143.749,47	40,19%
Bom Jesus da Serra	207.008,11	103.369,81	49,94%
Caetanos	181.329,56	85.255,21	47,02%
Cândido Sales	614.953,56	283.718,18	46,14%
Caraíbas	208.093,78	68.209,07	32,78%
Condeúba	456.672,67	203.827,07	44,63%
Cordeiros	172.729,89	51.740,16	29,95%
Encruzilhada	496.686,00	164.198,10	33,06%
Guajeru	119.251,56	50.856,55	42,65%
Jacaraci	312.784,56	106.137,71	33,93%
Licínio de Almeida	227.911,56	78.946,37	34,64%
Maetinga	134.928,00	50.892,76	37,72%
Mirante	176.566,78	70.077,13	39,69%
Mortugaba	214.045,11	84.727,41	39,58%
Piripá	206.035,11	91.727,20	44,52%
Planalto	683.073,11	270.841,48	39,65%
Poções	1.731.211,00	641.262,34	37,04%
Presidente Jânio Quadros	323.786,44	143.229,98	44,24%
Ribeirão do Largo	190.037,44	81.425,03	42,85%
Tremedal	403.901,78	180.697,06	44,74%
Vitória da Conquista	6.092.840,22	2.651.408,67	43,52%

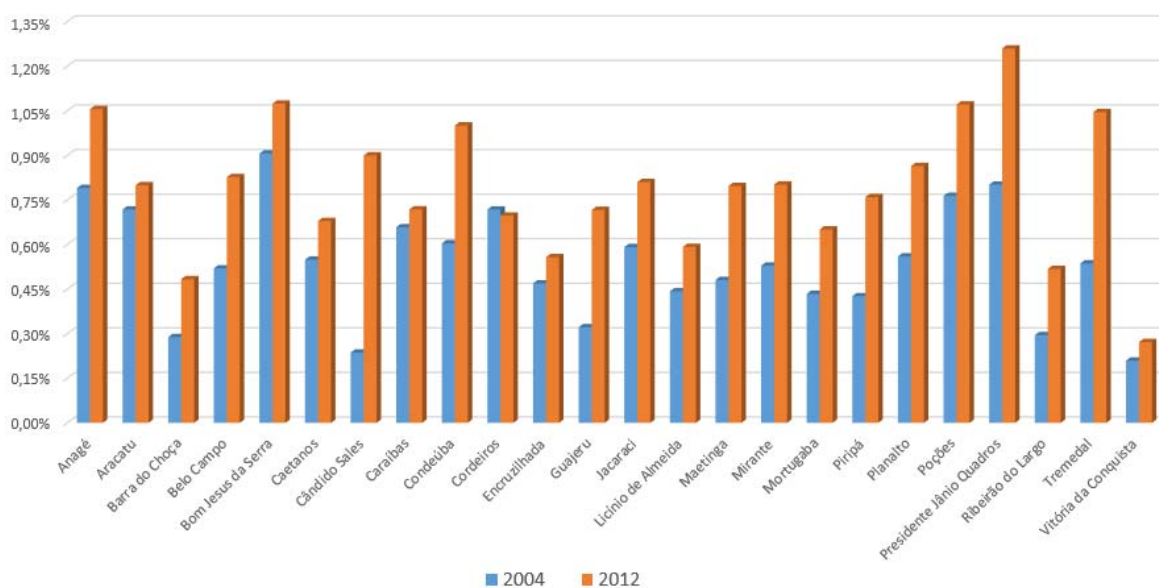
Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa.

Por exemplo, o município de Bom Jesus da Serra, que teve 49,94% de Coeficiente de Variação, possuía em 2004 R\$ 102.605,30 de valor de PTR pago aos beneficiários do município e passou a R\$ 420.880,00 em 2012 (APÊNDICE G, página 144). Isso corresponde a uma taxa de crescimento média de 19,3%, sendo que a taxa de crescimento média da sua população é negativo (-0,38%), conforme pode ser visto na Tabela 2, na página 61.

Para contribuir com este entendimento, a Figura 7 apresenta a participação dos valores dos PTR

no PIB dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano nos anos 2004 e 2012, que é o resultado da divisão dos valores dos PTR repassados aos beneficiários dos municípios pelo PIB. Embora o PIB seja mensurado pelo total da produção de uma região - valor agregado - e o valor das transferências não, esse cálculo é pertinente no sentido de que torna possível ter uma ideia da importância econômica do valor dos repasses dos valores dos PTR para os beneficiários dos municípios.

Figura 7 - Participação dos valores dos PTR no PIB dos Municípios, 2004-2012



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa.

Assim, de forma geral é possível perceber que a participação dos PTR no PIB só decresceu no município de Cordeiros, sendo que uma possível explicação para este fato do decréscimo pode estar na taxa de crescimento populacional (Tabela 2, página 61) que foi de 2,20% de 2004 a 2012. Outros municípios que tiveram taxa de crescimento populacional positiva neste período, também apresentaram pequeno acréscimo na participação. Por exemplo: Jacaraci com 1,80% e Vitória da Conquista com 1,44% de crescimento populacional.

Ao dividir o valor dos PTR pelo PIB municipal, tem-se que em 2012 essa participação chegou a ultrapassar 1% do PIB de alguns municípios. Em Bom Jesus da Serra, a participação do PTR foi de 1,074% do PIB municipal que era de R\$ 39.179.000,00 (APÊNDICE H, página 145 e APÊNDICE D, página 141). Os demais municípios que tiveram em 2012 valores dos PTR que ultrapassaram 1% do PIB municipal são: Anagé (1,056%), Condeúba (1,001%), Poções (1,071%), Tremedal (1,046%) e Presidente Jânio Quadros (1,26%). Os municípios que se destacam visualmente com maior crescimento que os demais na participação dos PTR no PIB

são: Cândido Sales, Guajeru, Presidente Jânio Quadros e Tremedal. Assim, é possível perceber a importância dos valores repassados por esses programas nas economias municipais.

A princípio entende-se que este acréscimo nos valores dos PTR de Bom Jesus da Serra é algo bom para o município que possui algumas das piores posições nos indicadores econômicos e sociais. Contudo, não é possível afirmar se estes recursos permanecem na cidade e movimentam a economia local, ou seja se a população faz uso dos recursos oriundos dos PTR no próprio município ou se precisam se deslocar para municípios maiores como Vitória da Conquista ou Poções para adquirir bens e serviços. Também não é possível afirmar se existe alguma relação entre um possível empobrecimento da população do município e o acréscimo dos valores dos PTR repassados, visto que muitos fatores podem explicar essa variação dos valores dos PTR, sendo que o critério político para distribuição das quotas (FRIED, 2012, p.1044) e a dificuldade na seleção das famílias (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011, p. 271) são alguns desses possíveis fatores.

Após a compreensão dos valores repassados pelos PTR aos beneficiários dos municípios, é necessário avaliar a sua correlação com os indicadores de desenvolvimento sociais e econômicos. Desta forma, após a aplicação dos testes de normalidade nos dados brutos, apenas as variáveis IDHM e GINI apresentaram distribuição dos dados normalmente distribuídos, de forma que alguns testes inferenciais só poderiam ser efetuadas para essas duas variáveis (DUFOUR et al, 1998, p. 154). Nesses casos, uma das indicações é realizar uma transformação logarítmica nos dados das variáveis e assim realizar os testes de normalidade novamente (PILATI, PORTO, 2009, p.27). Após a realização da transformação logarítmica nas variáveis, os testes de normalidade D'Agostino e D'Agostino-Pearson foram aplicados e todas as variáveis apresentaram distribuição normal.

Com a distribuição normal é possível realizar dois importantes testes estatísticos paramétricos sendo, o Teste *t* de Student que permite verificar a existência de diferença significativa em uma variável em dois momentos distintos, usando para tal a realização de testes de igualdade de média. O outro teste a ser aplicado é o teste de correlação de Pearson, que verifica uma possível associação entre duas variáveis quantitativas que, se existente é medida pela força do coeficiente, -1 para uma perfeita correlação inversa e +1 para uma perfeita correlação positiva (BRUNI, 2011).

O teste *t* de Student apresentou os valores de -12,6907 com 35,42 de grau de liberdade para o

IDHM e 3,0559 com 31,73 de grau de liberdade para o Coeficiente de GINI, indicando que para os dois casos existem uma diferença significativa para as variáveis medidas em 2000 e em 2010, visto que os valores absolutos medidos são maiores que os valores críticos da tabela t, para um nível de significância de 0,05 (GUIMARÃES, 2013). Ou seja, é aceitável inferir que a mudança dos valores do IDHM e GINI no período de 2000 a 2010, ou seja antes e depois da implementação dos PTR, não seja obra do acaso e sim algo estatisticamente significativo.

Portanto, em continuidade, os testes de correlação de Pearson foram realizados, considerando que para o valor de  $p$  negativo a correlação é inversa ou negativa e a sua força é avaliada conforme a escala adaptada de Gilchrist e Samuels (2011), a seguir:

- $0,00 < p \leq 0,20$  – Correlação nula
- $0,21 \leq p \leq 0,40$  – Correlação Fraca;
- $0,41 \leq p \leq 0,60$  – Correlação Moderada-baixa;
- $0,61 \leq p \leq 0,80$  – Correlação Moderada-alta;
- $0,81 \leq p \leq 0,90$  – Correlação Forte;
- $0,91 \leq p < 1,00$  – Correlação Muito Forte.

O Quadro 9 apresenta os resultados dos testes de correlação de Pearson entre as variáveis dos indicadores de desenvolvimento e a média da variável PTR dos anos de 2004 a 2010, sendo possível verificar que todas as variáveis apresentaram alguma correlação com a variável PTR. Conforme a escala apresentada acima, a força da correlação das variáveis IDHM e GINI foi moderada-baixa, enquanto para as variáveis IPE, IPS E PIB per capita foi considerada moderada-alta. Contudo, é importante frisar, que isso não significa que haja uma relação de causalidade entre as variáveis.

Quadro 9 - Resultado dos testes de correlação de Pearson entre os indicadores de desenvolvimento e a média da variável PTR de 2004 a 2010.

Variável	IDHM	GINI	IPE	IPS	PIB per capita
Valor de $p$	0,5287	0,4701	0,7640	0,7655	0,7782
Nível de Correlação	Moderada-baixa	Moderada-baixa	Moderada-alta	Moderada-alta	Moderada-alta

Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa.

Resgatando as variáveis usadas na correlação, tem-se que as questões relacionadas à

longevidade, educação, renda e desigualdade na distribuição de renda, IDHM e GINI, tiveram uma correlação mais fraca com os PTR do que a oferta de serviços públicos municipais (IPE e IPS), embora estes dois últimos indicadores também abordem questões relacionadas à saúde, educação e renda. O PIB per capita também apresentou uma correlação moderada-alta, sendo a mais alta entre os indicadores avaliados, o que aponta para a possibilidade dos PTR, de certa forma, influenciarem na produção absoluta dos municípios, conquanto tenha-se demonstrado ao longo deste trabalho que a movimentação das populações também impactaram esses indicadores.

Também foi possível verificar que a oferta dos serviços de assistência social e saúde, cofinanciados pelo MDS, precisam ser ampliados para que uma importante parte social dos PTR possa ser cumprida. O fato de alguns municípios não possuírem unidades básicas de saúde demonstra fragilidade em um item importante dos PTR. Além disso, percebe-se também a necessidade de ampliação dos serviços de educação e Inclusão produtiva do MDS, dos Cursos técnicos e, de forma geral, da articulação dos PTR com outras ações e programas que devem envolver políticas sociais, uma vez que os PTR buscam “estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza” (MDS, 2015).

Ficou evidente, na terceira seção deste capítulo, os valores dos PTR cresceram de forma desigual entre os municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, indicando que esta questão necessita de mais aprofundamento para que possa ser plenamente compreendida. Contudo, ficou claro que os PTR possuem grande peso econômico nas economias municipais, visto que os valores transferidos aos beneficiários equivalem a mais de 1% do PIB de alguns municípios. Neste sentido, cabe também ressaltar o crescimento da abrangência dos PTR nas populações dos municípios, chegando a ultrapassar um quinto da população de alguns municípios em 2012.

Por fim, na quarta seção, a estatística permitiu inferir que existe significância na relação entre as alterações ocorridas nos indicadores de desenvolvimento e os PTR. Contudo, para evitar que possíveis distorções possam ocorrer, é importante que essas verificações sejam analisadas em conjunto com a percepção dos atores envolvidos com o Território de Identidade do Sudoeste Baiano, que será feito a seguir. Desta forma, é possível afirmar que este capítulo contribuiu com o alcance do segundo objetivo específico desta tese – analisar as ações no âmbito dos PTR realizadas no Território de Identidade do Sudoeste Baiano – uma vez que contextualizou e

definiu os PTR, tratando especificadamente Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

## **5 PERCEPÇÃO DOS ATORES SOBRE A DESIGUALDADE INTRATERRITORIAL**

Este capítulo tem o objetivo de contribuir com o alcance do terceiro objetivo específico desta tese que é conhecer a percepção dos atores-chave sobre as possíveis relações entre os PTR e a desigualdade dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano. Para isso, foram utilizadas os instrumentos metodológicos da análise do conteúdo, apresentados por Bardin (1977), fazendo uso de entrevistas e de técnicas quantitativas e qualitativas para concluir e inferir sobre as questões que deverão permitir o alcance do objetivo acima. É importante frisar que as inferências fazem parte da Análise de Conteúdo, não como uma forma de produzir suposições, mas fazendo uso do embasamento os pressupostos teóricos obtidos das mais diversas concepções e interpretações dos fatos (CAMPOS, 2004, p. 613).

A desigualdade, entre os indivíduos e entre regiões, é apontada como um importante aspecto que pode afetar negativamente o bem-estar geral, a estabilidade social, o crescimento econômico e a prosperidade. Assim, a desigualdade pode ser entendida em diferentes pontos de vista como: renda, recursos, capacidades, felicidades ou oportunidades (STEWART; SAMMAN, 2013, p. 28). A compreensão acerca da desigualdade intraterritorial pode contribuir para que ações e políticas públicas possam ser executadas, no intuito de promover uma melhor redistribuição dos investimentos, fornecer ajudas pontuais e evitar possíveis conflitos sociais.

Assim, dada a complexidade do problema de pesquisa foi necessário realizar entrevistas semiestruturadas, visto que estas poderiam contribuir com a compreensão das percepções que os atores representativos do território possuem, devido as suas amplas vivencias, que permitem que eles exponham as suas realidades experimentadas (VERGARA, 2009, p. 05) para contribuir com a construção do conhecimento relacionado ao problema de pesquisa (GODOI; MATOS, 2006, p. 302). Desta forma, entende-se que esses atores podem fornecer uma “visão mais abrangente” do problema proposto (VERGARA, 2009, p. 24), uma vez que possuem uma



“reserva complexa de conhecimento sobre o tópico em estudo” (FLICK, 2009, p. 149), de tal maneira que esse conhecimento pode ser conseguido por meio de suposições que, por exemplo, podem ser manifestadas espontaneamente em uma pergunta aberta.

Mas, para que seja possível concluir ou inferir a partir das respostas dos entrevistados faz-se necessário executar técnicas específicas de pesquisa. Neste sentido, a Análise de Conteúdo possui uma sistemática que permite que indicadores qualitativos ou quantitativos possam ser obtidos a partir do conteúdo das mensagens, por intermédio do uso de uma série de técnicas, (BARDIN, 1977, p.42). Portanto, a análise de conteúdo “é utilizada como um instrumento de diagnóstico, de modo a que se possam levar a cabo inferências específicas ou interpretações causais” (BARDIN, 1977, p.114). Ou seja, por meio do uso da interpretação e da inferência, esse conjunto de técnicas pode permitir a compreensão dos significados do que foi dito nas entrevistas acerca dos PTR e a desigualdade intraterritorial.

Desta forma, conforme foi abordado na seção 2.2.1 do Capítulo 2 desta tese, Procedimentos Metodológicos, os componentes do Modelo de Análise utilizados nas entrevistas foram: Qualidade de vida e Exclusão e Segregação da dimensão Social e Economia doméstica e Oportunidades para a economia local da dimensão Econômica, conforme pode ser visto na Figura 8. Estes componentes foram escolhidos por serem complexos, de forma que não devem ser reduzidos somente a uma análise quantitativa, uma vez que espera-se que toda a sua complexidade possa ser abordada. Outra justificativa para escolha dos componentes descritos acima, é que eles apresentam elementos que quando comparados entre si, podem contribuir na identificação da desigualdade intraterritorial.

Figura 8 – Componentes do Modelo de Análise



Fonte: Elaboração própria

Portanto, como etapa inicial, para que as entrevistas pudessem ser realizadas, treze atores representativos do território foram contatados, inicialmente por intermédio de ligação telefônica para suas equipes e, posteriormente, nos casos em que houve a aceitação, foram enviados e-mails de confirmação e formalização da pesquisa. Este processo de agendamento das entrevistas foi difícil e demorado, devido à baixa disponibilidade de tempo ou interesse dos atores contatados. Para os atores que não responderam ao primeiro contato, adotou-se como procedimento padrão ligar mais três vezes, com intervalo de uma semana. Assim, dois atores que tiveram sua equipe de trabalho contatadas, não retornaram as ligações em nenhuma das tentativas, um ator não teve disponibilidade na agenda, dois atores optaram por não participar da pesquisa e, portanto, oito entrevistas foram realizadas, sendo que duas foram descartadas após a primeira etapa da análise de conteúdo, devido à pequena quantidade de dados informados e pela alegação de um entrevistado em possuir pouco conhecimento nos componentes da pesquisa.

Portanto, os textos analisados são oriundos das seis entrevistas validadas, que foram realizadas com os atores representativos do território, sendo quatro da esfera pública e dois do setor privado. Da esfera pública foram dois participantes que exercem cargos políticos e dois participantes que são funcionários públicos concursados com funções técnicas. Assim, teve-se representando a esfera pública: Um deputado estadual e ex-prefeito de Vitória da Conquista, um prefeito de uma das cidades do território, um diretor da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e um professor do curso de agronomia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O setor privado foi representado pelo presidente da Cooperativa Agropecuária de Vitória da Conquista e o presidente da Associação Comercial e Industrial de Vitória da Conquista. Para facilitar a apresentação dos dados, os entrevistados serão descritos como E1, E2, E3, E4, E5 e E6, na sequência da lista descrita acima.

As entrevistas realizadas foram compostas por dez questões abertas divididas em três blocos, conforme pode ser visto no roteiro semiestruturado (APÊNDICE J, página 151), sendo que os blocos continham: questões introdutórias, questões sobre a desigualdade entre os municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano e uma questão de conclusão. Os entrevistados receberam uma cópia do roteiro da entrevista antecipadamente por e-mail e também durante a realização da entrevista, quando o roteiro foi lido para esclarecer as dúvidas acerca das questões e então os entrevistados puderam falar livremente, sendo que cada entrevista durou em média

quarenta minutos.

Em seguida as entrevistas foram transcritas para um editor de texto eletrônico por intermédio de duas etapas. Na primeira etapa foi realizada uma transcrição automática com o uso de um aplicativo de reconhecimento de voz e em seguida, o pesquisador corrigiu a primeira transcrição enquanto ouvia o áudio da gravação da entrevista. A opção escolhida foi de realizar uma transcrição literal, mantendo a fala coloquial dos entrevistados e armazenando os conteúdos em um arquivo de texto para cada entrevistado.

Estes arquivos foram utilizados para a realização da Análise de Dados Qualitativos Apoiadas por Computador, reconhecida pelo acrônimo CAQDAS<sup>12</sup>, e que utiliza um sistema integrado com funções de planejamento e gerenciamento da pesquisa qualitativa. O *software* escolhido para esta etapa foi o NVivo, versão 10, para o qual a Universidade Federal da Bahia (UFBA) possui licença, e que já foi utilizado e avaliado por diversos pesquisadores em várias partes do mundo. Posteriormente, foi necessário usar também a versão de demonstração do NVivo Plus 11, disponibilizada gratuitamente por 14 dias na página de internet do fabricante. As funcionalidades deste *software* permitiram que os textos fossem indexados e que o seu sistema de buscas recuperassem as informações utilizadas nas análises.

Portanto, nesta parte do trabalho a Análise de Conteúdo foi utilizada como forma de contribuir na interpretação das entrevistas dos atores representativos do território, visando obter importantes informações que, muitas vezes só são percebidas após a aplicação de recursos como este, que usam procedimentos específicos de validação, inferência e interpretação. Ou seja, são técnicas que analisam diferentes formas de comunicação (BARDIN, 1977, p. 31) e que consideram tanto os componentes comuns explicitados como os não explicitados em um discurso. A Análise de Conteúdo das entrevistas seguiu as seguintes etapas: i) Pré-análise; ii) Codificação e categorização e iii) Inferência e interpretação (BARDIN, 1977, p. 95).

## 5.1 PRÉ-ANÁLISE

Na etapa da Pré-análise foi realizada uma leitura preliminar, ou leitura flutuante, e

---

<sup>12</sup> *Computer Assisted Qualitative Data Analysis*

posteriormente a verificação da frequência de palavras do discurso de cada entrevistado, sendo que as palavras mais frequentes de cada entrevistado foram anotadas para servir de índice de pré-categorização e formulação de hipóteses. “A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamentos segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos.” (BARDIN, 1977, p. 117).

Para facilitar a visualização da frequência das palavras dos discursos dos entrevistados foi utilizado o recurso chamado Nuvem de Palavras, que apresenta de forma gráfica a frequência de uso de cada palavra, de forma que quanto maior for a sua ocorrência, maior será o seu tamanho na nuvem. Então, foram consideradas as vinte palavras mais frequentes nos discursos, contendo inclusive algumas variações destas. Assim, de forma heurística, buscou-se compreender o porquê da quantidade de repetições, para apontar caminhos para as próximas fases da Análise de Conteúdo.

Palavras com menos de dois caracteres e pronomes, preposições, advérbios e conjunções foram retirados da verificação de frequência. Também, para evitar distorções na contagem das palavras foram realizadas algumas alterações em nomes compostos, como por exemplo: Bolsa Família e Vitória da Conquista. Assim, os espaços entre os nomes foram retirados resultando em, por exemplo, BolsaFamília e VitóriadaConquista. As nuvens de palavras com as vinte palavras mais frequentes de cada entrevistado podem ser vistas nos apêndices (APÊNDICE JAPÊNDICE L, APÊNDICE M, APÊNDICE N, APÊNDICE O, APÊNDICE P e APÊNDICE P, a partir da página 151).

Após a leitura flutuante e análise da frequência de palavras de cada entrevistado foi possível vincular a percepção dos entrevistados aos seguintes sentidos:

- Os PTR possuem uma fraca relação positiva nas questões econômicas e uma forte relação positiva nas questões sociais no contexto da desigualdade dos municípios.
- Os PTR possuem uma fraca relação negativa nas questões econômicas e uma fraca relação positiva nas questões sociais no contexto da desigualdade dos municípios.

Além disso, também foi realizada uma verificação da frequência das palavras de todas as entrevistas juntas, para que fosse possível ter uma noção de conjunto dos discursos dos entrevistados, que pode ser vista na Figura 9. Percebe-se nesta análise que as palavras

Municípios, Gente, Bolsa Família e Programas são as mais utilizadas pelos entrevistados, sendo que isso, de certa forma, era esperado pois elas remete aos enunciados das questões trabalhadas nas entrevistas. Contudo, nem todas as palavras principais dos enunciados apareceram como uma das vinte palavras mais utilizadas, como por exemplo o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Neste sentido, é possível inferir que, ao se referir ao Programa Bolsa Família, que possui maior visibilidade na mídia e nas discussões corriqueiras, os entrevistados também estivessem se referindo ao BPC.

Figura 9 – Mapa de palavras dos entrevistados



Fonte: pesquisa de campo, elaborado pelo autor com o software NVivo Plus v.11.

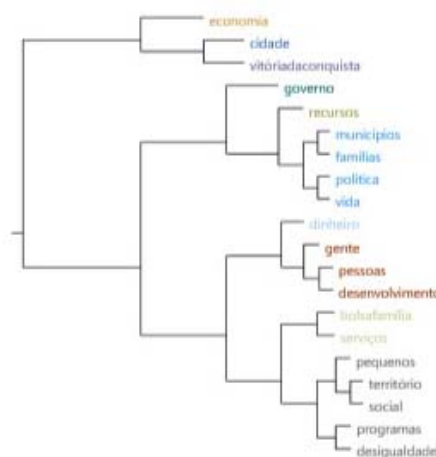
A análise da frequência de palavras do conjunto, Figura 9, não trouxe à tona nenhuma nova possibilidade de pré-categorização para o que se pretende nesta tese, sendo possível perceber que, naturalmente, a palavra municípios possui uma maior frequência que as demais. Porém, considerando que as palavras gente, pessoas e famílias dizem respeito ao indivíduo, pode-se interpretar que a percepção dos entrevistados considerou os dois pontos de vista nos seus argumentos, ou seja, tanto o municípios quanto o indivíduo. Desta forma, foi possível perceber, pela leitura flutuante em conjunto com esta análise de frequência, que a questão social é tratada com o entendimento da influência de ações do governo e suas políticas, de forma a atingir os municípios, enquanto as questões econômicas – economia, recursos e dinheiro – são relacionadas sobretudo às ações dos próprios indivíduos.

Para compreender melhor como as palavras mais frequentes nas entrevistas se articulam umas

com as outras, foi necessário realizar uma análise de agrupamentos, ou *clusters*, que permitiu entender, por intermédio da visualização das associações e da hierarquização entre as palavras, qual foi o contexto e o sentido da utilização das palavras. A análise de agrupamentos é um procedimento estatístico multivariado, que tem por objetivo identificar grupos homogêneos de tal forma que, seja possível classificar as palavras por intermédio da definição das suas semelhanças ou diferenças. Ou seja, a associação entre as palavras permite que sejam criados grupos de palavras que sejam, o mais similar entre si quanto possível e o mais desigual do restante quanto possível. Neste caso, percebe-se que a formação de agrupamentos de palavras pode contribuir de forma prática com o processo de categorização dos discursos, uma vez que proporciona a passagem de dados brutos para dados organizados (BARDIN, 1977, p. 119), favorecendo a inferência ou interpretação de pontos não aparentes no discurso.

Desta forma, na Figura 10 é possível perceber a similaridade das narrativas dos seis entrevistados, sendo expressa pela formação de dois agrupamentos. Esses agrupamentos são de proporções desiguais, sendo que o primeiro contém apenas três palavras – economia, cidade e Vitória da Conquista – enquanto o segundo contém dezessete palavras e está subdividido em mais dois subagrupamentos. Assim, no primeiro subagrupamentos percebe-se a associação entre as palavras governo, recursos, política e municípios enquanto no segundo subagrupamentos a palavra dinheiro se associa com a noção de indivíduo e com a visão de desenvolvimento dos entrevistados. Ainda neste segundo subagrupamentos tem-se a associação das palavras Bolsa Família e serviços com as palavras social, programas e desigualdade.

Figura 10 – Dendograma com análise de agrupamento com as palavras dos entrevistados



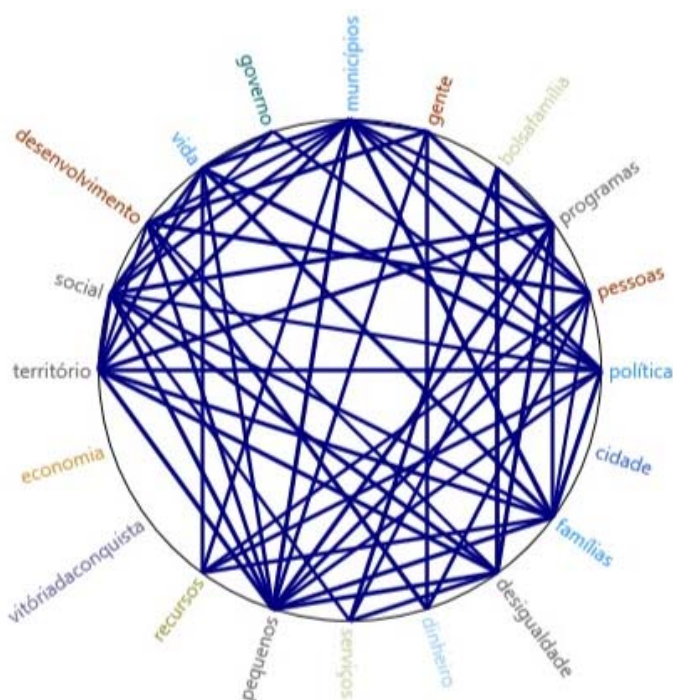
### 5.1.1 Hipótese

É possível perceber a associação que ocorre entre a palavra Governo e a palavra Recursos, que por sua vez está associada a Municípios e Famílias, remetendo ao entendimento de que as políticas públicas governamentais estão relacionadas com as questões sociais que atingem as populações dos municípios e que, por sua vez, também estão relacionadas de alguma forma com o entendimento dos entrevistados acerca do que cada um tem sobre o que vem a ser o desenvolvimento desses municípios e a desigualdade entre eles. Assim, esta análise reforça a conclusão dos sentidos dados às percepções dos entrevistados e permite formular a seguinte hipótese: Os PTR contribuem na mitigação de problemas sociais e econômicas dos municípios e com isso provocam a diminuição da desigualdade intraterritorial, principalmente na área social.

Para que seja possível iniciar a verificação desta hipótese, no contexto do conjunto de entrevistas, foi realizada outra análise de cluster nas ligações entre as vinte palavras que mais apareceram nos discursos, que pode ser verificada na Figura 11. Pode-se perceber que as palavras Economia, Vitória da Conquista e Cidade não estão ligadas a outras palavras, sendo que isso pode representar uma falta de conexão desses temas com o restante do discurso dos entrevistados. Por exemplo, seria aceitável que a palavra economia possuísse ligações com diversas outras palavras como desenvolvimento, desigualdade, dinheiro ou recursos, por exemplo. Neste sentido, cabe também analisar as ligações de palavras como Bolsa Família, desenvolvimento, desigualdade e território, que são palavras-chave deste estudo.

A palavra desenvolvimento está ligada a território, pequenos, gente, pessoas, desigualdade e municípios, sendo que mais uma vez fica claro que os argumentos utilizados nas entrevistas articulam a questão da desigualdade intraterritorial aos problemas que afetam o indivíduo. Ou seja, é como se ao solucionar os problemas que afetam os indivíduos, solucionassem também os problemas da desigualdade dos municípios. Neste sentido, as ligações da palavra desigualdade com desenvolvimento, serviço, programas, Bolsa Família, social, pequenos e território apontam para a existência de argumentações, que indicam as possibilidades de relação direta do programa Bolsa Família com o aumento ou redução das desigualdades intraterritoriais.

Figura 11 – Análise de grupamento com a ligação entre palavras



Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor no software NVivo Plus v.11

Ainda na Figura 11, a palavra Bolsa Família está ligada a apenas três outras palavras que são: desigualdade, serviços e programas. Neste caso, na leitura flutuante foi possível verificar uma indicação clara da associação do Programa Bolsa Família com outros programas sociais e, em decorrência disso, suas possíveis interconexões com a redução da desigualdade. Por fim, como era esperado, a palavra território é a que está ligada ao maior número de palavras, que são pequenos, desigualdade, famílias, política, programas, municípios, vida e desenvolvimento, por ser o enfoque da pesquisa mas, também, por que esta palavra possui diferentes significados na ideia dos entrevistados, por vezes apresentada como uma unidade coesa dos municípios e por outras como desconecta e caótica.

Assim, após essas primeiras abordagens encerrou-se a fase de Pré-análise, na qual foi possível verificar a coerência das entrevistas selecionadas assim como pode-se ter, a partir da leitura flutuante, as orientações suficientes para definições da codificação e categorização definitiva e para a formulação da hipótese (BARDIN, 1977, p. 60). Desta maneira, ficou claro que todas as entrevistas possíveis foram utilizadas, que os atores entrevistados compreendem bem as questões abordadas e que as entrevistas não fugiram ao tema tratado – Regras da exaustividade, Regra da representatividade e Regra da Homogeneidade (BARDIN, 1977).



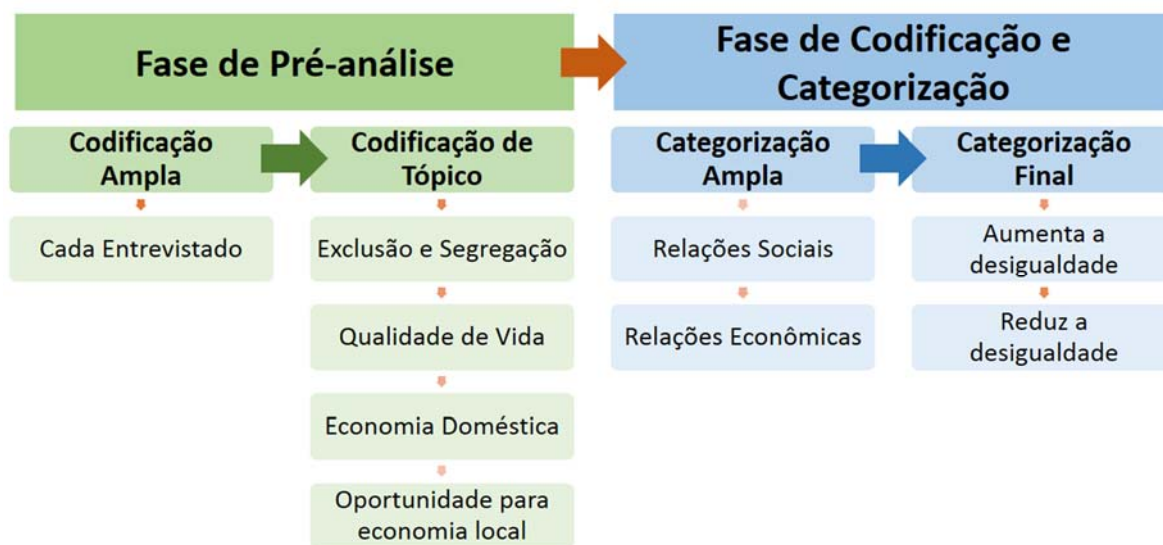
## 5.2 CODIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO

Na etapa de codificação e categorização a unidade de contexto escolhida para registro foram os parágrafos ou segmentos de texto, enquanto a unidade de registro escolhida conforme os indicadores dos componentes do Modelo de Análise, página 137, utilizados nesta etapa foi o tema desigualdade. É importante frisar que a relação entre a palavra desigualdade e os componentes segregação e exclusão, qualidade de vida, economia doméstica e oportunidades para economia local permite que seja realizada uma avaliação que não considere apenas as desigualdades de renda e de riqueza, que já é medida pelo Coeficiente de Gini, mas que possa envolver “informações relacionadas mais de perto aos padrões de vida” (SEN, 1993, p.318) das populações do território de Identidade.

Também por isso, as regras de enumeração, compreenderam tanto métodos quantitativos como qualitativos da Análise de Conteúdo, visto que “a abordagem não quantitativa, recorre a indicadores não frequenciais suscetíveis de permitir inferências; por exemplo, a presença (ou a ausência), pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência de aparição” (BARDIN, 1977, p. 114). Desta forma, ocorrerá tanto a contagem da frequência, como a verificação da presença ou ausência das unidades de contexto que remetam ao tema desigualdade relacionando-se com o seu aumento ou diminuição nos municípios do território.

Assim, tem-se que a etapa de codificação e categorização, corresponde ao processo de reunir trechos do texto em unidades - tópicos ou temas – (BARDIN, 1977, p. 103), que por sua vez são armazenados em recipientes que o *software* NVivo denomina de Nós. Desta forma, a primeira codificação foi realizada considerando cada entrevistado como um Nó, que em seguida foram caracterizados como sendo da esfera pública política, esfera pública técnica e do setor privado, conforme a área de atuação profissional do entrevistado. Quanto a temática utilizada para a codificação, optou-se por iniciar de forma ampla, utilizando como recorte inicial os componentes qualitativos do modelo de análise desta tese, sendo que os primeiros Nós criados foram: segregação e exclusão, qualidade de vida, economia doméstica e oportunidades para economia local, que serão lembrados a seguir e conforme pode ser visto na Figura 12.

Figura 12 - Sequência de codificação e categorização em Nós no NVivo



Fonte: Elaborado pelo autor

O componente segregação e exclusão aborda um tema complexo e controverso, que para esta tese é entendido como a noção de que o indivíduo não é excluído do sistema social, mas encontra-se em uma situação em que a sua participação nos elementos essenciais desse sistema é bastante enfraquecida (ZIONE, 2006, p. 24). Ou seja, é uma “construção social” histórica que é constantemente associada a uma distribuição perversa de renda (ZIONE, 2006, p. 27) e por isso muito utilizado pela mídia para retratar de forma genérica, uma “condição social de carência, dificuldade de acesso a direitos, bens e serviços, assim como risco de discriminação, vulnerabilidade e precariedade” (ASVES; ESCOREL, 2012, p. 112).

O componente qualidade de vida aborda um conceito que ultrapassa as questões referentes às condições de saúde dos indivíduos, abrangendo também vários outros aspectos de tal forma que pode ser conceituado como uma “percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (OMS, 1996, p. 05). Portanto, a noção acerca da Qualidade de Vida é complexa (SEN, 1993, p.314) e possui muitos significados que se conectam aos “conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades” (DANTAS; SAWADA; MALERBO, 2003, p. 533), não devendo ser visto apenas como progresso material individual (WALSH, 2010, p.15).

O componente economia doméstica, da dimensão econômica do modelo de análise, trata do nível de satisfação dos indivíduos quanto ao suprimento de suas necessidades materiais

relacionadas a: alimentação equilibrada, vestuário e habitação satisfatória e amparo à saúde. Ou seja, trata de conhecimentos teórico-práticos intrinsecamente relacionados com a esfera reprodutiva da sociedade, “por meio da socialização, cuidados com a higiene, saúde, habitação, alimentação” (OLIVEIRA, 2006, p. 78). A economia doméstica, nesta tese, envolve os significados sobre o orçamento familiar, sua relação com o consumo consciente, a manutenção do que se adquiri e a redução do desperdício no consumo de serviços como água e energia.

O componente oportunidades para a economia local, também da dimensão econômica do modelo de análise, diz respeito às ações ou empreendimentos realizados no território, com o intuito de promover o seu crescimento econômico ou mitigar fraquezas que dificultem esse crescimento. Neste sentido, é importante perceber as instalações físicas implantadas no território, assim como atentar também para os recursos técnicos-científicos de conhecimento, como forma de tornar possível que cada município do território possa crescer e competir pela oferta de investimentos com outros municípios que também possuam tais recursos (SANTOS, 2006, p. 163) e, ainda, se o dinheiro transferido aos beneficiários dos PTR pode influenciar de alguma forma esta questão.

A partir da definição dos componentes realizou-se a codificação de tópico, sendo que por intermédio de uma leitura exploratória os trechos das entrevistas foram selecionados e armazenados nos Nós correspondentes, de forma abrangente. Ou seja, neste primeiro momento não houve a preocupação em refinar os trechos armazenados em cada Nó, uma vez que isto será realizado numa segunda leitura, durante a categorização final. Na Figura 13 pode-se verificar como os trechos selecionados foram distribuídos nos Nós e quantas fontes foram usadas, sendo que as fontes são os documentos de texto que contém as transcrições das entrevistas e as referências são os trechos, ou unidades de registro, retirados da fonte e usados na codificação dos conteúdos. Logo após esta codificação foi realizada uma leitura completa, com o objetivo de reunir todo conteúdo que apontasse para cada componente específico.

Em relação aos componentes utilizados na codificação de tópico, percebe-se que houve menos referências relacionadas à economia doméstica, 34, e mais referências relacionadas a questão da oportunidade para economia local, 54. Assim, foi possível perceber nas entrevistas, que a argumentação abordada para este último componente foi no sentido de que o dinheiro pago aos beneficiários dos PTR era utilizado para pagar contas do dia-a-dia e, por isso, circulava na economia dos municípios promovendo, por vezes, o surgimento de pequenos negócios,

sobretudo os relacionados à agricultura familiar. Ou seja, os atores relacionaram esse tema com os indivíduos e não houve, portanto, referências a empreendimentos de maior porte ou políticas públicas relacionadas aos PTR para mitigar deficiências econômicas dos municípios.

Figura 13 – Número de referências da codificação de tópico



Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor com dados do software NVivo Plus v.11

Vale relembrar, que ficou claro nas análises anteriores que a palavra dinheiro e economia, não estão muito articuladas com as demais palavras, sendo que isto reforça o que foi inferido acima por demonstrar que, na percepção dos entrevistados, este tema está relacionado ao indivíduo e por isso não há uma conexão clara entre o dinheiro recebido pelos beneficiários dos PTR e a realização de ações que produzam oportunidades para economia local, em uma dimensão que permita dizer que pode causar a diminuição da desigualdade intraterritorial.

Em seguida procedeu-se a categorização ampla, quando os Nós segregação e exclusão e qualidade de vida foram categorizados como relações sociais enquanto economia doméstica e oportunidades para economia local como relações econômicas, conforme foi estruturado no Modelo de Análise desta tese (APÊNDICE A, p. 137). Na categorização ampla foi realizada a contagem das referências dos Nós referentes aos componentes segregação e exclusão e qualidade de vida que foram somados e categorizados como relações sociais enquanto economia doméstica e oportunidades para economia local como relações econômicas. Desta

forma obteve-se 83 referências de relações sociais e 88 referências de relações econômicas. Mas, para que fosse possível aprofundar as análises que validassem essas referências, optou-se por realizar uma Análise de Similaridade de Texto, usando as referências retiradas das entrevistas, com um texto padrão que contenha assunto referente às questões tratadas nas entrevistas.

### **5.2.1 Análise de similaridade de textos**

Para realizar a análise de similaridade de textos faz-se a seleção de um texto padrão que expresse corretamente o conteúdo a ser verificado, a fim de identificar a existência ou não de uma relação entre os termos existentes no texto padrão e os termos das entrevistas. Apesar das questões relacionadas ao vocabulário, como a sinonímia e a polissemia, poderem comprometer esta análise de similaridade dos textos, ela é importante pois permite identificar os conteúdos similares para em seguida armazená-los em um mesmo grupo, uma vez que faz uso das técnicas de análise agrupamento (MORAES; AMBROSIO, 2007, p. 11).

Desta forma, para verificar a similaridade dos trechos, ou referências, retiradas das entrevistas, foi realizada uma análise de similaridade utilizando para isso um texto padrão que foi retirado das seções 2.1 e 2.2 desta tese. Essas seções foram escolhidas pois trazem as explicações teóricas das variáveis de pesquisa e dos elementos que constituem e explicam as variáveis qualitativas, ou seja, que se referem aos componentes segregação e exclusão e qualidade de vida, economia doméstica e oportunidades para economia local. O texto das seções citadas foi copiado, inserido como uma nova fonte no *software* NVivo e codificado como um novo Nó, que recebeu o nome de TEXTOPADRÃO. Os resultados da verificação de similaridade podem ser vistos no Quadro 10.

Uma vez que a verificação de similaridade permite a observação da proximidade ou distanciamento entre o texto padrão, que descreve e conceitua as variáveis utilizadas na pesquisa, e o texto que expressa a percepção dos entrevistados, é possível concluir se a argumentação dos entrevistados possui proximidade ou não com o texto padrão. Em outras palavras, com o coeficiente de correlação de Pearson é possível medir a força da correlação entre a similaridade e frequência das palavras do texto padrão com o texto dos entrevistados,

sabendo que ela é mais forte quanto mais próximo do valor 1,0. Como critério de avaliação das correlações tem-se que de 0 a 0,2 a correlação é nula; de 0,21 a 0,40 a correlação é fraca; de 0,41 a 0,60 a correlação é moderada-baixa; de 0,61 a 0,80 a correlação é moderada-alta; 0,81 a 0,90 a correlação é forte e acima de 0,91 a correlação é considerada muito forte.

Quadro 10 – Verificação de similaridade de textos com Coeficiente de correlação de Pearson

Nó - Texto Padrão	Nó – Codificação de Tópico	Coeficiente de Correlação de Pearson
TEXTOPADRÃO	Qualidade de Vida	0,848047
TEXTOPADRÃO	Oportunidade para economia local	0,828225
TEXTOPADRÃO	Exclusão e Segregação	0,810078
TEXTOPADRÃO	Economia doméstica	0,796661

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor no software NVivo Plus v.11

Para esta tese importa que os textos possuam uma correlação forte ou muito forte. Tem-se portanto, no Quadro 10, que o apenas o componente economia doméstica possui uma correlação moderada-alta com o texto padrão, enquanto os outros componentes apresentam uma correlação forte. Uma vez que o componente qualidade de vida é o que mais se aproxima do texto padrão, com a correlação mais alta, pode-se inferir os entrevistados devem possuir mais vivência ou conhecimento relacionadas a este componente, ou também, que as suas percepções estão mais voltadas para ele. Contudo, é importante frisar que esta verificação de similaridade serve como um apoio para decisões acerca da categorização final e não como uma conclusão finalista.

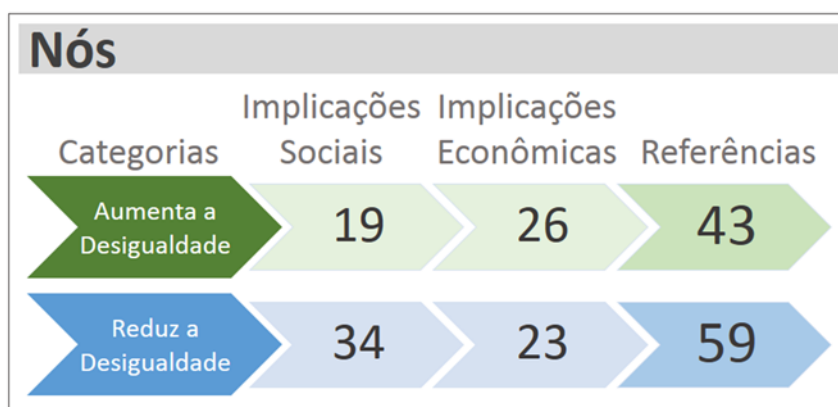
### 5.3 INFERÊNCIA E INTERPRETAÇÃO

Após a análise de similaridade dos textos percebeu-se a necessidade de realizar uma nova leitura das referências da categorização ampla, buscando entender detalhadamente cada trecho selecionado para em seguida agrupa-los na categoria final. Neste sentido, foi dada uma atenção especial ao componente economia doméstica, que não apresentou uma correlação forte com o texto padrão. Para tal, retornou-se a pergunta da pesquisa – quais as implicações dos programas de transferência de renda brasileiros no desenvolvimento do Território de Identidade do Sudoeste Baiano? – utilizando-a como balizadora para a efetiva interpretação das mensagens e

enunciados presentes no discurso dos entrevistados. Também foi realizado um resgate quanto a escolha da desigualdade intraterritorial como item a ser avaliada neste capítulo, sendo que a explicação é de que ela pode afetar negativamente o bem-estar geral, a estabilidade social, o crescimento econômico e a prosperidade dos municípios. Ou seja, são itens que se relacionam profundamente com o modelo de análise de pesquisa desta tese.

Portanto, para a categorização final, foram criados novos Nós que pudessem permitir inferências e interpretações referentes aos componentes do modelo de análise utilizados. Para tal, durante esta nova leitura realizada, as referências da categorização ampla foram avaliadas novamente, para que fosse possível agrupá-las conforme os novos Nós da categorização final, que são: Aumenta a Desigualdade ou Reduz a Desigualdade. Como consequência desta nova leitura e reavaliação, 69 referências não condizentes com a categorização final foram excluídas, uma vez que não foi possível interpretar com certeza se o entrevistado estava argumentando que a desigualdade aumentava ou diminuía. Assim a Figura 14 apresenta o resultado final deste processo.

Figura 14 – Número de referências da categorização final, por tipo de implicação e total



Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor com dados do software NVivo Plus v.11

Percebe-se na Figura 14 que após a exclusão das referências não condizentes, restaram 102 referências sendo 53 referentes às implicações sociais e 49 referentes às implicações econômicas. Quanto às implicações sociais, fica claro que a maioria, ou seja 64,16%, foram percepções de que os PTR contribuem para reduzir a desigualdade entre os municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano. Nas referências das implicações econômicas as opiniões estão divididas quase que ao meio, corroborando as conclusões sobre ligações das palavras dinheiro e economia estarem deslocadas da conexão com outras palavras e atribuídas

aos indivíduos. Nas referências totais percebe-se que 57,85% das percepções dos entrevistados estão relacionadas à redução da desigualdade.

Desta forma, foi possível interpretar que no conteúdo do discurso dos entrevistados há uma percepção de que os PTR contribuem para atenuar as questões sociais que afligiam as populações dos municípios, e que antes não eram atendidas, mas que não possuem força suficiente para provocar uma mudança tal, que permita afirmar que os PTR contribuem de forma efetiva na diminuição das desigualdades entre os municípios do território. Ou seja, as argumentações que abordam os componentes relacionadas às relações econômicas dos PTR, no aumento ou diminuição da desigualdade intraterritorial, aparecem desconexas em relação ao objetivo da pesquisa, enquanto as questões sociais, sobretudo as que envolvem as condicionantes do Bolsa Família, são melhor articuladas e explicadas. Em resumo, a percepção dos entrevistados é de que há pouca relação entre os PTR e a diminuição da desigualdade entre os municípios, sendo que estas relações estão sobretudo na área social que envolvem, com o maior número de referências o componente qualidade de vida e em menor escala o componente exclusão e segregação.

Para chegar a esta interpretação foram usados métodos quantitativos, que se valeram da frequência de palavras, análise de grupamentos e correlação. Contudo, foi necessário também fazer o uso de inferências qualitativas, que seguem uma técnica de análise que segundo Bardin (1977, p.115)

[...] apresenta certas características particulares válidas, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais. Pode funcionar sobre corpus reduzidos e estabelecer categorias mais discriminantes, visto não estar ligada, enquanto análise quantitativa, a categorias que dêem lugar a frequências suficientemente elevadas para que os cálculos se tornem possíveis (BARDIN, 1977, P. 155).

Desta forma, entende-se que tanto a análise quantitativa como a análise qualitativa deste capítulo apontaram para a negação da hipótese levantada, que os PTR contribuem na mitigação de problemas sociais e econômicas dos municípios e com isso provocam a diminuição da desigualdade intraterritorial, principalmente na área social. Após as análises e percepção dos entrevistados é possível concluir que os PTR contribuem principalmente na mitigação de problemas sociais dos municípios, provocando assim uma pequena diminuição da desigualdade intraterritorial, sendo que não houve nos discursos de nenhum dos entrevistados uma percepção ou argumentação de que os PTR poderiam causar alterações consideráveis na economia dos



municípios.

Portanto, entende-se que este capítulo alcançou o terceiro objetivo específico desta tese que é conhecer a percepção dos atores-chave sobre as possíveis relações entre os PTR e a desigualdade dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano. Foi possível obter uma compreensão das relações sociais e econômicas dos territórios por intermédio da observação de elementos quantificáveis e não quantificáveis que, por vezes não estavam claramente apresentados nas falas dos entrevistados. Desta forma, uma vez que os três objetivos específicos foram alcançados, é possível caminhar para uma conclusão final deste trabalho.

## 6 CONCLUSÃO

Esta tese foi realizada com o objetivo de analisar as implicações dos Programas de Transferência de Renda (PTR) brasileiros no desenvolvimento do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, sobretudo com um olhar na marcante desigualdade existente entre os 24 municípios que compõem este território, sendo que a desigualdade pode ser facilmente verificada pela diferença existente entre o tamanho da população, PIB e PIB per capita dos municípios. Contudo, visto que este trabalho assume uma postura crítica em relação ao que se chama de desenvolvimento, tal qual é expressado pelos conceitos da ONU e apresentados no Capítulo 3 deste trabalho, foi necessário expandir as possibilidades de análises e, por isso uma pesquisa foi constituída de forma que pudesse contemplar tanto os indicadores mais comuns, utilizados para medir o desenvolvimento, como também elementos qualitativos que pudessem oferecer uma percepção que complementasse a análise dos números.

Desta forma, buscou-se encontrar maneiras para verificar o desenvolvimento do território associando os PTR estudados - Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada - com indicadores comumente usados como PIB, PIB per capita, IDHM, Coeficiente de Gini e IPS e IPE da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e a percepção que os atores representativos do território possuíam sobre as possíveis relações entre os PTR e os componentes do modelo de análise, que são: segregação e exclusão, qualidade de vida, economia doméstica e oportunidades para economia local.

Os dados dos indicadores escolhidos foram conseguidos sem problemas junto ao IBGE, Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e IPEA / IPEADATA. Contudo, quanto à percepção dos atores representativos do território, houve grande dificuldade para realização das entrevistas semiestruturadas, no sentido de conseguir espaço nas agendas destes atores. Alguns atores não retornaram os contatos iniciais, feitos por telefone com os seus assessores e outros optaram por não participar da pesquisa. Ainda assim, foi possível validar seis das oito entrevistas realizadas com atores representativos do território, que atuam nas esferas pública e no setor privado, conforme explicitado no Capítulo 5 desta tese.

Para que o objetivo geral desse trabalho fosse alcançado, ele foi desdobrado em três objetivos

específicos, que por sua vez foram apresentados e alcançados cada qual em um capítulo da tese. O primeiro objetivo específico buscou conhecer a estrutura econômica e social dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano por intermédio dos indicadores citados acima. Optou-se por essa abordagem inicial para que se pudesse ter uma visão geral do território para, em seguida, verificar as possíveis correlações destes indicadores com os PTR, por intermédio da estatística descritiva e inferencial.

Como pressuposto balizador deste trabalho elaborou-se que os PTR pudessem ter contribuído para a redução da pobreza e a desigualdade nos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, mas com o questionamento se eles contribuiriam de fato com o desenvolvimento territorial, de forma a reduzir a desigualdade entre os municípios e promover a redução da concentração econômica e espacial, a inserção do indivíduo no sistema produtivo local e o oferecimento de serviços públicos. As análises a seguir buscarão verificar esse pressuposto e responder ao problema da pesquisa.

Assim, a análise do tamanho das populações dos municípios permitiu identificar a primeira peculiaridade do território, que é possuir um município, Vitória da Conquista, muito maior que os demais, conforme pode ser visto na Tabela 2, página 61, e que exerce uma polarização em relação aos municípios menores, atraindo para si boa parte dos investimentos no Território de Identidade. Além disso, a taxa média de crescimento das populações dos municípios mostrou que, além de Vitória da Conquista, apenas cinco outros municípios tiveram crescimento populacional entre 2004 e 2012, sendo que, sem a realização de um maior aprofundamento neste assunto, não é possível determinar quais são as origens e elementos que mais influenciaram neste decréscimo populacional. Contudo, ficou a impressão de que devem faltar oportunidades de sobrevivência para as populações destes municípios uma vez que possuem pouca oferta de emprego e, também, pouca assistência para o incremento da agricultura familiar.

De fato, houve um consenso entre os entrevistados de que grande parte da população dos territórios é rural e que eles retiram o seu sustento de uma pequena produção agrícola e dos benefícios dos PTR ou aposentadoria. Assim, com a existência de períodos de estiagem parte dessas populações tendem a sair dos seus locais de origem, indo em direção aos grandes centros em busca de melhores condições de sobrevivência, onde possam continuar com o benefício dos PTR, podem realizar alguns trabalhos informais esporádicos e ter mais acesso aos serviços de

educação e saúde. Ou seja, houve uma percepção marcante dos entrevistados de que, apesar dos municípios terem avançado na oferta de vagas nas escolas e da circulação de dinheiro no comércio ter melhorado um pouco após a implantação dos PTR, ainda há uma carência em oferecer oportunidades de estudo e trabalho aos mais jovens, de forma que alguns destes podem acabar saindo das suas cidades em busca desses serviços.

Por intermédio da análise das Taxa média de Crescimento (TMC) das populações dos municípios do território, foi possível constatar que após 2004 a evasão das populações aumentou - ou o crescimento populacional diminuiu - em 16 dos 24 municípios (Tabela 2, p.61). Esses dados contrastam com a percepção dos entrevistados da esfera pública que acreditam que após a implantação do programa bolsa família, as populações dos pequenos municípios seguiram uma dinâmica de fixação no seu local de origem. A argumentação principal é de que o dinheiro oriundo dos PTR garantiriam uma condição mínima de sobrevivência das famílias nos seus locais, que por sua vez causaria uma diminuição na motivação para o êxodo.

Apesar do aumento da evasão da população de diversos municípios, percebe-se que o número de beneficiários cadastrados para receber os PTR cresceu substancialmente, de 2004 a 2010, de tal forma que o número de beneficiários de alguns municípios chegaram a ultrapassar 20% da população, conforme foi visto na Tabela 8, página 82. Este incremento no número de beneficiários era esperado visto que o cadastramento do Bolsa Família iniciou-se no ano de 2004 e prosseguiu cadastrando beneficiários nos anos seguintes. Contudo, não é o crescimento numérico de beneficiários somente que chama a atenção, mas também o montante de dinheiro de uma fonte externa que passa a circular nos municípios e como isso poderia impactar consideravelmente as economias municipais, por causa do consumo local das famílias.

Porém, na percepção dos entrevistados do setor privado, o consumo realizado pelas famílias beneficiárias é ínfimo e não chega a afetar as economias municipais. Neste sentido, o montante financeiro transferido dos PTR para os beneficiários dos municípios seriam utilizadas apenas para pagar contas básicas de água, energia e para a alimentação do dia-a-dia das famílias. Ou seja, estão relacionados com componente economia doméstica do modelo de análise, que trata do nível de satisfação dos indivíduos em relação ao suprimento das suas necessidades materiais básicas - alimentação equilibrada, vestuário e habitação satisfatória e amparo à saúde. Contudo, este componente foi o que teve menor correlação na verificação da similaridade de texto.

Tem-se também que apesar do PIB e do PIB per capita serem indicadores questionados, quando utilizados para medir o desenvolvimento de uma localidade, entende-se que eles nos fornecem uma visão da produção absoluta de cada município e da sua divisão por habitante, de tal forma que permite que o desenvolvimento, que nesta tese é entendido como um conjunto de ações que tem objetivos primários de atender o mercado, possam ser observados e analisados. Nesse sentido, ao verificar o PIB e o PIB per capita dos municípios do território, percebe-se facilmente a existência da desigualdade intraterritorial, sendo que a grande diferença observável ocorre entre Vitória da Conquista e os demais municípios do território.

Ainda assim, por intermédio da estatística descritiva, usada para verificar a razão entre os valores mínimos e valores máximos dos PIB - Tabela 5, p. 68 - percebe-se que houve uma tendência de diminuição da desigualdade do PIB per capita entre os municípios de 2004 a 2012. No entanto, mesmo com essa redução o cenário do território ainda é de desigualdade, visto que em 2012 o maior PIB per capita ainda era mais de três vezes superior ao menor. A análise de grupamento realizada nas entrevistas, aponta que essa redução pode ter pouca vinculação com os PTR uma vez que os temas econômicos, economia doméstica e oportunidades para a economia local, apresentaram menor número de referências, conforme pode ser visto na Figura 14, página 110. De fato, o discurso dos entrevistados revelam questões relacionadas ao uso dos recursos das famílias no pagamento de contas pessoais do dia-a-dia e, também a algumas poucas ações ou empreendimentos, muito tímidos, que são realizados no local, mais com o intuito de sobrevivência do que para promover o crescimento econômico ou mitigar fraquezas que dificultavam esse crescimento.

A análise do Coeficiente de GINI, do IDHM e dos IPS e IPE com ajuda da estatística descritiva demonstraram que houve uma diminuição na diferença entre os indicadores dos municípios, de 2000 a 2012. Contudo, há de se notar que os indicadores de alguns municípios se comportaram com alterações abruptas, altos e baixos, que apontam para a existência de ocorrências que podem ser desconexas ou que não dependem dos PTR, como é o caso das alterações causadas pelas questões climáticas, que atingem sobretudo a produção agropecuária dos pequenos municípios. De forma geral os principais indicadores de desenvolvimento, trabalhados no Capítulo 3, apontaram para a existência de uma heterogeneidade entre os municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, o que reforça o entendimento da volatilidade econômica e social de muitos deles.

Por fim, analisando os indicadores em conjunto, percebe-se que o território pode ser dividido em três blocos, com diferenças econômicas e sociais marcantes entre os municípios, que sugere a necessidade de ampliar as intervenções em prol do desenvolvimento de forma a buscar uma equalização entre eles. Neste sentido, a Figura 6, na página 74, traz a classificação dos municípios em relação à sua posição no ranking dos indicadores sociais e econômicos no ano de 2010, de forma que os municípios de Vitória da Conquista, Licínio de Almeida, Poções e Barra do Choça possuíam as melhores posições nos indicadores pesquisados e apenas um ou outro indicador nas posições mais baixas do ranking.

Os municípios de Condeúba, Mortugaba, Planalto, Cândido Sales, Aracatu, Belo Campo, Jacaraci, Cordeiros, Ribeirão do Largo e Encruzilhada apresentaram poucos indicadores nas melhores posições e a maioria dos indicadores estão em posição média e baixa. E, por fim, os municípios de Tremedal, Caraíbas, Anagé, Piripá, Guajeru, Maetinga, Bom Jesus da Serra, Presidente Jânio Quadros, Mirante e Caetanos, apresentam os piores indicadores do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, havendo apenas a presença de um ou outro indicador entre as dez primeiras posições.

Assim, a Figura 6, página 74, contribuiu com a percepção da desigualdade intraterritorial de forma integrada, apontando para o que fora comentado na introdução desta tese, de que a execução de ações padronizadas nacionalmente em prol do desenvolvimento, no caso os PTR, podem gerar resultados diferentes a depender da região em que for aplicada. Ou seja, entende-se que os PTR podem contribuir mais com os municípios que estão melhor posicionados no ranking dos diversos indicadores analisados, visto que estes muitas vezes já possuem uma melhor estrutura de serviços públicos ligados à educação e saúde, como também, oferecem mais oportunidades de empregos e investimentos.

Os resultados dos testes de correlação de Pearson, Quadro 9, página 92, apontaram que as variáveis IDHM e GINI apresentaram uma força de correlação moderada-baixa enquanto as variáveis IPE, IPS E PIB per capita apresentaram uma correlação moderada-alta. Por esta significância na correlação entende-se que de certa forma os valores transferidos dos PTR para os beneficiários, assim como as condicionantes do bolsa família, de certa forma tiveram implicações nessas variáveis. Ou seja, sabe-se que os valores dos PTR aumentaram e que houve melhoria nos indicadores dos municípios, contudo não é possível afirmar que existe uma relação de causa-efeito direta entre os PTR e os indicadores, uma vez que outras variáveis também

podem ter influenciado esses indicadores.

Os cálculos realizados para gerar os indicadores utilizados nesta pesquisa explicam em parte o motivo dessa diferença nos resultados da intensidade das correlações. As variáveis IPE e IPS, por exemplo, consideram nos seus cálculos, vistos nos Quadro 3 e Quadro 4 na página 37, o consumo de energia elétrica e o consumo de água tratada que, segundo a percepção dos entrevistados, são as primeiras contas a serem pagas com os dinheiro oriundo dos PTR. Ainda nesse sentido, tem-se que o IPS considera também o número de alunos matriculados nas escolas e o número de crianças vacinadas, que são parte dos condicionantes do Bolsa Família. Quanto ao IDHM, entende-se que a correlação seja menor, uma vez que os seus cálculos consideram dados da população adulta, conforme visto na seção 2.1 desta tese.

Em relação ao PIB per capita, entende-se que o montante de dinheiro que entra no município contribui de alguma forma para o aumento do PIB municipal. Contudo, as análises das entrevistas com os atores chave do território não concordam planamente com os resultados obtidos na correlação entre os PTR e os indicadores, uma vez que os atores são categóricos em afirmar que o montante de dinheiro, embora seja grande, ultrapassando em alguns casos 1% do PIB municipal, é distribuído para um grande número de famílias, chegando a ultrapassar um quinto da população de alguns municípios em 2012, conforme visto na Tabela 8 na página 82, de tal forma que são utilizados apenas para pagar pequenas contas e realizar compras locais relacionadas ao dia a dia das famílias. No entanto, os entrevistados também afirmam que a condição de renda mínima permitiu que as famílias tivessem as condições básicas de sobrevivência atendidas, de forma que puderam investir mais tempo nas suas pequenas produções de agricultura familiar e outros pequenos negócios, em vez de trabalhar como diaristas.

Portanto, após todas estas constatações, esta tese conclui que os PTR, Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada, causam implicações positivas para o desenvolvimento do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, uma vez que, mesmo que as ações desenvolvidas pelos PTR tenham no seu âmbito objetivos relacionados ao aumento da produção de mercadorias – conforme o conceito de desenvolvimento utilizado nesta tese – os seus efeitos puderam melhorar as condições de uma população em alguns aspectos. Contudo, há de se observar que essas implicações positivas são mínimas, já que os resultados sociais e econômicos oriundos dessas implicações não são suficientes para provocar uma diminuição perceptível na

desigualdade existente entre os municípios do território, mesmo por que esta desigualdade possui raízes históricas e interconexões complexas.

Assim, tem-se que o pressuposto desta pesquisa não pode ser comprovado, uma vez que acreditou-se que os PTR tivessem contribuído para a redução da pobreza e a desigualdade nas populações dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, contudo sem contribuir efetivamente com o desenvolvimento de forma a reduzir a desigualdade intraterritorial, promovendo: a redução da concentração econômica e espacial, a inserção do indivíduo no sistema produtivo local e o oferecimento de serviços públicos. Em relação a concentração econômica e espacial percebeu-se que o município de Vitória da Conquista ainda detêm grande parte dos recursos e da população do Território. Quanto a inserção do indivíduo no sistema produtivo local foi possível verificar que os PTR não provocaram muitas mudanças no pequenos municípios, que continuam sem oferecer oportunidades para a geração de empregos nos empreendimentos locais. Por fim, o oferecimento de serviços públicos apresentou melhora em alguns municípios, conforme os indicadores IPS e IPE utilizados e percepção dos atores representativos do território.

Qualitativamente, as implicações nas questões sociais dos municípios são um pouco mais perceptíveis, embora também não sejam suficientes para afirmar que poderiam alterar significativamente o quadro social dos municípios. Contudo, percebeu-se que, as questões sociais poderiam ser mais impactadas positivamente pelos PTR, se elas fossem melhor articulados com outras iniciativas produtivas e, também, se as ofertas de serviços relacionados a assistência social das famílias, sobretudo saúde e educação, fossem ampliadas. Nesse sentido, os municípios, como Vitória da Conquista, que possuem melhores estruturas de serviços públicos seriam mais beneficiados pelos PTR que os demais.

## 6.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A característica desta tese como um estudo exploratório por si só é suficiente para apontar uma série de dificuldades, comuns a este tipo de trabalho, sendo que estas dificuldades de fato ocorreram. A motivação inicial para a execução deste trabalho partiu do fato de que não obstante a grande quantidade de estudos publicados nos últimos anos sobre os Programas de



Transferência de Renda (PTR), sobretudo o Bolsa Família, e também sobre o desenvolvimento territorial, o objeto empírico aprofundado nesta tese não foi até então suficientemente explorado.

Houve um esforço inicial para definir as fontes de dados que seriam utilizados, visto que grande parte dos estudos que tratam da temática utilizam a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) que faz uso de métodos de estimação, ou seja, não coletam dados de todos os municípios brasileiros e por isso poderiam causar algumas distorções nos resultados visto que poucos municípios do território são utilizados na pesquisa. Desta forma, foi necessário abandonar algumas estratégias de pesquisa e definir uma gama de indicadores que pudessem contribuir na verificação dos impactos dos PTR no desenvolvimento do território. Um esforço adicional também foi exigido na análise final do trabalho pois, durante as fases de proposição, pré-testes e refinamento do modelo de análise, verificou-se a necessidade de combinar dados quantitativos e qualitativos, em um processo de triangulação que permitisse responder o problema da pesquisa.

Assim, as escolhas metodológicas deste estudo foram fundamentais para definir a abrangência e os limites das análises realizadas e, por isso, optou-se por não aprofundar as questões referentes as alterações nas populações dos municípios e renda familiar, visto que essas questões contemplariam outros estudos da dimensão desta tese. De fato, os estudos das razões e proporções da alteração em uma determinada população e o seu nível e composição da renda podem contribuir no entendimento do comportamento de alguns indicadores, como o IDHM e o Coeficiente de GINI.

Apesar dos esforços recentes da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) no sentido de levantar dados setoriais que considerem os territórios de identidade, ainda existe uma carência de informações e necessidade de maior precisão em alguns indicadores, sendo que isso dificulta uma análise elaborada, no sentido de visualizar os impactos dos PTR, ou de outros programas e políticas públicas, de forma mais isolada de outros componentes. A fragmentação dos indicadores dificulta a verificação de itens correlacionados, por conta das suas diferenças metodológicas, que também caracterizam o favorecimento da ação dos gestores públicos para melhorar o *score* dos indicadores por intermédio de intervenções premeditadas, em algumas áreas específicas para quais os indicadores são mais sensíveis, enquanto outras áreas acabam por não serem contempladas nessas ações públicas.

Visto que este é um estudo introdutório, que trata de um tema que passou a existir, nesta forma, a partir de 2004, buscou-se explorar um terreno ainda pouco conhecido que é a interposição do desenvolvimento territorial com os programas de transferência de renda, na recente regionalização do estado em territórios de identidade. Assim, assume-se que os resultados aqui obtidos ainda são provisórios, visto que o corte temporal é relativamente curto e, também por que avaliou-se alguns resultados dessas ações em prol do desenvolvimento, que são os PTR, mas não foi possível analisar as suas intercorrências interdisciplinares, que são próprias das ciências sociais aplicadas.

## 6.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas questões surgem naturalmente devido à natureza exploratória desta tese, no que diz respeito a relação entre o município de Vitória da Conquista com os demais municípios do território e, também, de outros territórios. No caso específico de Vitória da Conquista, seria importante compreender como os serviços essenciais prestados por esse município influenciam a dinâmica do território, verificando o quanto eles contribuem para o PIB municipal e, principalmente, até que ponto os recursos oriundos dos PTR são utilizados nos pequenos municípios, ou se eles acabam migrando para a economia de Vitória da Conquista. Também surgiram questões quanto às possíveis relações de causa e efeito dos valores repassados pelos PTR aos beneficiários, nas alterações dos diversos indicadores estudados, que poderiam ser aprofundados em estudos de casos que contemplassem uma menor abrangência territorial e maior corte temporal.

Em relação à divisão do Estado da Bahia em territórios de identidade, surgiram questões quanto a sua efetividade na implantação de políticas públicas no âmbito dos PTR, principalmente em relação às condicionantes do Programa Bolsa Família. Assim, é necessário analisar se os municípios estão bem equipados quantitativamente e qualitativamente com os Serviços de assistência social, de saúde e serviços de educação e inclusão produtiva que tenham sido financiados ou cofinanciados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Essas análises permitiriam compreender as fragilidades e gargalos deste programa como indutor do desenvolvimento territorial.

Em relação aos indicadores pesquisados, é importante avaliar como o IDHM se comportará nos próximos vinte anos, uma vez que o seu cálculo considera os padrões de mortalidade do município e o número médio de vida em anos de uma pessoa, na dimensão longevidade. Da mesma forma, na dimensão educação é calculado o percentualmente de pessoas com mais de dezoito anos que possuem o ensino superior completo e a média aritmética do percentual de pessoas que estão frequentando a escola. Dessa forma, entende-se que, caso as condicionantes do Bolsa Família sejam mantidas é factível pensar que esses números poderão melhorar.

Também há de se considerar, quanto à percepção dos atores representativos do Território de Identidade do Sudoeste Baiano sobre as questão das desigualdade intraterritorial, que por mais que as técnicas de pesquisa aplicadas sejam apropriadas para o tipo de questão levantada, é evidente que o discurso dos entrevistados muitas vezes são carregados de questões como o partidarismo políticos e as convicções pré-concebidas acerca desse tema tão controverso que envolve os PTR e o desenvolvimento territorial.

Comumente, as etapas de construção de uma pesquisa de natureza exploratória apontam para diversas possibilidades e desdobramentos de estudos sendo que as que aqui foram elencadas podem contribuir no aprofundamento do conhecimento tanto sobre o desenvolvimento, como sobre Políticas de Transferência de Renda, que podem ser realizadas em outras localidades.

## REFERÊNCIAS

ALLARDT, E.; Having, Loving. Being: An Alternative to the Swedish model of welfare research. in: Nussbaum, M.; Sen, A. **The Quality of Life**. 1993. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=mOHnCwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA88&dq=BEING,+LOVING,+&ots=HINXWZkcWD&sig=xuZ-javULQBScacN7UIx3FKCOw#v=onepage&q=BEING%2C%20LOVING%2C&f=false>>. Acesso em: 20 maio 2016.

ALVES, Hayda; ESCOREL, Sarah. Massa marginal na América Latina: mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 99-117, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v22n1/v22n1a06.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

Associação das Indústrias de Vitória da Conquista. Página oficial da Associação [on line]. Vitória da Conquista, [2015].

BAHIA (Estado). Governo do Estado. **Plano Plurianual Participativo 2016-2019**. Salvador, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e sociedade**, v. 4, n. 1, p. 11-20, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/download/8643205/10754>>. Acesso em: 12 maio 2015.

BENOIT, William L. Content Analysis in Political Communication. in: BUCY, Herbert; HOLBERT, Lance. **The sourcebook for political communication research: Methods, Measures, and Analytical Techniques**. Routledge, 2013.

BRASIL. Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Presidência da República. Brasília, [2014]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2015.

BRASIL (Senado Federal). **Apesar de aumento no IDH de municípios, Cristovam critica qualidade da educação**. Brasília: Agência Senado, 2013. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/08/02/apesar-de-aumento-no-idh-de-municipios-cristovam-critica-qualidade-da-educacao>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

BRUNI, Adriano Leal. **Estatística aplicada à gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, v. 4, 2011.

BRÜSEKE, Franz Josef . O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clovis (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério da Educação, Governo Federal, Recife, Brasil, 1994.

BUARQUE, S. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: INCRA e IICA, 1999. Disponível em: <<http://www.iica.org.br/docs/publicacoes/publicacoesiica/sergiobuarque.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

BUITELAAR, Rudolf M. et al. La comparabilidad de las estadísticas territoriales en América Latina. Serie Desarrollo Territorial - CEPAL. n.18. Santiago de Chile: Publicación de Las Naciones Unidas, 2015. Disponível em: <[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37793/S1421051\\_es.pdf?sequence=1](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37793/S1421051_es.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 13 mai 2015.

CACCIAMALI, Maria Cristina; CAMILLO, Vladimir Sipriano. Redução da desigualdade da distribuição de renda entre 2001 e 2006 nas macrorregiões brasileiras: tendência ou fenômeno transitório?. Economia e sociedade. [online]. v.18, n.2, ago., p. 287-315, Campinas-SP, 2009, ISSN 0104-0618. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v18n2/a03v18n2.pdf>>. Acesso em: 20 abr 2015.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. in: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Cortês (org.). **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): Brasília-DF, 2013. Disponível em: <[https://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_bolsafamilia\\_10anos.pdf#page=17](https://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf#page=17)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

CAMPELLO, Tereza; MELLO, Janine. O processo de formulação e os desafios do Plano Brasil sem Miséria: por um país rico e com oportunidades para todos. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**. Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/livro-o-brasil-sem-miseria/o-brasil-sem-miseria>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 57, n. 5, 2004.

Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/2670/267019632019/> >. Acesso em: 12 maio 2016.

CANTELMO, Narjara Fonseca; FERREIRA, Daniel Furtado. Desempenho de testes de normalidade multivariados avaliado por simulação Monte Carlo. **Ciências Agrotécnicas**, Lavras, v. 31, n. 6, p. 1630-1636, nov./dez., 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cagro/v31n6/a05v31n6.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETTO, Enzo. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 4, p. 60, 1995. Disponível em: < <http://www.rep.org.br/pdf/60-11.pdf> >. Acesso em: 19 set. 2016.

CORONA, Hieda Maria P. ; ALMEIDA, Jacione Pereira de. Teorias críticas, desenvolvimento e reprodução socioambiental: limites e possibilidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** , v. 29, abr., p. 25-38, 2014. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/temas/artigos/2014\\_teorias\\_criticas\\_desen\\_repordu\\_socioambiental.pdf](http://www.ufrgs.br/temas/artigos/2014_teorias_criticas_desen_repordu_socioambiental.pdf) >. Acesso em: 05 abr. 2016.

COSTA, Ivy Silva; SILVEIRA, Fátima Ramos. Condicionantes Socioeconômicos e Benefícios Previdenciários: Uma Abordagem por Regressão Múltipla para Análise dos Municípios Mineiros. **Encontro de Administração Pública e Governança (EnAPG)**, Vitória-ES, v.30, 2010. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg\\_2010/2010\\_ENAPG288.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2010/2010_ENAPG288.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2015.

CRUZ, Cláudia Anastácio Coelho, Região e regionalização: reflexões sobre discursos e práticas vinculados à interação espacial entre Vitória da Conquista-Ba e região. **Colóquio Baiano**. v.1, n.1, 2013. ISSN 2359-1218. Disponível em: <[http://periodicos.uesb.br/index.php/coloquiobaiano/article/viewFile/2863/pdf\\_90](http://periodicos.uesb.br/index.php/coloquiobaiano/article/viewFile/2863/pdf_90)>. Acesso em 05 maio 2015.

DANTAS, Rosana Aparecida Spadoti; SAWADA, Namie Okino; MALERBO, Maria Bernardete. Pesquisas sobre qualidade de vida: revisão da produção científica das universidades públicas do estado de São Paulo. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v.11, n.4, p.532-8, 2003. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rlae/article/viewFile/1798/1845> >. Acesso em: 04 set. 2016.

DI LAURO, Aluztane; et al. Territórios de Identidade no Brasil: Uma Análise Teórica e Metodológica no Estado da Bahia. In: **Anais do EGAL 2009**, ISBN: 978-9974-8194-0-5. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/09.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2015.

DUFOUR, Jean-Marie; FARHAT, Abdeljelil; GARDIOL, Lucien; KHALAF, Lynda. Simulation-based finite sample normality tests in linear regressions. **Econometrics Journal**, v.1, p. 154–173, 1998. Disponível em: <[https://www2.cirano.qc.ca/~dufourj/Web\\_Site/Dufour\\_Farhat\\_Gardiol\\_Khalaf\\_1998\\_EtxJ.pdf](https://www2.cirano.qc.ca/~dufourj/Web_Site/Dufour_Farhat_Gardiol_Khalaf_1998_EtxJ.pdf)>. Acesso em: 05 jun 2016.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World**. Princeton University Press, New Jersey, United States of America, 1995. Disponível em: <[http://monoskop.org/images/1/1f/Escobar\\_Arturo\\_Encountering\\_Development\\_1995.pdf](http://monoskop.org/images/1/1f/Escobar_Arturo_Encountering_Development_1995.pdf)>. Acesso em 20 jan. 2016.

ESTEVA, Gustavo. Development. In: SACHS, Wolfgang. (Org.). **The Development Dictionary: a guide to knowledge as power**. 2. ed. Londres, Inglaterra: Zed Books, 2010. p. 1-23. Primeira publicação em 1992.

FIALHO, S. H. **Desenvolvimento Regional, Política Pública e Inovação: O setor de software na Bahia**. 2006. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

FIRJAN. Publicações e Pesquisas. [on line]. [2014]. Disponível em: < <http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9215B0DC40121793A0FCE1E51.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Maria Paula. Estudo da SEI apresenta mapa de pobreza na Bahia. **Jornal A Tarde**. Salvador, p. 18, 22 dez. 2013. Bahia em Números.

FRIED, Brian J. Distributive politics and conditional cash transfers: The case of Brazil's Bolsa Família. **World Development**, v. 40, n. 5, p. 1042-1053, 2012. Disponível em:< <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X11002440>>. Acesso em: 9 maio 2015.

FURTADO, Celso. **Brasil: A construção interrompida**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

GABRIELIAN, Vache; YANG, Kaifeng; SPICE, Susan. Qualitative Research Methods. In: YANG, Kaifeng; MILLER, Gerald J. **Handbook of research methods in public administration**. 2a. ed., Publicado originalmente: Nova Iorque, EUA: M. Dekker, 1999. p.141-168. Disponível em: < [http://www.untag-smd.ac.id/files/Perpustakaan\\_Digital\\_2/PUBLIC%20POLICY%20\(Public%20Administration%20and%20public%20policy%20134\)%20Handbook%20of%20Research%20Methods%20in%20Publ.pdf](http://www.untag-smd.ac.id/files/Perpustakaan_Digital_2/PUBLIC%20POLICY%20(Public%20Administration%20and%20public%20policy%20134)%20Handbook%20of%20Research%20Methods%20in%20Publ.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2016.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GILCHRIST, Mollie; SAMUELS, Peter. **Pearson's correlation**: a Quick Reference worksheet on Pearson Correlation. The statstutor Online. Loughborough University, United Kingdom. [2011?] (Data de criação do arquivo registrada em 16 Dez. 2011). Disponível em: <<http://www.statstutor.ac.uk/resources/uploaded/pearsons.pdf>> . Acesso em: 16 abr. 2016.

GODOI, Christiane Klejnübing; MATTOS, Pedro Lincoln C. L de. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R. (orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 301-323.

GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Revista Pegada Digital**. v. 3, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/798/821>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

GUIMARÃES, Paulo Ricardo B. **Análise de Correlação e medidas de associação**. 2013. Disponível em: <<https://docs.ufpr.br/~jomarc/correlacao.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**, v. 1, n. 1, p. 15-39, 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/4/3>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

HERCULANO, Selene C.. A qualidade de vida e seus indicadores. in: HERCULANO, Selene et al. **Qualidade de Vida e Riscos Ambientais**. Niterói: Eduff, 2000. Disponível em: <[http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31811310/A\\_qualidade\\_de\\_vida\\_e\\_os\\_seus\\_indicadores.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1487602732&Signature=atkGA3jo4mVFYncXwdakV4Lh%2FJ4%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DA\\_QUALIDADE\\_DE\\_VIDA\\_E\\_SEUS\\_INDICADORES.pdf](http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31811310/A_qualidade_de_vida_e_os_seus_indicadores.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1487602732&Signature=atkGA3jo4mVFYncXwdakV4Lh%2FJ4%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DA_QUALIDADE_DE_VIDA_E_SEUS_INDICADORES.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2016.

IBGE. Contas Regionais do Brasil 2012. **Contas Nacionais**. n. 42. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv89103.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.

IBGE. **PNAD**: Notas metodológicas – Pesquisa Básica. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/2011](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011)>. Acesso em: 10 maio 2015.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. v. 32, 2012, p.1-134, Rio de Janeiro-RJ, 2012. ISSN 0101-6822. Disponível em: <<ftp://ftp.ibge.gov.br/>>



Trabalho\_e\_Rendimento/Pesquisa\_Nacional\_por\_Amostra\_de\_Domicilios\_anual/2012/Volume\_Brasil/pnad\_brasil\_2012.pdf>. Acesso em 30 mar. 2015.

IBGE. **População**. Sítio oficial. [2015]. Disponível em: < [http://www.ibge.gov.br/home/mapa\\_site/mapa\\_site.php#populacao](http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao)>. Acesso em: 13 jun. 2015.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2012**: PIB 1999-2012. ECONOMIA. Rio de Janeiro, RJ, [2013]. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib\\_Municipios/2012/base/base\\_1999\\_2012\\_xlsx.zip](ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2012/base/base_1999_2012_xlsx.zip)>. Acesso em: 12 maio 2015.

IMBENS, Guido W.; WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Recent Developments in the Econometrics of Program Evaluation. **Journal of Economic Literature**. V. 47, N. 1, pp. 5-86, Mar. 2009. Disponível em: <<http://www-jstor-org.ez10.periodicos.capes.gov.br/stable/pdf/27647134.pdf?acceptTC=true>>. Acesso em: 06 maio 2015.

**Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

IPECE- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Entendendo o Índice de GINI**. Governo do Estado do Ceará, 2010. Disponível em: <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Entendendo\\_Indice\\_GINI.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Entendendo_Indice_GINI.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2015.

JICK, Todd D. Mixing Qualitative and Quantitative Methods: Triangulation in Action. **Administrative Science Quarterly**, v. 24, n. 4, Qualitative Methodology. Dec., 1979, pp. 602-611. Disponível em: < <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.317.1797&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

LAFER, Celso. O Brasil e o mundo. in: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio. (Org.). **Brasil**: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 162-183.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5a. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LENCIONI, Sandra. A mudança do discurso desenvolvimentista face à crise da economia: A falência das políticas de desenvolvimento regional. **RDG Revista do Departamento de Geografia-USP**, v. 6, p. 83-89, São Paulo, 1992. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47113/50834>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

LIMA, José Leonardo Oliveira; MANINI, Miriam Paula. Metodologia para Análise de Conteúdo Qualitativa integrada à técnica de Mapas Mentais com o uso dos softwares Nvivo e FreeMind. **Informação & Informação**, Londrina, v. 21, n. 3, p. 63 – 100, set./dez., 2016. Disponível em: < [http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23879&gws\\_rd=cr&ei=i2ExWZ\\_xLIS6mwHU76W4Bg](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23879&gws_rd=cr&ei=i2ExWZ_xLIS6mwHU76W4Bg)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

LISITA, Frederico Olivieri. **Considerações sobre a extensão rural no Brasil**. Embrapa Pantanal-Artigo de divulgação na mídia (INFOTECA-E), 2005. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM077.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2016.

LOPES, Roberto Paulo Machado; VIEIRA, Débora Sá. Distribuição espacial das atividades científicas e tecnológicas na Bahia e as desigualdades regionais: uma análise com medidas de especialização. IN: XI ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 2015, SALVADOR. **Anais...**, 2015. Disponível em: <[http://www.eeb.sei.ba.gov.br/pdf/2015/eb/distribuicao\\_especial\\_das\\_atividades\\_cientificas\\_e.pdf](http://www.eeb.sei.ba.gov.br/pdf/2015/eb/distribuicao_especial_das_atividades_cientificas_e.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2016.

MARINHO, Emerson; LINHARES, Fabricio; CAMPELO, Guaracyane. Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil?. **Revista Brasileira de Economia [online]**. 2011, vol.65, n.3, pp. 267-288. ISSN 0034-7140.

MARTINS, Rafael D'Almeida; VAZ, José Carlos; CALDAS, Eduardo de Lima. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **Rev. Adm. Pública [online]**. v.44, n.3, 2010. p. 559-590. ISSN 0034-7612. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n3/02.pdf>>. Acesso em 05 jun. 2015.

MEC, Ministério da Educação e Cultura. **Consulta Pública das Escolas e Cursos Técnicos Regulares nos Sistemas de Ensino e Cadastradas no MEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC)**. [2015]. Disponível em: <<http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino#>>. Acesso em: 04 jun. 2015.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Brasil sem Miséria no seu município**. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/dadosSv/cartilha\\_msm/CartilhaBSM.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/dadosSv/cartilha_msm/CartilhaBSM.pdf)>. Acesso em: 30 maio 2015.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Brasília, DF, [2015]. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. **Novos Estudos**, n. 79, NOV., 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/01.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.

MONTEIRO, Júlia; SERPA, Angelo. **POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E CULTURAL NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA: uma análise geográfica da lógica de localização de projetos e recursos.** **Ateliê Geográfico**, v. 5, n. 3. Goiânia, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/download/16983/10294>>. Acesso em: 10 maio 2015.

MORAIS, Edison Andrade Martins; AMBRÓSIO, Ana Paula L.. **Mineração de Textos.** Relatório Técnico, INF\_005/07, Dezembro. Instituto de Informática, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007. Disponível em: <[http://www.inf.ufg.br/sites/default/files/uploads/relatorios-tecnicos/RT-INF\\_005-07.pdf](http://www.inf.ufg.br/sites/default/files/uploads/relatorios-tecnicos/RT-INF_005-07.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2016.

NÚÑEZ, Luis García. Econometría de evaluación de impacto. **Economía**. v. XXXIV, n. 67, p. 81-125, sem. enero-junio 2011. ISSN 0254-4415. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/economia/article/view/2676/2620>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

OLIVEIRA, Ana Carla Menezes de. Economia doméstica: origem, desenvolvimento e campo de atuação profissional. **Vértices**, v. 8, n. 1, p. 77-88, 2006. Disponível em: <[http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/38637385/64-234-1-PB.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1480427673&Signature=iyMlR XuWAYL%2BgOyQ7pjFiQoFtAY%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DEconomia\\_domestica\\_origem\\_desenvolviment.pdf](http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/38637385/64-234-1-PB.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1480427673&Signature=iyMlR XuWAYL%2BgOyQ7pjFiQoFtAY%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DEconomia_domestica_origem_desenvolviment.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania /EAESP/FGV, 2001. 40p. Disponível em: <<http://200.169.104.5/uploads/1144/1144.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2015.

OMS (ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde). WHOQOL-BREF. **Introduction, administration, scoring and generic version of the assessment.** Field Trial Version. Programme on mental health. World Health Organization. Genebra, Suíça, 1996. Disponível em: <[http://www.who.int/mental\\_health/media/en/76.pdf?ua=1](http://www.who.int/mental_health/media/en/76.pdf?ua=1)>. Acesso em: 05 jun. 2016.

ONU (Organização das Nações Unidas). Revolução n.º 41/128, de 4 de dezembro de 1986. **Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento.** Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, EUA, 1986. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-ao-Desenvolvimento/declaracao-sobre-o-direito-ao-desenvolvimento.html>>. Acesso em: 05 maio 2016.

PERICO, Rafael Echeverri et al. **Identidade e território no Brasil.** Instituto Interamericano de Agricultura (IICA), Santiago de Chile. Servicio Agrícola Ganadero, Santiago (Chile), 2009. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/DOCS/B2219P/B2219P.PDF>>. Acesso em: 05 maio 2015.

PLATA, Ludwig Einstein Agurto; FERNANDES, Ricardo Lopes. A nova Assistência Técnica e Extensão Rural Brasileira. **Revista Perspectiva em Gestão, Educação e Tecnologia**, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <[https://fatecitapetininga.edu.br/perspectiva/pdf/artigo01\\_2.pdf](https://fatecitapetininga.edu.br/perspectiva/pdf/artigo01_2.pdf)>. Acesso em: 14 maio 2016.

PILATI, Ronaldo; PORTO, Juliana. Apostila para tratamento de dados via SPSS. USP: São Paulo, [2009?] (data de criação do arquivo registrada 22 set. 2009). Disponível em: <[https://social.stoa.usp.br/articles/0016/4637/apostila\\_SPSS\\_Porto\\_.pdf](https://social.stoa.usp.br/articles/0016/4637/apostila_SPSS_Porto_.pdf)>. Acesso em: 7 jun. 2016.

POCHMANN, Marcio. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa. **Educação e Sociedade**, v. 87, n. 25, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n87/21462.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

QUEIROZ, S.; REMY, M.; PEREIRA, J.; SILVA FILHO, L. Análise da evolução dos programas federais de transferência de renda (PBF e BPC) no Brasil e estados do Nordeste – 2004-2009. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP). **Anais...** Setembro, Caxambu (MG), 2010. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs\\_pdf/eixo\\_1/abep2010\\_2557.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/eixo_1/abep2010_2557.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2015.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e emergência de "modernidades" alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, p. 149-162, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n75/09.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

RAMOS, Edivaldo Fernandes. **As cidades médias em perspectiva**: Uma análise dos papéis e tendências de um grupo de cidades médias brasileiras. 2011. 164 f. Dissertação. Departamento de Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MPBB-8LRPMY/edivaldo\\_fernandes\\_ramos.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MPBB-8LRPMY/edivaldo_fernandes_ramos.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 22 maio 2015.

RATTNER, Henrique. Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 21-27, Fev. 1977. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n1/02>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

RIST, Gilbert. **The History of Development**: From Western Origins to Global Faith. 3 ed. Zed Books: London, England, 2008. Disponível em: <<https://pol319.wikispaces.com/file/view/Rist+History+of+Development.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

ROCHA, Altemar Amaral; FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **Atlas geográfico de Vitória da Conquista-BA**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Nuevatecnologias/Sig/19.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2015.

RUIZ, Ricardo Machado; DOMINGUES, Edson Paulo. Aglomerações econômicas no Sul-Sudeste e no Nordeste Brasileiro: estruturas, escalas e diferenciais. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 701-746, Dec. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-41612008000400002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612008000400002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 Mar. 2016.

SACHS, Ignacy. Quo vadis Brasil? in: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio. (Org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 488-501.

SACHS, Wolfgang. **The development dictionary: a guide to knowledge as power**. (Organizador). Londres, Atlantic Highlands/Zed Books, 1992. Disponível em: <<https://alearningcommons.noblogs.org/files/2013/06/Sachs-The-Development-Dictionary-A-Guide-to-Knowledge-as-Power.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

**Sociologia da Administração**. Florianópolis-SC: UFSC, 2011. p. 10-27. Disponível em: <<http://www.colocioepistemologia.com.br/ANE/ANE019c.pdf>>. Acesso em 01 jun. 2015.

SANTOS, Janio; MEIRA, Edlene de Fátima Pereira; PEREIRA, João Paulo Amorim. Urbanização e transformações nas cidades do Território de Identidade de Vitória da Conquista/BA. In: **Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos (ENG2010)**. Porto Alegre-RS, 2010. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=3454>>. Acesso em 15 jun. 2015.

SANTOS, João Paulo C.; SILVA, Karina Maria das Graças C.; PEREIRA, Simone Borges Medeiros. Tipologia dos municípios baianos com base em análise multivariada. **Textos para discussão N° 02**. Publicações SEI, 2011. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos\\_discussao/texto\\_discussao\\_02.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_02.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2015.

SANTOS, Júlia Monteiro Oliveira; SERPA, Angelo. **O território de Vitória da Conquista**. In: SERPA, Angelo (org.). Territórios da Bahia: regionalização, cultura e identidade. Salvador, EDUFBA, 2015.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4a. ed., 2a. reimpressão, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 6 ed.; Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 6, n. 11, jan/jun 2004, p. 88-125. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

SCHUURMAN, Frans J. Critical Development Theory: moving out of the twilight zone. **Third world quarterly**. v. 30, n.5, p.831-848. July 2009. Disponível em: <<http://web.a.ebscohost.com.ez10.periodicos.capes.gov.br/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=934156d8-c5d9-4bbb-89e6-0116f4768d62%40sessionmgr4004&vid=1 &hid=4214#>>. Acesso em: 02 maio 2015.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Indicadores especiais**: IPE/IPS. [online]. 2013a. Disponível em:<[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1469&Itemid=364](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1469&Itemid=364)>. Acesso em: 11 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Projeções populacionais para a Bahia: 2010-2030. Boletim Especial, Salvador, dez. 2013b. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/images/publicações/download/projeções\\_populacionais/projecoes\\_populacionais.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images/publicações/download/projeções_populacionais/projecoes_populacionais.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Perfil dos Territórios de Identidade. v.1. Salvador: SEI, 2015. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/perfil\\_dos\\_territorios/ptib\\_vol\\_01.zip](http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/perfil_dos_territorios/ptib_vol_01.zip)>. Acesso em: 17 fev. 2016.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova**, Abr., n. 28-29, p. 313-334. 1993. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451993000100016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100016&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SEPLAN. **Territórios de Identidade**. (página da Internet). Salvador, [2008]. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

SERPA, Agnelo. **Territórios da Bahia**: regionalização, cultura e identidade. Agnelo Serpa (org.). Salvador: EDUFBA, 2015.

SEVILLA BUITRAGO, Álvaro. Hegemonía, gubernamentalidad, território: apuntes metodológicos para una historia social de la planificación. **Empiria. Revista de metodología de ciencias sociales**, n. 27, p. 49-72, Madrid, 2014. ISSN: 1139-5737. Disponível em: <[http://oa.upm.es/30322/1/Sevilla\\_Buitrago\\_Hegemon%C3%ADa%2C\\_gubernamentalidad%2C\\_territorio.pdf](http://oa.upm.es/30322/1/Sevilla_Buitrago_Hegemon%C3%ADa%2C_gubernamentalidad%2C_territorio.pdf)>. Acesso em: 10. abr. 2015

SHESKIN, David J. Handbook of parametric and nonparametric statistical procedures. 2a. ed., CHAPMAN e HALL/CRC, New York, 2000.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. Crescimento Demográfico no Estado da Bahia, 2000 A 2010: Uma Contribuição Estatístico-Cartográfica. **GeoTextos**, v. 7, n. 2, dez. 2011. p. 179-208. Disponível em: < <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/5650/4083>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Bolsa Família**: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. (Grupo de Avaliação e Estudos da Pobreza e das Políticas Direcionadas à Pobreza, GAEPP - Artigos Científicos). 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/157/1/O%20BOLSA%20FAMILIA.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

SOARES, Bárbara Cobo. **Sistemas focalizados de transferência de renda**: contextos e desafios ao bem estar. 2010. 269 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/Barbara\\_Cobo.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/Barbara_Cobo.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2015.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004. **Revista Econômica**, v. 8, n. 1, 2006. Disponível em: < <http://www.revistaeconomica.uff.br/index.php/revistaeconomica/article/viewFile/159/134>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. et al. Conditional cash transfers in Brazil, Chile and Mexico: impacts upon inequality. **Estudios Económicos**. Número extraordinário. México, 2009. Disponível em: <[http://carnegieendowment.org/files/conditional\\_cash\\_transfers1.pdf](http://carnegieendowment.org/files/conditional_cash_transfers1.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2015.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. London: SAGE Publications, 1995.

STERN, Nicholas. A Strategy for development. In: PLESKOVIC, Boris; STERN, Nicholas. **Annual World Bank Conference on Development Economics-2001**. Washington, DC: The World Bank. 2002. Disponível em: < <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/dipes-fundaj/uploads/20121129023744/cavalcanti1.pdf#page=15>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

STEWART, Frances; SAMMAN, Emma. **Inequality and development**: an overview. Ottawa, Canada: IDRC Digital Library, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10625/51548>>. Acesso em: 02 maio 2016.

SUDENE- SUPERINTENDÊNCIA, DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **I plano diretor de desenvolvimento econômico e social do nordeste 1961-1963**. Recife: SUDENE, 1966. Disponível em: < <http://www.sudene.gov.br/acervo>>. Acesso em 30 mar. 2015.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; NASCIMENTO, Marco César Ribeiro; ANTONIALLI, Luiz Marcelo. Perfil de estudos em Administração que utilizaram triangulação metodológica: uma análise dos anais do EnANPAD de 2007 a 2011. **Rev. Adm. (São Paulo)**, São Paulo, v. 48, n. 4, p. 800-812, Dez. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-21072013000400013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-21072013000400013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 Nov. 2016.

TEIXEIRA, Francisco. Políticas públicas para o desenvolvimento regional e local: o que podemos aprender com os arranjos produtivos locais (APLS)?. *Organ. Soc.*, Salvador, v. 15, n. 46, p. 57-75, Set. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v15n46/03.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

TEIXEIRA, Francisco Lima Cruz; GUERRA, Oswaldo; ARAÚJO, Sílvio. Limites para uma dinâmica endógena na economia baiana. in: **Bahia Análise & Dados**, v. 21, n. 2, Salvador: abr/jun, 2011. Disponível em: < [http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/aed/a&d\\_20anos.zip](http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/aed/a&d_20anos.zip)>. Acesso em: 31 mar. 2014.

TEIXEIRA, Francisco Lima Cruz; SOUSA, Sílvio Vanderlei Araújo. Desigualdade, emprego e aglomerações produtivas: análise da dinâmica dos territórios de identidade da Bahia. **Bahia Análise & Dados**, v.26, n. 1, jan/jun 2016. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2016. p. 9-32.

TODARO, Michae; SMITH, Stephen. **Economic Development**. 11a. Ed. Pearson Series in Economics, 2011. Disponível em: < <http://eco.eco.basu.ac.ir/BasuContentFiles/57/57304a77-1269-4081-bd5b-4c66b84b06a4.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento Econômico Regional: Uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 8, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679/296>>. Acesso em: 03 maio 2015.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. *Interações (Campo Grande)*, v. 8, n. 13, p. 77-87, Set./ 2006. Campo Grande, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S1518-70122006000200009&pid=S1518-70122006000200009&pdf\\_path=inter/v8n13/a09v8n13.pdf](http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S1518-70122006000200009&pid=S1518-70122006000200009&pdf_path=inter/v8n13/a09v8n13.pdf)>. Acesso em 01 jun. 2015.



WALSH, Catherine. Development as buen vivir: institutional arrangements and (de)colonial entanglements. **Development**. n. 53 (1), p. 15-21. 2010. Disponível em: <[http://www.desenredando.org/public/varios/2011/Walsh\\_Development\\_as\\_Buen\\_Vivir.pdf](http://www.desenredando.org/public/varios/2011/Walsh_Development_as_Buen_Vivir.pdf)>. Acesso em: 05 maio 2016.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Violating ignorability of treatment by controlling for too many factors. **Econometric Theory**. v. 5, Out. , p.1026-1028. Cambridge University Press, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org.ez10.periodicos.capes.gov.br/10.1017/S0266466605050516>>. Acesso em: 12 maio 2015.

YEASMIN, Sabina; RAHMAN, Khan Ferdousour. 'Triangulation' Research Method as the Tool of Social Science Research. **BUP JOURNAL**, v. 1, n. 1, Set. 2012. Disponível em: <<http://www.bup.edu.bd/journal/154-163.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZIONI, Fabiola. Exclusão social: noção ou conceito?. **Saúde e Sociedade**, São Paulo , v. 15, n. 3, p. 15-29, Dec. 2006 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf /sausoc/v15n3/03.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

ZYLBERBERG, Raphael Simas. **Transferência de renda, estrutura produtiva e desigualdade**: uma análise inter-regional para o Brasil. 2008. 105f. Dissertação (Mestrado em Economia das Instituições e do Desenvolvimento). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-14012009-155225/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

**APÊNDICE A - MODELO DE ANÁLISE**

<b>Conceito</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Componente</b>	<b>Indicador</b>	<b>Fonte</b>	<b>Instrumento de Coleta</b>	<b>Técnica de tratamento</b>
<b>Desenvolvimento Territorial</b>	<b>Social</b>	Capacidades para os indivíduos	IDHM	PNUD	Documentos – Dados Secundários	Estatística descritiva e Inferencial
		Desigualdade de Renda	Coeficiente de Gini	PNUD	Documentos – Dados Secundários	Estatística descritiva e Inferencial
		Oferta de Serviços	IPS	SEI	Documentos – Dados Secundários	Estatística descritiva e Inferencial
		Segregação e Exclusão	Desigualdade intraterritorial na percepção dos atores representativos do Território de Identidade	Atores	Entrevista semiestruturada	Análise de Conteúdo
		Qualidade de Vida	Desigualdade intraterritorial na percepção dos atores representativos do Território de Identidade	Atores	Entrevista semiestruturada	Análise de Conteúdo

	Econômica	Taxa de crescimento média per capita	PIB per capita	IBGE	Documentos – Dados Secundários	Estatística descritiva e Inferencial
		Oferta de Serviços	IPE	SEI	Documentos – Dados Secundários	Estatística descritiva e Inferencial
		Economia doméstica	Desigualdade intraterritorial na percepção dos atores representativos do Território de Identidade	Atores	Entrevista semiestruturada	Análise de Conteúdo
		Oportunidades para economia local	Desigualdade intraterritorial na percepção dos atores representativos do Território de Identidade	Atores	Entrevista semiestruturada	Análise de Conteúdo
	Operacional No âmbito dos PTR	Recursos Financeiros	Valores repassados por município para transferência de renda	IPEA	Documentos – Dados Secundários	Estatística descritiva e Inferencial
		Assistência	Número de CRAS, CREAS, CENTROS POP, Vagas de acolhimento Unidades básicas de saúde Escolas Fundamentais em tempo integral	MDS	Documentos – Dados Secundários	Estatística descritiva e Inferencial
		Trabalho	Número de matrículas no PRONATEC, Repasse ACESSUAS Trabalho	MDS	Documentos – Dados Secundários	Estatística descritiva e Inferencial

## **APÊNDICE B - ALGUNS PROGRAMAS SOCIAIS ANTERIORES AO BOLSA FAMÍLIA**

- Rede de Proteção Social, iniciado em 1995 no mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso.
- Programa Comunidade Solidária, iniciado em 1995 no mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso pelo Decreto 1366 12/01/1995 sob a responsabilidade da Casa Civil da Presidência da República e encerrado em 2002.
- Renda Mínima, iniciado em 1997 no mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso pela Lei 9533/1997.
- Vale Gás, iniciado em 2001 no mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso sob a responsabilidade do Ministério de Minas e Energia.
- Bolsa Alimentação, iniciado em 2001 no mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso sob a responsabilidade do Ministério da Saúde.
- Bolsa Escola, iniciado em 2001 no mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, sob a responsabilidade do Ministério da Educação.
- Fome Zero, iniciado em 2003 no mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em substituição ao Programa Comunidade Solidária e sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

**APÊNDICE C - PIB DOS MUNICÍPIOS DO TISB (R\$ 1.000,00), 2000-2012.**

<b>Município</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Anagé	31.123	33.069	36.126	38.834	39.742	48.658	55.450	62.875	67.236	75.065	88.734	96.683	94.300
Aracatu	15.693	17.755	19.223	21.794	23.313	27.788	28.947	32.335	36.142	43.417	50.915	55.379	58.957
Barra do Choça	63.958	102.099	130.001	124.650	108.833	179.553	249.339	263.593	275.041	288.053	249.539	336.313	280.783
Belo Campo	19.226	21.185	25.969	31.277	36.965	41.041	41.367	49.404	49.939	54.704	64.221	69.193	75.596
Bom Jesus da Serra	9.169	9.593	11.004	12.890	11.320	17.271	19.260	21.946	26.354	31.175	34.873	35.757	39.179
Caetanos	11.348	11.779	13.198	14.903	15.925	21.710	22.785	23.509	26.947	30.190	38.849	42.954	49.671
Cândido Sales	34.236	39.325	58.670	82.331	106.012	93.443	89.582	93.102	91.431	94.434	108.676	124.655	124.610
Caraibas	15.450	17.718	19.050	21.608	19.742	20.482	23.045	25.515	28.886	32.415	37.534	39.699	44.903
Condeúba	20.504	23.025	25.604	31.810	36.271	41.624	45.293	54.670	58.595	65.078	73.537	77.336	87.137
Cordeiros	9.040	10.736	10.920	12.455	13.462	14.781	17.459	21.666	23.810	27.588	31.343	33.635	36.638
Encruzilhada	41.618	54.863	64.508	67.593	65.859	88.674	93.242	105.504	103.650	109.669	120.102	149.639	139.993
Guajeru	11.710	13.721	13.693	16.145	18.186	22.390	20.617	20.446	25.115	29.918	35.935	37.878	31.836
Jacaraci	17.331	18.977	23.461	25.808	29.082	32.066	33.377	39.420	42.205	49.673	54.655	57.985	62.551
Licínio de Almeida	17.859	17.988	25.439	26.652	32.183	32.992	36.622	41.250	44.206	52.036	56.792	61.764	64.188
Maetinga	12.117	14.148	14.597	16.934	18.038	22.471	22.511	21.950	21.173	23.705	26.679	28.919	29.959
Mirante	11.438	12.939	13.655	16.075	17.987	21.346	21.464	20.402	22.190	26.798	35.679	36.275	38.933
Mortugaba	18.174	16.741	19.950	22.041	24.704	30.800	34.239	38.155	43.082	45.785	50.098	55.585	56.275
Piripá	17.025	18.622	20.003	22.795	24.983	30.343	30.598	31.550	34.520	36.837	41.856	44.443	49.400
Planalto	32.431	36.490	42.255	51.191	63.624	72.764	77.771	86.054	93.248	111.365	115.433	134.175	136.609
Poções	64.525	70.622	84.135	99.577	121.770	145.412	150.731	169.803	184.621	217.165	235.616	252.873	266.506
Pres. Jânio Quadros	14.880	17.552	18.614	21.617	23.383	29.121	30.813	34.191	34.700	40.264	46.117	48.931	50.755
Ribeirão do Largo	24.868	32.223	32.552	35.259	32.956	44.130	45.620	49.077	55.374	63.917	55.956	63.230	62.225
Tremedal	23.328	24.723	26.199	30.056	32.760	38.592	41.360	49.616	52.642	58.215	62.766	67.002	71.555
Vitória da Conquista	774.336	871.286	1.063.496	1.164.546	1.382.320	1.796.270	2.003.087	2.363.426	2.650.249	3.190.123	3.491.076	3.833.726	3.955.643

Fonte: IBGE (2013)

**APÊNDICE D - PIB PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS DO TISB, (R\$), 2000-2012.**

<b>Município</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Anagé	1.002,03	814,09	1.252,03	1.395,40	1.547,53	1.986,69	2.375,95	2.445,36	2.603,73	2.971,46	3.477,58	3.859,75	4.741,31
Aracatu	1.013,04	1.147,41	1.240,43	1.406,16	1.503,58	1.791,85	1.866,22	2.294,08	2.503,43	3.032,76	3.704,80	4.059,75	4.353,64
Barra do Choça	1.566,91	2.387,16	2.942,60	2.725,25	2.220,45	3.532,70	4.741,82	8.113,80	8.483,94	9.136,71	7.173,13	9.585,94	7.909,16
Belo Campo	1.088,98	1.173,29	1.414,36	1.673,64	1.907,77	2.077,39	2.055,50	3.237,06	3.237,12	3.602,50	4.008,55	4.347,66	4.289,13
Bom Jesus da Serra	873,07	908,94	1.042,05	1.217,53	1.063,51	1.617,89	1.799,16	2.131,71	2.489,04	2.944,37	3.448,33	3.556,49	3.871,44
Caetanos	867,85	873,23	971,51	1.078,21	1.112,24	1.487,70	1.533,41	1.936,97	2.175,07	2.453,08	2.848,38	3.129,16	3.327,82
Cândido Sales	1.200,59	1.354,91	1.984,98	2.740,71	3.413,69	2.955,56	2.785,51	3.483,44	3.345,81	3.474,39	3.892,69	4.492,56	4.846,56
Caraibas	900,14	1.027,13	1.097,22	1.735,86	1.561,74	2.130,88	2.514,46	2.420,55	2.710,01	3.088,61	3.671,88	3.950,94	4.545,30
Condeúba	1.136,14	1.274,49	1.416,31	1.758,14	2.001,38	2.294,60	2.494,52	3.215,13	3.446,76	3.781,41	4.351,82	4.591,85	5.001,84
Cordeiros	1.103,38	1.377,65	1.423,17	1.675,86	1.943,97	2.224,38	2.739,53	2.543,55	2.697,71	3.105,71	3.837,29	4.099,33	4.443,66
Encruzilhada	1.264,06	1.599,83	1.824,48	1.852,57	1.694,95	2.207,58	2.250,10	4.697,84	4.738,29	5.292,91	5.053,52	6.243,28	6.228,00
Guajeru	912,28	1.021,74	996,51	1.140,10	1.208,93	1.441,63	1.288,24	2.825,20	2.725,15	3.206,65	3.451,31	3.773,08	3.467,22
Jacaraci	1.281,88	1.409,46	1.746,65	1.927,26	2.185,79	2.418,80	2.526,46	2.695,38	2.879,71	3.347,91	4.003,74	4.243,63	4.313,86
Licínio de Almeida	1.446,19	1.485,63	2.122,92	2.256,16	2.809,27	2.930,28	3.309,12	3.259,32	3.365,51	3.940,63	4.613,11	5.023,51	5.232,15
Maetinga	885,36	1.006,26	1.015,23	1.152,05	1.173,43	1.427,18	1.397,59	2.496,30	2.511,03	3.006,72	3.790,71	4.412,42	4.953,54
Mirante	836,97	899,79	921,51	1.047,03	1.091,71	1.248,52	1.212,66	2.213,28	2.500,00	3.199,76	3.395,74	3.533,85	3.931,83
Mortugaba	1.442,61	1.333,31	1.591,80	1.762,86	1.986,01	2.483,07	2.767,91	2.799,75	2.969,53	3.116,32	4.015,23	4.448,22	4.797,94
Piripá	1.055,62	1.107,53	1.154,24	1.274,32	1.310,82	1.539,71	1.504,70	2.425,43	2.538,80	2.764,50	3.274,35	3.553,73	4.042,88
Planalto	1.494,03	1.703,55	1.981,57	2.420,72	3.062,67	3.537,90	3.818,48	4.021,78	4.214,22	5.027,54	4.715,21	5.433,51	5.547,12
Poções	1.459,41	1.571,89	1.846,89	2.156,37	2.564,33	3.016,22	3.081,74	3.800,60	3.994,05	4.681,29	5.270,93	5.654,20	5.805,85
Pres. Jânio Quadros	872,98	1.010,19	1.054,08	1.204,63	1.261,01	1.542,92	1.605,18	2.309,73	2.471,69	2.833,10	3.378,04	3.628,82	3.948,58
Ribeirão do Largo	1.625,04	2.090,77	2.006,53	2.117,66	1.878,16	2.445,82	2.462,75	3.393,98	3.789,62	4.399,57	6.505,00	7.288,76	5.964,82
Tremedal	1.100,38	1.170,49	1.242,37	1.428,79	1.565,44	1.849,52	1.987,79	2.685,87	2.814,18	3.158,19	3.685,83	3.989,16	4.031,27
Vitória da Conquista	2.949,92	3.260,94	3.933,57	4.249,92	4.907,34	6.282,27	6.906,20	7.668,38	8.443,03	10.003,49	11.376,55	12.361,71	12.522,45

Fonte: IBGE (2013)

## APÊNDICE E - VALORES DO BPC PARA DEFICIENTES (BPC-D), 2004-2012

MUNICÍPIO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Anagé	110.920,75	126.478,80	147.558,60	161.234,69	170.841,69	183.670,02	208.470,02	227.133,36	292.804,69
Aracatu	42.280,37	48.784,67	58.936,11	65.893,76	67.957,00	82.188,75	95.752,50	111.043,75	131.242,00
Barra do Choça	59.244,73	70.918,47	89.940,48	106.421,76	129.480,00	165.075,00	196.350,00	208.735,00	264.350,00
Belo Campo	51.935,00	62.031,85	74.481,96	83.535,36	95.450,00	109.740,00	129.540,00	148.240,00	171.050,00
Bom Jesus da Serra	9.395,64	11.744,46	13.350,54	16.020,48	21.995,00	32.085,00	39.780,00	47.960,00	58.748,00
Caetanos	3.640,00	2.100,00	2.107,98	4.195,84	11.620,00	15.345,00	21.420,00	23.980,00	28.612,00
Cândido Sales	91.346,50	103.592,16	122.965,50	136.174,08	159.360,00	187.860,00	217.260,00	232.170,00	279.900,00
Caraibas	6.240,00	6.600,00	9.837,24	11.443,20	16.600,00	19.995,00	23.970,00	29.975,00	23.014,00
Condeúba	73.338,19	89.438,58	111.020,28	130.452,48	151.475,00	183.210,00	208.080,00	226.720,00	265.408,00
Cordeiros	33.406,72	38.244,78	47.078,22	51.494,40	55.610,00	42.780,00	55.080,00	58.860,00	63.444,00
Encruzilhada	44.415,75	51.193,81	64.293,39	73.999,36	81.755,00	98.580,00	115.260,00	125.895,00	146.163,78
Guajeru	521,98	602,28	702,66	762,88	415,00	465,00	1.020,00	1.090,00	1.244,00
Jacaraci	58.983,74	68.358,78	81.736,92	96.370,82	106.094,75	113.762,25	126.301,50	131.154,25	145.952,30
Licínio de Almeida	31.800,64	30.716,29	35.484,33	33.185,28	35.275,00	42.315,00	49.113,00	58.440,35	68.563,06
Maetinga	6.785,74	8.733,06	11.242,56	13.731,84	19.090,00	22.320,00	25.500,00	31.610,00	39.808,00
Mirante	6.500,00	6.900,00	4.918,62	6.103,04	11.205,00	13.950,00	23.460,00	26.705,00	32.966,00
Mortugaba	12.788,51	17.164,98	28.809,06	37.762,56	44.405,00	53.010,00	63.240,00	73.030,00	85.649,40
Piripá	18.269,30	21.380,94	28.809,06	34.711,04	38.180,00	45.244,50	55.233,00	63.383,50	64.688,00
Planalto	89.780,56	101.785,32	119.803,53	126.256,64	149.400,00	171.321,00	203.235,00	219.363,00	256.388,40
Poções	263.470,19	304.753,68	365.383,20	408.522,64	470.610,20	532.890,20	607.920,80	655.635,60	755.108,16
Pres. Jânio Quadros	45.412,26	54.506,34	64.996,05	70.947,84	78.020,00	88.350,00	99.960,00	107.365,00	121.912,00
Ribeirão do Largo	2.340,00	1.800,00	1.053,99	3.432,96	7.470,00	12.555,00	17.340,00	25.070,00	36.076,00
Tremedal	45.412,26	53.301,78	66.050,04	73.617,92	86.735,00	96.720,00	123.420,00	132.435,00	159.667,00
Vitória da Conquista	887.002,49	1.060.215,55	1.280.610,54	1.449.981,86	1.672.563,91	1.949.348,00	2.262.386,02	2.543.322,03	3.032.560,22
Total do Território	1.995.231,32	2.341.346,58	2.831.170,86	3.196.252,73	3.681.607,55	4.262.779,72	4.969.091,84	5.509.315,84	6.525.319,01

Fonte: IPEADATA/MDS (2013)

## APÊNDICE F - VALORES DO BPC PARA IDOSOS (BPC-I), 2004-2012

MUNICÍPIO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Anagé	52.717,97	59.321,57	68.506,34	74.759,23	79.261,00	89.276,00	99.445,00	103.005,00	148.036,00
Aracatu	6.002,76	7.227,36	8.431,92	8.773,12	8.301,00	10.696,00	14.790,00	18.530,00	23.636,00
Barra do Choça	47.761,17	58.501,46	78.346,59	95.741,44	117.030,00	143.220,00	169.320,00	193.475,00	235.738,00
Belo Campo	19.574,25	24.994,62	33.727,68	40.051,20	47.310,00	63.844,50	75.123,00	81.368,50	108.228,00
Bom Jesus da Serra	8.873,66	11.744,46	14.755,86	19.453,44	24.485,00	34.875,00	43.350,00	55.590,00	61.578,00
Caetanos	5.460,00	1.800,00	2.107,98	3.432,96	7.885,00	10.695,00	15.810,00	19.075,00	23.636,00
Cândido Sales	41.236,42	54.506,34	72.373,98	81.628,16	103.750,00	127.410,00	152.490,00	168.405,00	208.785,00
Caraibas	3.640,00	3.300,00	3.161,97	4.958,72	7.470,00	10.230,00	16.830,00	20.165,00	12.440,00
Condeúba	28.969,89	35.534,52	43.213,59	45.772,80	56.440,00	78.120,00	83.640,00	89.380,00	106.984,00
Cordeiros	12.005,54	15.358,14	19.674,48	19.720,45	23.115,50	23.575,50	25.857,00	25.615,00	24.258,00
Encruzilhada	44.368,30	58.120,02	68.860,68	77.050,88	86.735,00	108.926,25	124.567,50	138.021,25	162.292,00
Guajeru	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	622,00
Jacaraci	27.925,93	32.824,26	39.348,96	41.576,96	43.990,00	47.430,00	51.510,00	51.775,00	55.980,00
Licínio de Almeida	13.571,48	18.971,82	24.241,77	30.133,76	34.445,00	42.780,00	49.470,00	53.410,00	67.176,00
Maetinga	3.392,87	4.215,96	3.864,63	4.195,84	4.565,00	7.440,00	8.160,00	9.265,00	10.574,00
Mirante	5.720,00	7.500,00	5.972,61	11.824,64	15.355,00	20.925,00	30.600,00	35.425,00	42.296,00
Mortugaba	7.307,72	9.636,48	12.296,55	14.113,28	16.185,00	21.390,00	25.500,00	29.430,00	34.210,00
Piripá	11.744,55	12.045,60	15.458,52	22.504,96	26.145,00	35.340,00	44.880,00	49.595,00	51.004,00
Planalto	110.920,75	135.211,86	167.935,74	193.390,08	229.495,00	273.885,00	310.080,00	329.180,00	404.922,00
Poções	307.385,65	374.012,87	473.589,33	540.878,10	620.005,85	734.695,35	827.928,90	908.347,00	1.039.985,02
Pres. Jânio Quadros	18.530,29	21.079,80	26.701,08	27.463,68	29.465,00	34.410,00	36.210,00	36.515,00	41.674,00
Ribeirão do Largo	2.600,00	1.500,00	702,66	2.670,08	4.980,00	6.975,00	10.710,00	11.990,00	16.221,37
Tremedal	33.406,72	38.847,06	46.024,23	48.824,32	52.705,00	58.125,00	68.340,00	75.755,00	88.324,00
Vitória da Conquista	970.583,64	1.215.372,20	1.505.439,52	1.729.706,14	2.044.319,85	2.429.759,05	2.802.593,00	3.116.299,80	3.637.449,08
Total do Território	1.783.699,56	2.201.626,40	2.734.736,67	3.138.624,24	3.683.438,20	4.414.022,65	5.087.204,40	5.619.616,55	6.606.048,47

Fonte: IPEADATA/MDS (2013)



**APÊNDICE G - VARIÁVEL PTR (BPCD+BPCI+PBF), 2004-2012.**

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Anagé	314.149,72	414.021,37	489.606,94	602.426,92	640.230,69	706.504,02	722.093,02	822.718,36	995.502,69
Aracatu	167.410,13	176.533,03	183.752,03	228.999,88	258.369,00	297.853,75	329.182,50	388.221,75	471.544,00
Barra do Choça	314.058,90	414.098,93	461.443,07	541.435,20	599.344,00	736.608,00	833.599,00	1.049.789,00	1.357.487,00
Belo Campo	192.131,25	222.895,47	247.744,64	289.464,56	324.013,00	384.680,50	412.507,00	520.412,50	625.352,00
Bom Jesus da Serra	102.605,30	118.459,92	132.094,40	154.313,92	181.059,00	204.384,00	237.335,00	311.944,00	420.880,00
Caetanos	87.469,00	94.128,00	114.897,96	138.168,80	161.311,00	201.963,00	222.883,00	273.705,00	337.442,00
Cândido Sales	250.302,92	279.774,50	453.708,48	519.557,24	586.045,00	673.661,00	740.204,00	909.738,00	1.121.593,00
Caraibas	129.945,00	128.453,00	143.586,21	182.193,92	205.950,00	245.602,00	240.127,00	274.454,00	322.534,00
Condeúba	219.135,08	247.695,10	322.634,87	375.837,28	422.800,00	500.865,00	528.060,00	620.906,00	872.122,00
Cordeiros	96.678,26	109.950,92	145.724,70	162.878,85	172.107,50	180.499,50	204.018,00	227.117,00	255.598,00
Encruzilhada	308.948,05	327.319,83	368.729,07	410.832,24	451.439,00	557.613,25	583.159,50	681.534,25	780.601,78
Guajeru	58.502,98	85.487,28	82.178,66	93.697,88	108.793,00	124.133,00	132.054,00	160.310,00	228.110,00
Jacaraci	171.998,67	185.039,04	247.250,88	287.228,78	314.850,75	339.368,25	355.763,50	406.757,25	506.808,30
Licínio de Almeida	142.495,12	154.451,11	171.827,10	188.964,04	201.880,00	236.524,00	260.170,00	314.768,35	380.125,06
Maetinga	86.724,61	87.490,02	88.430,19	105.508,68	127.996,00	150.117,00	152.736,00	176.541,00	238.810,00
Mirante	95.112,00	119.295,00	122.526,23	142.272,68	157.650,00	181.721,00	207.331,00	250.926,00	312.268,00
Mortugaba	107.202,23	124.498,46	155.764,61	174.984,84	206.403,00	233.345,00	256.165,00	301.780,00	366.265,40
Piripá	106.453,85	107.555,54	131.426,58	162.010,00	189.719,00	231.978,50	251.443,00	298.416,50	375.316,00
Planalto	356.262,31	395.803,18	492.635,27	561.593,72	647.616,00	739.944,00	810.210,00	963.127,00	1.180.468,40
Poções	929.937,84	1.084.908,55	1.275.135,53	1.446.455,74	1.603.521,05	1.849.409,55	2.080.507,70	2.455.580,60	2.855.447,18
Pres. Jânio Quadros	187.494,55	202.187,14	211.873,13	248.160,52	291.574,00	353.279,00	356.613,00	423.560,00	639.338,00
Ribeirão do Largo	97.301,00	102.452,00	118.668,65	151.047,04	175.718,00	223.525,00	230.957,00	288.490,00	322.179,37
Tremedal	175.730,98	187.086,84	290.761,27	354.702,24	397.295,00	456.086,00	481.383,00	543.836,00	748.237,00
Vitória da Conquista	2.888.819,13	3.413.958,75	4.002.319,06	4.876.021,00	5.531.475,76	6.845.438,05	7.563.168,02	8.973.237,83	10.741.127,30
Total do Território	7.586.868,88	8.783.542,98	10.454.719,53	12.398.755,97	13.957.159,75	16.655.102,37	18.191.669,24	21.637.870,39	26.455.156,48

Fonte: IPEADATA/MDS (2013)

## APÊNDICE H - PARTICIPAÇÃO DA VARIÁVEL PTR NO PIB POR MUNICÍPIO, 2004-2012.

MUNICÍPIO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Anagé	0,790%	0,851%	0,883%	0,958%	0,952%	0,941%	0,814%	0,851%	1,056%
Aracatu	0,718%	0,635%	0,635%	0,708%	0,715%	0,686%	0,647%	0,701%	0,800%
Barra do Choça	0,289%	0,231%	0,185%	0,205%	0,218%	0,256%	0,334%	0,312%	0,483%
Belo Campo	0,520%	0,543%	0,599%	0,586%	0,649%	0,703%	0,642%	0,752%	0,827%
Bom Jesus da Serra	0,906%	0,686%	0,686%	0,703%	0,687%	0,656%	0,681%	0,872%	1,074%
Caetanos	0,549%	0,434%	0,504%	0,588%	0,599%	0,669%	0,574%	0,637%	0,679%
Cândido Sales	0,236%	0,299%	0,506%	0,558%	0,641%	0,713%	0,681%	0,730%	0,900%
Caraibas	0,658%	0,627%	0,623%	0,714%	0,713%	0,758%	0,640%	0,691%	0,718%
Condeúba	0,604%	0,595%	0,712%	0,687%	0,722%	0,770%	0,718%	0,803%	1,001%
Cordeiros	0,718%	0,744%	0,835%	0,752%	0,723%	0,654%	0,651%	0,675%	0,698%
Encruzilhada	0,469%	0,369%	0,395%	0,389%	0,436%	0,508%	0,486%	0,455%	0,558%
Guajeru	0,322%	0,382%	0,399%	0,458%	0,433%	0,415%	0,367%	0,423%	0,717%
Jacaraci	0,591%	0,577%	0,741%	0,729%	0,746%	0,683%	0,651%	0,701%	0,810%
Licínio de Almeida	0,443%	0,468%	0,469%	0,458%	0,457%	0,455%	0,458%	0,510%	0,592%
Maetinga	0,481%	0,389%	0,393%	0,481%	0,605%	0,633%	0,572%	0,610%	0,797%
Mirante	0,529%	0,559%	0,571%	0,697%	0,710%	0,678%	0,581%	0,692%	0,802%
Mortugaba	0,434%	0,404%	0,455%	0,459%	0,479%	0,510%	0,511%	0,543%	0,651%
Piripá	0,426%	0,354%	0,430%	0,514%	0,550%	0,630%	0,601%	0,671%	0,760%
Planalto	0,560%	0,544%	0,633%	0,653%	0,695%	0,664%	0,702%	0,718%	0,864%
Poções	0,764%	0,746%	0,846%	0,852%	0,869%	0,852%	0,883%	0,971%	1,071%
Pres. Jânio Quadros	0,802%	0,694%	0,688%	0,726%	0,840%	0,877%	0,773%	0,866%	1,260%
Ribeirão do Largo	0,295%	0,232%	0,260%	0,308%	0,317%	0,350%	0,413%	0,456%	0,518%
Tremedal	0,536%	0,485%	0,703%	0,715%	0,755%	0,783%	0,767%	0,812%	1,046%
Vitória da Conquista	0,209%	0,190%	0,200%	0,206%	0,209%	0,215%	0,217%	0,234%	0,272%

Fonte: IPEADATA/MDS (2013), IBGE (2013) – Calculado pelo Autor

## APÊNDICE I - TESTES DE NORMALIDADE PARA AS VARIÁVEIS – COM DADOS BRUTOS

### 1. VARIÁVEL PTR

- a. Teste de D'Agostino para os valores do PTR
  - D (Desvio): 0.1535
  - Valores críticos 5%: 0.2638 a 0.2865
  - Valores críticos 1%: 0.2557 a 0.2871
  - $p = p < 0.01$
  - Resultado: Hipótese de nulidade foi rejeitada, valor menor que 0,2865. Ou seja, a amostra não é derivada de uma população normalmente distribuída
  
- b. Teste de D'Agostino-Pearson para os valores do PTR
  - G1: 4.3568
  - G2: 19.9787
  - Zg1: 6.8022
  - Zg2: 4.7789
  - K2: 69.1072
  - Graus de liberdade: 2
  - $p = < 0.0001$
  - Resultado: Hipótese de nulidade foi rejeitada, p-valor  $< 0.0001$ . Ou seja, a amostra não é derivada de uma população normalmente distribuída.
  
- c. Teste de Kolmogorov-Smirnov para os valores do PTR
  - Desvio máximo: 0.6984
  - Valor crítico unilateral (0.05): 0.2420
  - Valor crítico unilateral (0.01): 0.3010
  - p (valor) unilateral  $< 0.01$
  - Valor crítico bilateral (0.05): 0.2690
  - Valor crítico bilateral (0.01): 0.3230
  - p (valor) bilateral  $< 0.01$

- Resultado: Visto que o valor p deste teste foi menor que o alfa escolhido, então rejeita-se a hipótese nula, concluindo que a população não possui distribuição normal.

## 2. VARIÁVEL IDHM

### a. Teste de D'Agostino para os valores do IDHM

- D (Desvio) = 0.2729
- Valores críticos 5%: 0.2638 a 0.2865
- Valores críticos 1%: 0.2557 a 0.2871
- $p = ns$
- Resultado: Hipótese de nulidade foi aceita. Os dados apresentam distribuição normal.

### b. Teste de D'Agostino-Pearson para os valores do IDHM

- G1: 1.0225
- G2: 0.7757
- Zg1: 2.5663
- Zg2: 0.9979
- K2: 7.5816
- Graus de liberdade: 2
- $p = 0.0226$
- Resultado: O p-valor  $>0.0001$ , logo a hipótese de nulidade foi aceita. A variável estudada apresenta dados com distribuição normal.

## 3. VARIÁVEL COEFICIENTE DE GINI

### a. Teste de D'Agostino para os valores do Coeficiente de Gini

- D (Desvio): 0.2793
- Valores críticos 5%: 0.2638 a 0.2865
- Valores críticos 1%: 0.2557 a 0.2871
- $p: ns$
- Resultado: Hipótese de nulidade foi aceita. Os dados apresentam distribuição normal.

b. Teste de D'Agostino-Pearson para os valores do Coeficiente de Gini

- $G1 = -0.5195$
- $G2 = 0.5531$
- $Zg1 = -1.3868$
- $Zg2 = 0.8061$
- $K2 = 2.5728$
- Graus de liberdade = 2
- $p = 0.2763$
- Resultado: O p-valor  $>0.0001$ , logo a hipótese de nulidade foi aceita. A variável estudada apresenta dados com distribuição normal.

#### 4. VARIÁVEL IPE

a. Teste de D'Agostino para os valores do IPE

- Tamanho da amostra = 24
- $D$  (Desvio) = 0.2243
- Valores críticos 5%: 0.2638 a 0.2865
- Valores críticos 1%: 0.2557 a 0.2871
- $p = p < 0.01$
- Resultado: Hipótese de nulidade foi rejeitada, os dados não apresentam distribuição normal.

b. Teste de D'Agostino-Pearson para os valores do IPE

- $G1 = 2.8974$
- $G2 = 11.4903$
- $Zg1 = 5.4571$
- $Zg2 = 4.0646$
- $K2 = 46.3017$
- Graus de liberdade = 2
- $p = < 0.0001$
- Resultado: O p-valor  $<0.0001$ , rejeita-se a hipótese de nulidade. A variável estudada não apresenta distribuição normal.

## 5. VARIÁVEL IPS

### a. Teste de D'Agostino para os valores do IPS

- $D$  (Desvio) = 0.2469
- Valores críticos 5%: 0.2638 a 0.2865
- Valores críticos 1%: 0.2557 a 0.2871
- $p = p < 0.01$
- Resultado: Hipótese de nulidade foi rejeitada, os dados não apresentam distribuição normal.

### b. Teste de D'Agostino-Pearson para os valores do IPS

- $G1 = 2.0817$
- $G2 = 6.8678$
- $Zg1 = 4.4296$
- $Zg2 = 3.3642$
- $K2 = 30.9395$
- Graus de liberdade = 2
- $p = < 0.0001$
- Resultado: O p-valor  $< 0.0001$ , rejeita-se a hipótese de nulidade. A variável estudada não apresenta distribuição normal.

## 6. VARIÁVEL PIB per capita

### a. Teste de D'Agostino para os valores do PIB per capita

- $D$  (Desvio) = 0.2257
- Valores críticos 5%: 0.2638 a 0.2865
- Valores críticos 1%: 0.2557 a 0.2871
- $p = p < 0.01$
- Resultado: Hipótese de nulidade foi rejeitada, os dados não apresentam distribuição normal.

### b. Teste de D'Agostino-Pearson para os valores do PIB per capita

- $G1 = 2.5441$
- $G2 = 7.2900$

- $Z_{g1} = 5.0444$
- $Z_{g2} = 3.4460$
- $K_2 = 37.3209$
- Graus de liberdade = 2
- $p = < 0.00011$
- Resultado: O p-valor  $< 0.0001$ , rejeita-se a hipótese de nulidade. A variável estudada não apresenta distribuição normal.

**APÊNDICE J - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DAS ENTREVISTAS.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
Doutorando: William de Araújo Figueira  
Orientador: Prof. Dr. Francisco Lima Cruz Teixeira

Título da tese: OS PROGRAMAS BRASILEIROS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SUDOESTE BAIANO

Objetivo da tese: Analisar as implicações dos programas sociais brasileiros no desenvolvimento do Território de Identidade do Sudoeste Baiano

Nome do Entrevistado:

Data da Entrevista:

Hora de Início:

Hora do Fim:

Local da Entrevista:

**QUESTÕES INTRODUTÓRIAS**

Em 2007 o Governo Baiano promoveu a regionalização do estado em Territórios de Identidade, na qual tem vinculado as suas políticas públicas. O Território de Identidade do Sudoeste Baiano é composto por 24 municípios, que são: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista. Neste sentido:

1. Fale sobre sua experiência de vida e sua relação com o Território de Identidade do Sudoeste Baiano?
2. O Senhor esteve vinculado a instituições pública ou privada que de alguma forma se relacionavam com o Território de Identidade do Sudoeste Baiano (seja por gestão, pesquisa ou outras formas de conhecimento)?
3. Atualmente, como a sua atividade profissional se relaciona com o Território de Identidade do Sudoeste Baiano?



4. Como o Senhor vê o a situação social, econômica e política no Território de Identidade do Sudoeste Baiano, considerando a evolução histórica do ano 2000 até hoje?

Em 2004 o Governo Federal implementou o Programa Bolsa Família que, junto com Benefício de Prestação Continuada atendem uma grande parte da população dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano. Neste sentido:

5. Qual a sua experiência e/ou opinião sobre esses programas, considerando as dimensões social, política e econômica?

#### QUESTÕES SOBRE DESIGUALDADE ENTRE OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO

6. Qual a sua percepção sobre os resultados desses programas para a mitigação da exclusão e segregação da população de forma a reduzir a desigualdade entre os municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano.

7. A qualidade de vida de uma população envolve questões como: “a situação material do indivíduo quanto às questões de acesso a habitação, emprego, saúde e educação”; “o relacionamento com outras pessoas da comunidade e a formação de uma identidade social” e “a necessidade de integração com a sociedade e com o meio ambiente que expresse coletividade e atividade social e política” Assim:

a. Na sua opinião, os programas citados impactaram na qualidade de vida das populações dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano reduzindo a desigualdade entre eles?

8. Para versar sobre a economia doméstica é preciso abranger o orçamento familiar, sua relação com o consumo consciente, a manutenção do que se adquiri e a redução do desperdício no consumo de serviços como água e energia, referindo-se portanto à relação das famílias com os seus recursos financeiros no dia-a-dia. Nesse sentido:

a. Na sua percepção, os valores pagos pelos programas impactam o nível da economia doméstica das populações dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, de forma a reduzir a desigualdade entre eles?

9. O uso do dinheiro oriundo dos programas citados e a sua circulação nos municípios, e entre os municípios, contribuem para gerar oportunidades para a economia local de forma a reduzir a desigualdade entre os municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano?

#### QUESTÃO DE CONCLUSÃO

10. Considerando tudo o que foi respondido até agora, o Senhor considera que o Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada podem contribuir para maior igualdade ou desigualdade entre os municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano? Comente.

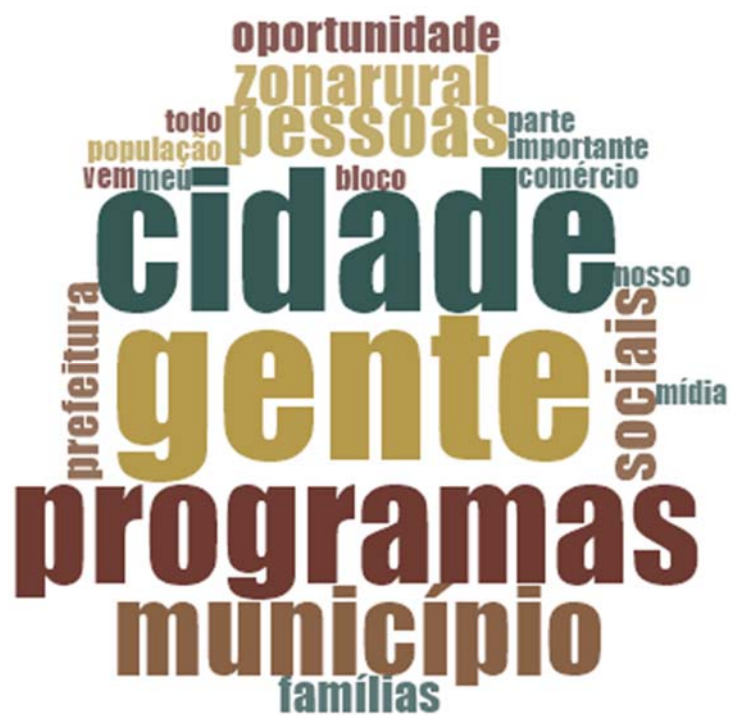
Referência: ALLARDT, E.; Having, Loving. Being: An Alternative to the Swedish model of welfare research. in: Nussbaum, M.; Sen, A. The Quality of Life. 1993.

## APÊNDICE K - NUVEM DE PALAVRAS ENTREVISTADO E1.



Fonte: Pesquisa de campo do Autor

## APÊNDICE L - NUVEM DE PALAVRAS ENTREVISTADO E2



Fonte: Pesquisa de campo do Autor



## APÊNDICE N - NUVEM DE PALAVRAS ENTREVISTADO E4



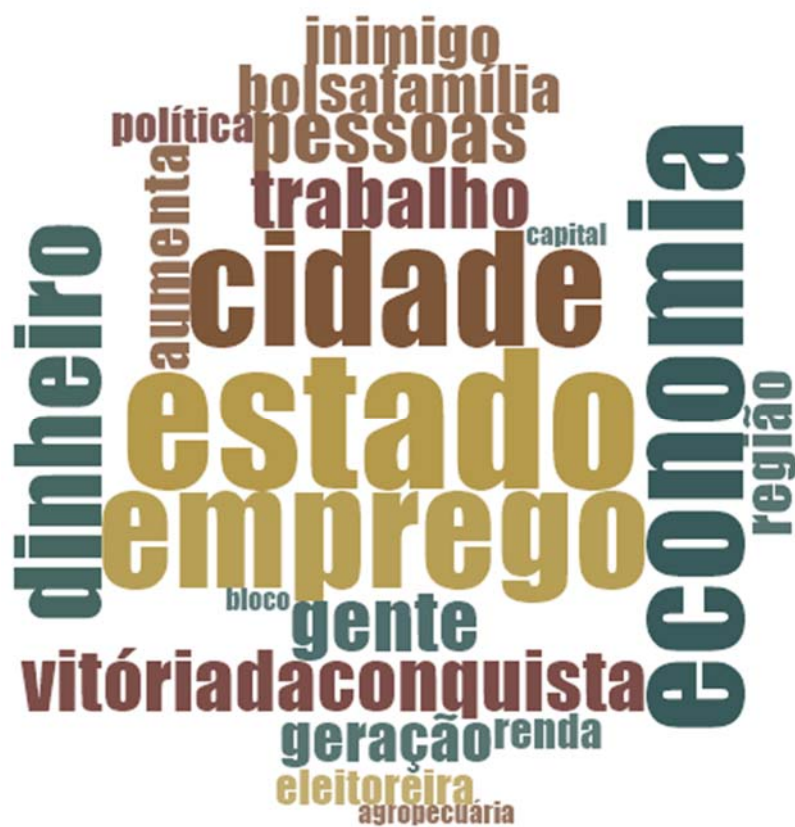
Fonte: Pesquisa de campo do Autor

## APÊNDICE O - NUVEM DE PALAVRAS ENTREVISTADO E5



Fonte: Pesquisa de campo do Autor

## APÊNDICE P - NUVEM DE PALAVRAS ENTREVISTADO E6



Fonte: Pesquisa de campo do Autor